

Fabricalização da cidade e ideologia da circulação

Série Cidade Trabalho e Técnica
O MITO DA PRODUÇÃO EM TEMPO REAL

**Fabricalização da cidade e ideologia
da circulação**

Terezinha Ferrari

Copyright © 2005, Terezinha Ferrari

Revisão: Regiani Zornetta e
Luiz Felipe de Farias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Ferrari, Terezinha

Fabricalização da cidade e ideologia da
circulação / Terezinha Ferrari. -- São Paulo: Coletivo Editorial,
2008.-- (Série cidade, trabalho e técnica: o mito da produção em
tempo real). Segunda Edição

ISBN - 85-87769-68-5

Bibliografia.

1. Cidades - Aspectos sociais 2. Circulação
(Economia política) 3. Trabalho I. Título. II Série

05-7773

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade e trabalho: Sociologia 307.76

“Não repetiste com frequencia: ‘quero torná-los livres’...mas saibas que nunca os homens se acreditaram tão livres como agora e, no entanto, eles depositaram sua liberdade humildemente aos nossos pés...”

Os Irmãos Karamázov

F. Dostoiésvski

Sumário

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	13
PARTE I	17
HOMEM E CIDADE	19
<i>RIGHT MAN IN THE RIGHT PLACE, ON THE RIGHT TIME</i>	<i>20</i>
<i>CIDADE TAYLOR-FORDISTA E CIDADE JUST IN TIME</i>	<i>29</i>
TERRITÓRIO, POLÍTICA E IDEOLOGIA	37
<i>REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL</i>	<i>37</i>
<i>REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL</i>	<i>45</i>
<i>NATURALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO.....</i>	<i>61</i>
<i>IDEOLOGIA DA MORAL CIDADÃ</i>	<i>65</i>
PARTE II.....	73
CONSTRUÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS HUMANOS	75
<i>TEMPOS, ESPAÇOS E RELAÇÕES SOCIAIS</i>	<i>76</i>
<i>TEMPOS E ESPAÇOS NO TEMPO DO REI</i>	<i>79</i>
<i>TEMPO DE PRODUÇÃO: CRIAÇÃO DO MAIS VALOR</i>	<i>83</i>
<i>TEMPO DE CIRCULAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO DO MAIS VALOR EM LUCRO.....</i>	<i>91</i>
ILUSÃO DO RABO ABANAR O CACHORRO	95
<i>IDEOLOGIA DA CIRCULAÇÃO.....</i>	<i>95</i>
<i>CIRCULAÇÃO DE IDEOLOGIAS.....</i>	<i>99</i>
<i>TEMPO DE CIRCULAÇÃO E PERDA DE VALOR</i>	<i>103</i>
<i>VELOCIDADE DE ROTAÇÃO E TAXA DE LUCRO</i>	<i>105</i>
<i>JUST IN TIME E FINANCEIRIZAÇÃO</i>	<i>106</i>
À GUIA DE CONCLUSÃO	109
BIBLIOGRAFIA	113
NOTAS	124

PREFÁCIO

Crítica à lógica da produção e circulação just in time

Carlos Cesar Almendra

A originalidade deste livro começa pelo neologismo presente no título. O termo *fabricalização* utilizado pela autora expressa uma característica contemporânea do capital: a transformação das vias públicas de circulação das cidades em esteiras rolantes estendidas entre as fábricas. Trata-se da expulsão dos estoques e seus custos de manutenção para fora dos limites das unidades fabris com a decorrente ocupação das ruas como depósitos, almoxarifados, verdadeiros “estoques em trânsito”.

Atualmente, um grande e crescente número de empresas *toyotiza* a produção readequando espaços no sentido da racionalização produtiva capitalista contemporânea. Eventualmente, alguns espaços racionalizados dentro da fábrica são sublocados para empresas fornecedoras, otimizando o tempo de entrega das matérias-primas e peças para a produção final. Mas isto não é regra e sim exceção. Empresas fornecedoras nem sempre podem com facilidade deslocar todo o seu aparato produtivo para galpões desativados de outras empresas. Entre outros motivos, pela inviabilidade econômica de mudanças imediatas devido a investimentos anteriores em capital fixo.

O transporte das fornecedoras para as empresas “no tempo certo”, conforme rogam os apologistas da logística fabril, esbarra no cotidiano da circulação de mercadorias através das cidades, megalópoles, rodovias, portos e ferrovias com suas combinações de ritmos e resultados. Observando estes entraves, a autora afirma que embora a chamada *reestruturação produtiva* tenha remodelado espaços urbanos nas últimas décadas, o capital não deixa de manter-se nos lugares onde pré-existe uma produtividade infra-estrutural adequada.

Nestes lugares dos territórios econômicos organizados pelas operações *just in time*, permanecem as relações humanas de exploração do trabalho pelo capital: “espaços onde seres humanos, localmente, alienam sua força de trabalho em proveito de um capital cada vez mais cosmopolita. Capital que vem desmontando obstáculos ao seu livre trânsito, exigindo a implantação de relações produtivas mais adequadas à sua revalorização. Relações que se materializam pela imposição de uma *ideologia do lugar*, pela seleção de *vocações* regionais, pelas conexões, em um presumido *tempo real*, aos fluxos globais e pelas políticas – chamadas públicas.”

Outra questão que perpassa o texto, ainda a ser aprofundada em outro volume da trilogia prometido pela autora, é o processo de encapsulamento do saber-fazer dos trabalhadores em técnicas utilizadas para a produção de mercadorias. Na base material tecnológica decorrente deste encapsulamento a subjetividade dos trabalhadores diretos é bombardeada cotidianamente pela ideologia dominante. O que é corroído não é o caráter individual como pensa Richard Sennett em seu livro *A Corrosão do Caráter*, mas o caráter social de classe. A destituição dos meios de produção dos produtores diretos e o afastamento destes trabalhadores do seu saber-fazer, constantemente expropriado e encapsulado, os transformam em (re)produtores do modo de produção capitalista.

Em geral, as pesquisas sobre as formas de organização do trabalho contemporâneas se limitaram ao interior das fábricas. Neste livro procura-se demonstrar que uma das verdadeiras novidades do toyotismo, reside na concatenação entre a lógica da produção *just in time* e sua relação com a cidade. A autora mostra como exemplo o projeto do anel viário de São Paulo (Rodoanel), que somente foi desengavetado quando se tornou premente a recuperação da malha viária para atendimento das necessidades de entregas *just in time*.

A relação fábrica-cidade sempre ocorreu. No período taylorista-fordiano os planejadores intervinham autocraticamente na localização das fábricas, de forma que as de grande porte deveriam estar localizadas relativamente distantes dos bairros residenciais (em especial as poluidoras: cerâmicas, químicas e petroquímicas, ou as barulhentas metalúrgicas, siderúrgicas e montadoras de automóveis). Já na cidade toyotizada, releva-se o disciplinamento tecnocrático anteriormente imposto por parte dos burocratas do planejamento. O crescimento urbano, agora, é estimulado por outros meios: a venda das cidades como mercadorias para investimento capitalista, logo, como sempre, sabotadas a seus habitantes.

Uma das idéias centrais do livro é a de que as cidades vão se *fabricalizando* na medida em que acolhem atividades laborativas de toda ordem como se fossem extensões urbanas da própria fábrica. Assim, notamos o confronto e coexistência entre duas formas distintas de cidade: 1) a cidade historicamente velha, ou seja, a fordista, onde as mudanças das vias de circulação ocorriam lentamente com o passar das décadas; 2) a cidade historicamente nova, ou seja, a toyotista, cujas mudanças precisam ocorrer subitamente em compasso com o ritmo da chamada era da informação. Aqui ficam explícitas as contradições entre as necessidades do capital e a viabilidade econômica de seu atendimento, pela falta de recursos do Estado para tal empreitada.

Para realizar obras de infra-estrutura viária, as administrações estatais contemporâneas enxergam como única saída rápida e eficaz a utilização dos recursos do BNDES, empréstimos junto ao FMI, Banco Mundial e outros afins, deixando a gestão destas malhas sob a administração do controle privado. Este é um dos caminhos propostos pelos cânones do neoliberalismo: as parcerias público-privado (PPPs) para a readequação aos ritmos que as cidades toyotizadas necessitam e preconizam.

Uma das preocupações deste livro é mostrar a imposição de um ritmo de circulação de mercadorias nas cidades ditado pelas necessidades de reprodução ampliada do capital, com o apoio logístico-administrativo dos poderes locais e regionais. Esta imposição revela-se, em essência, incompatível com o desenvolvimento humano-societário. A autora, procurando distanciar-se da literatura que toma as cidades como entes autônomos, trata a cidade *fabricalizada* de acordo com a lógica do circuito capitalista: produção-circulação-acumulação-consumo.

A cidade aparece na literatura em geral, como um ente autônomo, com vida própria, a comandar a vida de seus habitantes. Para verificarmos a falsidade disto, basta nos prendermos à estrutura habitacional no território econômico da Grande São Paulo. Notamos aqui que aparece mais uma vez de forma explícita a cisão categorial das classes sociais.

As classes médias ilustradas e os pós-*yuppies* apóiam projetos de revitalizações dos centros urbanos e regiões fabris outrora decadentes, ao sabor da especulação imobiliária habitacional e comercial.

Os agentes do capital tais como os altos executivos da burguesia industrial, comercial e financeira nacional e internacional – verdadeiros responsáveis pela destruição ecológica mundial – residem em moradias que são o fruto desta nova concepção de cidade, surgindo o conceito de *edge city*, para que a burguesia e sua alta gerência se defendam da *fabricalização* por eles imposta nos territórios *just in time*. Tais *edge-cities*, sempre localizadas em áreas afastadas, são vendidas como a possibilidade de ‘contato bucólico com a natureza’ (*sic*) ‘lugares tranquilos e seguros para se viver’.

Porém, em seguida, estes mesmos agentes do capital congestionarão as vias e rodovias de acesso a estas *edge-cities* ou as vias e rodovias por onde passam os próprios fluxos da produção *just in time* ou, ainda, congestionarão o céu com seus helicópteros – São Paulo possui a segunda maior frota destas aeronaves, perdendo somente para Nova Iorque.

Por outro lado, o proletariado urbano estendido formado nos últimos anos como resultado da chamada *reestruturação produtiva* amontoa-se nos bairros centrais (selva de concreto com poluição do ar, sonora e visual), ou nos periféricos (com infra-estrutura em frangalhos, transporte público caótico e quase inexistência de arborização).

Neste livro não há referência direta ao ex-prefeito Celso Daniel – um dos intelectuais orgânicos mais conceituados do PT e considerado um papa do planejamento estratégico – mas poderíamos lembrar que suas três gestões da cidade de Santo André, desde o início dos anos 90, foram marcadas pela preocupação com o desenvolvimento local e regional em resposta a uma desindustrialização do ABC paulista que estaria em curso: a região poderia se transformar em um mero entreposto, estacionamento ou quintal de São Paulo, conforme vaticinava o intelectual da escola da regulação Alain Lipietz. Em função disto o empreendedorismo e os planejamentos urbanos teriam de buscar soluções.

Projetos de reurbanização foram feitos, porém ignorando-se as particularidades histórico-sociais do capitalismo brasileiro. Se tais particularidades fossem levadas em conta, determinariam de modo distinto o norte social e político destes planejamentos. Não obstante, no capítulo II a autora mostra que o fenômeno da desindustrialização foi menos abrangente do que se imaginava e se divulgava.

Acrescente-se, o Partido dos Trabalhadores tem uma imensa responsabilidade política e social pela práxis anti-socialista desenvolvida ao longo de suas gestões municipais, beneficiando o capital (quer local, quer transnacional). Prática reformista pautada na tentativa de administrar o Estado e as contradições capitalistas através da tônica do empreendedorismo (empresa com *responsabilidade social*) e planejamentos urbanos mais atinentes com os princípios neoliberais. Só mesmo o fabianismo petista e a claqué oportunista poderiam abraçar tal ilusão e engodo teórico-prático.

Outra preocupação de Ferrari é demonstrar que a ideologia do tempo zero e a tentativa da supressão dos espaços materiais não têm fundamentos ontológicos ou sequer empíricos. Afinal de contas sempre alguém terá de produzir alguma coisa, em algum lugar e em algum momento histórico, logo, num determinado tempo. Mesmo que o consumo seja virtual – compra via computadores que colaboram com o desemprego crescente – a mercadoria real e não virtual, produzida nalgum lugar, terá que ser entregue no local indicado por aquele que, virtualmente, a comprou. Terá de ser entregue realmente e sob os parâmetros não da *nova* (virtual), mas da *velha* economia.

A tentativa por parte do capital de alcançar o tempo zero, acaba remetendo às questões da teoria do trabalho *imaterial*. A inconsistência desta teoria permite críticas necessárias e cabíveis a seus principais ideólogos pela forma sutil e ardilosa com que contribuem para a hegemonia ideológica burguesa. Quem se interessar por estas críticas, deve consultar a tese de doutorado da própria Terezinha Ferrari: *Cidade, trabalho e técnica: o mito da produção em tempo real* – este livro é um dos frutos do desdobramento daquela pesquisa – e também o recente livro de Sérgio Lessa: *Para Além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*.

Por sua história pessoal de luta nas Brigadas Vermelhas na Itália durante a década de 80, que o levou inclusive ao cárcere, não poderíamos classificar Antônio Negri, um dos teóricos do chamado trabalho *imaterial*, como um ideólogo burguês por excelência. Mas, história de vida pregressa não é carta branca para elaboração de teorias que escamoteiam nexos fundamentais da realidade. Este não foi o primeiro erro teórico crasso de Negri. No livro *Império* (2000), escrito conjuntamente com Michael Hardt, Negri preconiza um império mundial sem imperialismo e a derrota do Estado capitalista pelas grandes empresas transnacionais.

O tratamento do tema aqui proposto, o tempo zero, implica debruçar-se sobre a categoria *tempo*. No capítulo III são discutidas formas de percepção do tempo ao longo da história, e especificamente as formas assumidas sob o capital. Nesta parte a autora conceitua, primeiramente o tempo de produção – tempo de trabalho para a criação de valor – e em seguida o tempo de circulação, quando o valor criado transforma-se em lucro.

Finalmente o capítulo IV, estabelece uma analogia com certa dose de humor, sobre a ilusão do rabo abanar o cachorro, isto é, a esfera da circulação substituir a esfera da produção na criação do valor. Explica que na ideologia dominante a esfera da circulação se autonomiza da produção. É a partir desta suposta autonomização que os teóricos do trabalho *imaterial* sustentam suas teses, configurando uma incompreensão da esfera circulação, que é na verdade, a esfera da realização da mais-valia.

Ainda neste capítulo, são trabalhadas algumas categorias do livro II de *O Capital* de Marx, articulando produção-circulação-acumulação-consumo, demonstrando as relações que se estabelecem com a mais-valia a partir das metamorfoses do valor, a velocidade de rotação, a taxa de lucro, até completar o circuito chegando à financeirização do capital, ou seja, na valorização do valor sob a forma $D - D'$.

Um dos méritos de Ferrari é conseguir captar a essencialidade das categorias marxianas e trazer à baila a discussão de um fenômeno atual – a produção *just in time* – concatenada com tais categorias. Sua exposição metodológica procura estar arrimada no esteio marxiano – por isto trata-se de uma exposição essencialmente crítica.

A pesquisa sobre a cidade e a produção *just in time* foi realizada com a “arma da crítica” que a realidade social atual requer e cujos resultados são fundamentais para o entendimento do momento atual do capital no século XXI. Se este livro é o primeiro de uma trilogia, esta empreitada foi realizada com sucesso, deixando-nos ansiosos pelo conhecimento que está por vir, ao mesmo tempo em que cria uma imensa responsabilidade para a autora pesquisar e desvendar as novas facetas metabólicas do capital neste imperialismo de início de século. Sem embargo, como a própria autora afirma na introdução deste seu trabalho, isto só pode ser levado a cabo através de um projeto coletivo, portanto pesquisa coletiva. Projeto este que Terezinha Ferrari e demais camaradas (no sentido mais vermelho da palavra) buscam trilhar, apesar de se defrontarem com os percalços, dificuldades e reveses que o capital nos coloca cotidianamente.

INTRODUÇÃO

O texto deste livro versa sobre tempos e ritmos sociais. Versa sobre a definição dos ritmos do trabalho e sobre a economia de tempo gerada por medidas socialmente determinadas. Nele discutiremos a tentativa de sincronização dos espaços e ritmos dos processos do trabalho coletivo-social invertidos em processo de valorização do capital. A abordagem proposta tem como ponto de partida este processo basear-se na apropriação privada de tempos de trabalho de seres humanos afastados dos meios de produção e obrigados, assim, a sobreviverem mediante a alienação da sua força de trabalho ao capital. A existência abundante de trabalhadores livres é condição basilar tanto para o aparecimento histórico quanto para a permanência da organização produtiva de valores de uso de modo capitalista. As reflexões contidas aqui pretendem remeter, essencialmente, a esta condição de liberdade.

Afastados dos meios de produção e desconectados de quaisquer outras formas de sobrevivência, seres humanos passam a considerar as relações capitalistas como naturalmente dadas. Estas relações sociais, no entanto, não são naturais pois as precederam longos e violentos processos de constituição desta forma de reprodução. Constituição histórica que resultou na organização do trabalho abstrato constringendo todos a viverem nos ritmos e espaços de produção, circulação e consumo de mercadorias e a reconhecerem estes tempos e espaços como nexos produtivos incontestáveis. Em um longo processo de controle historicamente imposto, um vasto repertório de naturalizações tem sido proclamado. Neste vasto repertório incluímos um modo específico de ser e de estar nas cidades contemporâneas.

Em boa parte dos textos que discutem temas urbanos, *cidades* são entificadas e tomadas como sujeitos autônomos, máquinas semoventes dotadas de alma e poder, perante as quais seres humanos pouco podem, reduzidos à impotência e à condição de pacientes e espectadores de fenômenos tão poderosos e inevitáveis quanto incontroláveis, como se fios poderosos formassem uma teia urbana na qual inapelavelmente estaríamos enredados como frágeis indivíduos atomizados.

Tais concepções sobre o urbano podem ser reconhecidas em vários aspectos do discurso contemporâneo articulado pelos alcaides e especialistas, acadêmicos ou não, ciosos em vender *suas* cidades como preparadas para a aventura da inevitável conexão aos circuitos mundiais de apropriação de mais-valia. Tanto esta conexão quanto a sua forma de articulação são consideradas não só desejáveis como também os únicos caminhos para a sobrevivência material dos indivíduos, das regiões e das cidades.

Entificadas e descritas como *cidades-rede*, *cidades de fluxos*, *mega-máquinas*, estes supostos sujeitos se articulam hierarquicamente, formando *redes* nas quais algumas destas cidades tornam-se *mundiais*, controlando capilarmente fluxos que atingem todos os indivíduos e todos os lugares singulares.

Cidades não são entes autônomos. As capitalistas, especificamente, são os lugares de formas historicamente determinadas de exploração, onde se materializam complexas unidades de produção. Nelas ocorrem aprofundamentos do caráter social cooperativo do trabalho, revelador da sincronia e interdependência entre as partes que compõem a divisão social do trabalho e dela são resultados. Nestas cidades ocorrem o emprego de máquinas adequadas para expropriação de mais-valia e o emprego artificial da natureza, da ciência e dos produtos do trabalho que se opõem “/.../ aos próprios trabalhadores individuais como algo estranho e coisificado” (Marx, 1980, I: 386). Mais emblematicamente, nas cidades capitalistas ocorrem a coisificação dos homens e a *humanização* das coisas e da natureza. Nelas, o que é humano e histórico sofre imensa carga de

mistificação, incluindo o papel cumprido pelas instituições oficiais, de toda ordem, na naturalização da sobrevivência de sujeitos reais. Cidades capitalistas são lugares onde o trabalho livre valoriza o capital e, em meio a lutas, as classes dominantes constituídas exigem o menor obstáculo possível à transformação da mais-valia em lucros.

Cidades capitalistas contemporâneas compõem territórios econômicos baseados em relações de exploração do trabalho pelo capital. São espaços onde seres humanos localmente alienam sua força de trabalho em proveito de um capital cada vez mais cosmopolita. Capital que desmonta obstáculos ao seu livre trânsito, exigindo a implantação de relações mais adequadas à sua revalorização. Relações materializadas pela imposição de uma apologia do lugar, pela seleção de *vocações* regionais, pelas conexões em um presumido *tempo real* aos fluxos globais e pelas políticas – identificadas como públicas – que se propõem a lidar microscopicamente com os efeitos do desemprego e da precarização do trabalho promovidos pela dinâmica atual da reprodução geral do capital.

Planejamentos urbanos genericamente concebidos em órgãos mundiais de controle, em conglomerados econômicos, em órgãos dos governos dominantes, implicaram e implicam estas e outras profundas alterações formais e espaço-temporais das cadeias produtoras de mais-valia. Propomos aqui discernir tais alterações: a) o movimento contraditório da expulsão e atração de atividades do interior das unidades fabris dos grandes conglomerados, isto é, a expulsão de *trabalho vivo* e atração de *trabalho morto*. O movimento de expulsão de centenas de milhares de trabalhadores que vem transformando as fábricas em espaços *enxutos* e *racionalizados*, mas ao mesmo tempo consumindo *trabalho morto* – trabalho este realizado em unidades produtoras de mais-valia, subsidiárias, ou não, do grande capital; b) o controle logístico dos espaços e dos tempos urbanos ocupados pela esfera da circulação de mercadorias – controle que minimiza a dissipação do valor criado – conseguindo os capitais mais eficientes em logística transformar em lucro uma maior parte da mais-valia gerada na produção marcada por um ritmo altamente acelerado. Estas alterações aqui identificadas formam o movimento complexo de *fabricalização* das cidades. Processo contraditório de expansão do proletariado urbano submetido à intensa pregação da ideologia da circulação, que pretende implementar a subordinação integral da sociedade contemporânea ao mercado *livre*, onde só o que conta é a circulação e o consumo de mercadorias. O trabalho, por outro lado, é relegado à esfera de atividades informacionais, intensamente mecanizadas, embora a elas sejam imputadas atributos de inteligência especial e exclusiva realização pessoal. O trabalho, assim, aparece esvaziado do potencial criador da vida coletiva material e espiritual e promotor de identidade e consciência de classe.

Estas alterações geradas pelo caráter contraditório da forma atual da acumulação capitalista e pela luta de classes contemporâneas, reproduzem outras contradições a que pretendemos aludir: as lutas populares imediatas são incorporadas ao próprio *progresso* capitalista ou, ainda, estas lutas possuem em seu próprio seio, pela forma de interlocução com o Estado, o germe de legitimação deste mesmo Estado e de suas instituições.

Este texto versa sobre estas contradições. Versa sobre as pretensões naturalizantes e entificadoras deste modo urbano de ser e de estar. Versa sobre a tentativa do capital, contemporaneamente, colocar sob sua lógica os seres humanos, suas atividades e suas lutas. Contudo, pressupõe, também, que quaisquer manipulações tecnocráticas ou políticas não são onipotentes nem definitivas. Esta pressuposição nos permite analisar, criticar e penetrar nestas e noutras sínteses da unidade de mediações que compõem a realidade contemporânea para, a partir disto, revelar suas contradições internas.

O mote desta discussão é o conjunto de técnicas denominado *just in time*, cuja proposta de sincronização de tempos e espaços produtivos é tema próprio da administração e da engenharia empresariais. Evidentemente, não reduzimos a realidade a este conjunto de técnicas, mas a partir dele pretendemos revelar alguns traços atuais do movimento da acumulação do capital. Trata-se de um enfrentamento não administrativo-empresarial desta técnica criada pelo capital e nutrida, hoje, com muito esmero por ser uma das responsáveis pela aceleração do seu ritmo de acumulação. Queremos ir além de abordagens fragmentadas. Esta pretensão poderá acarretar riscos, pois, a partir deste mote singular trataremos do movimento do capital e suas implicações ideológicas em diferentes esferas. Ao nosso ver, valerá a pena correr os riscos decorrentes desta abrangência de reflexão.

Trabalhos recentes para compreensão das mudanças na sociedade controlada pelo capital têm privilegiado pesquisas empíricas e setoriais do trabalho. Não tomaremos este caminho. Ao contrário, faremos várias referências e mesmo inferências gerais, merecedoras de antemão ainda, de ampla análise. De qualquer modo, esta é uma tarefa coletiva para a qual pretendemos contribuir não só discutindo supostos consensos e concepções fetichistas e mistificadoras, mas também apresentando possíveis contribuições para a compreensão da unidade do real.

*

Este volume, *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação* faz parte de uma série denominada *Cidade, Trabalho e Técnica* para a qual mais dois outros volumes são previstos. Um deles apresentará uma discussão, apenas apontada neste primeiro volume, sobre as formas e mediações específicas assumidas pelo trabalho fabril e pela apropriação privada de tempo de trabalho social nas últimas décadas do século XX e no início deste milênio no interior de diferentes unidades produtivas. O outro volume será dedicado a uma análise mais detalhada da natureza das assim chamadas *novas tecnologias*, abordando tanto a discussão sobre o caráter da técnica e da tecnologia, quanto a distinção entre elas, seus usos e impactos nas formas sociais em geral, sua relação com mudanças sociais e a adequação das atuais técnicas a eventuais formas futuras de sociabilidade.

Tanto quanto este volume, os outros dois apresentarão análises e esforços de investigação do real que, partindo do patrimônio de saber herdado, por sua abrangência e complexidade, só podem ser levados a algum termo através de um projeto coletivo, para avançar na compreensão da realidade, até o ponto de ser útil para as tarefas urgentes de transformação que tornem desnecessárias as indagações sobre uma barbárie à qual, possivelmente, estaríamos arriscados.

PARTE I

HOMEM E CIDADE

Como ponto de partida consideraremos o *just in time* um conjunto de meios técnicos de racionalização matematizada, sincronização de tempos de trabalho e fluxos de mercadorias entre trabalhadores distribuídos por diversas unidades produtivas e por extensos territórios. Como qualquer meio técnico, é materialização do patrimônio de saber e saber-fazer acumulados, mediada pelas relações sociais de produção. Fruto de mediações sociais contemporâneas, o conjunto de procedimentos objetivados no *just in time* implanta interesses e necessidades particulares das atuais classes hegemônicas. Como tal possui força de organização material da produção e atua como condicionante ideológica, pois interfere nas consciências e no modo de vida cotidiano em geral, participando ativamente da reprodução das relações sociais dominantes.

Técnicas são objetivadas, tanto em conjuntos de normas e procedimentos como em máquinas e instrumentos, atingindo plena eficácia ao serem usadas e operadas sob as relações sociais que as materializaram. A busca da eficácia no uso de técnicas condiciona hábitos e subjetividades.

Como qualquer sistema técnico, o *just in time* ao ser usado *usa* seus utilizadores. Como ferramenta de organização contemporânea do trabalho faz parte do que se convencionou denominar toyotismo; como um *modus operandi* fabril vem se tornando paulatinamente uma medida societal. Medida pela qual se concretiza o tempo caótico da ordem urbana imposta pelo capital nesta etapa de mundialização financeira. Uma organização do trabalho que procura sincronizar idealmente diferentes tempos, monitorada por reflexos humanos informatizados – reflexos sem reflexão (Virilio, 1996) – processando informações plenas de valor trabalho.

O atendimento das necessidades atuais da dinâmica do capital extrapola o interior dos locais de trabalho, diversificando e expandindo as atividades e os tempos do fazer, impondo-se assim não só uma fábrica com trabalhadores (regulares ou não), mas também, uma sociedade com indivíduos (empregados ou não) condicionados a permanecer em sincronia constante com ritmos externos de trabalho. Sincronia caracterizada por um pretenso *tempo real* do ser e do estar humanos.

Através do uso de técnicas de processamento de informações, o capital impõe a todos um ritmo médio de viver – local, regional e mundial. Um tempo tido como *real*, instantâneo.

Uma sincronização alienante é imposta a diferentes territórios, setores e regiões produtivas que concretamente vivem ritmos e espaços próprios. Em uma economia mundializada, ao recorrente pensamento único dominante corre paralela a medida de um assistemático tempo único. Tempo irreal, pois o *tempo real* proposto nas técnicas do *just in time* é tentativa de sincronização absoluta de ritmos e espaços diferentes.

Ao transbordar, de uma forma historicamente inédita, o processo de produção para além dos limites físicos das unidades produtivas, passa a ser perceptível a relação entre a organização *just in time* do trabalho, as consciências e o que, nas subjetividades singulares, ocorre nas ruas das cidades onde a produção assim organizada acontece.

Ao longo dos últimos dois séculos formas específicas do processo de acumulação de capital constroem e destroem, formam e reformam instituições sociais, tempos e espaços que lhe são necessários. Neste processo, continuamente, as classes dominantes tentam modelar homens adequados tanto à reprodução das relações de produção vigentes, quanto às formas específicas assumidas pela acumulação capitalista.

O conteúdo básico do modo de ser *just in time* – estar no lugar certo, na hora certa, com os propósitos mais adequados ao momento – conforma subjetividades, critérios de sucesso, de empregabilidade e de eficácia. O cotidiano do trabalho é condicionado a um ritmo muito mais acelerado que o imposto pelas máquinas universais, não flexíveis¹ das técnicas do taylor-fordismo.

Atualmente, o homem considerado adequado é o que assimila a máxima de ser (ou preparar-se para ser) o homem certo, no lugar certo, na hora certa. Isto é, aquele que assimilou uma disposição subjetiva e uma moralidade, convenientes para executar (no tempo certo) as tarefas exigidas. Trata-se do indivíduo que produz e reproduz com eficácia sob as condições impostas pela dinâmica atual da acumulação do capital. Hora e lugar certos são tempos e espaços considerados adequados pelas classes controladoras e organizadoras dos procedimentos e das técnicas do trabalho, da produção e da reprodução societária.

Hoje, a entrega seqüenciada de componentes e subsistemas pressupõe mercadorias entrando na linha de montagem final em uma ordem exata (*just in sequence*). Os planejamentos da engenharia de produção acionam todos os meios (máquinas e homens) para, na montagem de um veículo por exemplo, estes meios estarem dispostos à mão dos operadores (na hora certa) na quantidade e na qualidade certas – sem ocuparem amplos espaços no interior das fábricas. Estas peças são descarregadas de um veículo de carga recém-chegado indo diretamente para a linha de montagem. A proximidade de fornecedores² e a existência de vias de acesso confiáveis – nos territórios econômicos – para as entregas de insumos, são critérios de eficácia. Esta proximidade é logística, isto é, deve garantir entregas e recebimentos no tempo mais exato possível entre as unidades produtoras fornecedoras de insumos e serviços e as empresas solicitantes. Proximidade não reduzida, portanto, a uma dimensão espacial, principalmente nestes tempos de acelerada rotação do capital. Organizados por processos técnicos específicos, os espaços de circulação são despidos de suas fronteiras físicas ou políticas sendo controlados e reconstruídos de modo a acomodarem um incessante ritmo de produção e circulação de mercadorias em tempos sincronizados e controlados.

Em visita ao Brasil em 1994, Ben Watanabe, sindicalista japonês que na época procurava organizar os trabalhadores nas empresas subordinadas na cadeia *keiretsu*³ responsabilizava a implantação de formas de organização e controle dos ritmos do trabalho na Toyota pelos congestionamentos e problemas da região onde sua sede estava implantada pois a empresa mantinha uma fábrica *limpa e enxuta* às custas de acumular estoques do lado de fora, utilizando vias públicas como armazéns.

Reformulando espaços de logística interna e externa, empresas passaram a ocupar e apropriar-se, sistematicamente, dos espaços urbanos. Esta ocupação faz recair os custos, agora ampliados, de manutenção e recuperação – antes restritos à contabilidade empresarial – sobre a população em geral, os trabalhadores em particular e sobre os cofres das administrações municipal,

estadual e federal. Espaços para estoques implicam custos. A pertinência em eliminá-los somente assumiu dimensão de racionalidade administrativa privada quando, na busca de valorização em um mercado global tido como inexoravelmente competitivo, restrito e impositivamente segmentado, o capital incorporou, mais do que nunca, tempos e espaços físicos e subjetivos.

Um aspecto da resposta à crise econômica e política dos anos 1960/1970 foi a necessidade de revalorização do capital a intervalos de tempo cada vez menores. Desde então investimentos em pesquisas e aportes de capital são utilizados na tentativa de sincronizar tempos e espaços adequados a estes intervalos. Tempos e espaços são comprimidos na medida a mais exata possível para acelerar a produção e a circulação de mercadorias. Compressão efetuada para uma almejada anulação do espaço pelo tempo.

Juntamente com investimentos atinentes, prioritariamente, às necessidades de um processo de trabalho transformado em processo de valorização, ocorrem outros adequados à remodelação de subjetividades conforme máximas do capital e do mercado. Cada indivíduo é instado a assimilar e a somatizar parte da essência do capital: controlar e administrar tempos e espaços de produção. Espaços e intervalos de tempo interiorizados são instrumentalizados na produção de valores de troca e ganhos mercantis.

Para realizarem as entregas no almejado tempo certo e manterem a continuidade do fluxo da produção, trabalhadores do transporte viário e rodoviário de carga, por exemplo, enfrentam toda sorte de obstáculos.⁴ Além da intensificação do trabalho pelo aumento do número de viagens/dia, estes trabalhadores chegam a ser pessoalmente penalizados com multas por atrasos – racionalidade interiorizada e justificada como garantia de *eficácia* do processo produtivo. Para o trabalhador *eficácia* (ou *eficiência*) traduz-se somente na manutenção do emprego e dos ganhos individuais.⁵

A adoção atual do lema “tempo é dinheiro”, resulta na compressão do espaço pelo tempo. *Novidades* logísticas materializam os princípios deste velho lema. O *milk run*, assim chamado pelos gerentes de produção e estampado nos caminhões de carga ao lado da já famosa expressão *just in time*, é um modelo de organização logística inspirado na tradicional coleta do leite em fazendas. Modelo pelo qual os caminhões recolhem galões deixados nas porteiras dos diversos produtores rurais. No padrão industrial urbano, caminhões de transportadoras contratadas percorrem centenas de quilômetros em várias localidades para coletar suprimentos diretamente nas fábricas fornecedoras. Este procedimento reduz custos de circulação de insumos e a movimentação de caminhões dentro das fábricas, transformando-as em espaços *enxutos* de produção, voltados exclusivamente ao foco central da produção de mais valor. Exportam para fora de seus limites os transtornos e custos da circulação mantendo-se fábricas limpas, *enxutas* e *racionalizadas*.

Velocidade, sincronia, flexibilidade e estoques idealmente nulos compõem os objetivos dos planejamentos da produção atual baseada nas técnicas do *just in time*. Os objetivos da suposta rigidez e lentidão do chamado *just in case* associado aos antigos padrões fordistas pressupunham:

- grandes lotes (produção em massa);
- movimentos rápidos, eficiência medida pela rapidez dos movimentos singulares de homens – o mítico operário-padrão – e máquinas universais;
- estoques intermediários como recurso para maximizar o rendimento de cada máquina e de cada trabalhador;
- fábricas organizadas em seções fixas (torneria, usinagem, etc.) cada uma reunindo máquinas e processos similares (tornos, fresas, pintura).

Este padrão fordista de produção dependia muito das habilidades do mítico operário-padrão, que era o mais exímio trabalhador, estipulando o mais alto padrão possível de produtividade e, também, o ritmo a ser alcançado.

Nos planos gerenciais contemporâneos, incorporadores do almejado *tempo real, just in time*, a produção é organizada através de outros pressupostos:

- produção em lotes pequenos, médios ou grandes – do tamanho necessário para atender a segmentação do mercado;
- movimentos sincronizados com todos os elementos da cadeia produtora de mais-valia, na qual a eficiência é medida por esta sincronia, uma vez que rapidez além da necessária em algum elo da cadeia ou uma otimização isolada representa perdas, criação de gargalos ou aumento de estoques intermediários no elo mais veloz;
- ausência, idealmente total, de estoques intermediários de matérias-primas ou peças semiprontas;
- fábricas remodeladas em pequenas células independentes, cada uma reunindo vários tipos de máquinas.

No padrão industrial atual, a produtividade depende menos de habilidades individuais e mais de capacidades de sincronia com os fluxos de produção, convertendo os operadores em apêndices destes fluxos. Neste padrão, não são recomendáveis otimizações isoladas dos meios (máquinas e homens) utilizados nos processos de trabalho. O resultado é a subordinação a um ritmo cada vez mais fora do controle dos indivíduos, estabelecido pela sincronia de movimentos singulares, envolvendo trabalhadores dentro e fora das fábricas. Este é um aspecto fundamental do caráter do trabalho hoje.

As estratégias de produção e investimento contemporâneas estipulam que a fração hegemônica do capital concentre-se na produção do bem de maior valor – especializando-se nele – levando em conta sua *vocação* maior, sem desconcentrar-se em ramos subsidiários de atividades. Os planejamentos assim definidos impõem aos fornecedores um padrão de produção, de entrega de serviços e insumos, configurando um *perpetuum mobile* mais intenso e amplo que extrapola os lugares singulares da produção e caracterizam um aumento vigoroso no caráter cooperativo do trabalho social.

Para atender – ao menos, idealmente – o planejamento formulado, os trabalhadores dos fornecedores produzem e entregam no tempo certo, imposto pela grande indústria, os meios de produção necessários à produção do bem central. Deste modo, obrigatoriamente, não bastará uma sincronia de tempos entre os trabalhadores diretos no interior das unidades produtivas, mas há de se configurar uma sincronia de tempos entre todas as unidades fornecedoras de meios de produção e as unidades produtivas finais. Também fornecedores de serviços (financeiro, segurança logística, seguros, consultorias técnicas, publicitários, projetistas, programadores, vendedores, pessoal de manutenção e outros), uma vez expulsos dos locais de produção imediatos, pulverizados pelo território econômico, entram neste perpétuo movimento sincronizado.

A expulsão de diversas atividades do interior da fábrica, tornando-a mais *enxuta*, implicou na pulverização destas atividades pelos territórios econômicos. Por outro lado, a expulsão do *trabalho vivo* das unidades produtivas acarretou maior consumo produtivo pelo capital de *trabalho morto*. A concorrência entre fornecedores (terceirizados, *quarteirizados* etc.) de variados meios de produção, barateados pela própria concorrência no mercado, aumentou a taxa de lucro dos

grandes conglomerados. Mantidos sob dependência real no plano da economia e inseridos nos fluxos de produção e de mais-valia, estes fornecedores garantem sua autonomia apenas no campo jurídico. O trabalho produtor de valor torna-se, contraditoriamente, mais cooperativo e mais fragmentado ao diversificar e diferenciar atividades de trabalhadores – aparentemente isolados – ou setores produtivos cujos produtos ou serviços são terceirizados, *quarteirizados* etc. pelos conglomerados que se concentram no principal foco gerador de mais valor.

O aumento do volume e da intensidade da circulação de mercadorias provocado por aquela expulsão ocorre paralelo à aceleração e sincronização dos ritmos dos processos produtivos. O impacto sobre a cidade e sobre a vida cotidiana é inevitável. Os corredores viários entupidos de meios de transporte transformam-se nos gargalos visíveis onde é exposto o caráter alucinante e fictício da circulação em *tempo real*.

Sincronizar ritmos de um proletariado urbano ampliado que, cada vez mais diversificado e pulverizado por espaços cada vez mais amplos, é meio e fim dos planejamentos da produção e da circulação em *tempo real*. A sincronização de tais ritmos é o motivo para a imposição de comunicações instantâneas (*on-line*) entre máquinas e equipamentos, entre trabalhadores, fornecedores, fábricas, distribuidores, clientes e governos, implantando uma cooperação cada vez mais ampliada e complexa entre trabalhadores e unidades produtivas espalhadas pelos locais, territórios e continentes. Hoje, mais do que nos períodos anteriores (inclusive o período taylorfordista típico) a expulsão de inúmeras atividades do interior das unidades fabris tem provocado seu espalhamento por extensas áreas e continentes, proporcionando uma ampliação da teia cooperativa entre diferentes atividades. Cooperação organizada e submetida ao modo capitalista de produzir, cujo significado é o aprofundamento da apropriação gratuita pelo capital das forças produtivas humanas assim geradas.

Já no século XIX, Marx assinalava⁶ o caráter cooperativo do trabalho social como uma força material de produção humana. O capital como relação social dominante vem se apropriando privadamente das características próprias do trabalho humano, inclusive de seu caráter cooperativo imanente. Este aumento da cooperação debaixo de relações de produção capitalistas, o aumento da velocidade de rotação do capital e a busca de sincronia entre diferentes tempos de trabalho espalhados geograficamente viabilizaram, e foram viabilizados, pelas sínteses de saber e saber-fazer humanos materializados nas técnicas da *informática* e a da *teleinformática*.⁷ Padrão técnico de produção forjado pelo capital para atender às suas necessidades de trânsito em *tempo real*.

As técnicas⁸ predominantes nos processos produtivos *just in time* atuam, sobretudo na tentativa de transgressão dos limites dos tempos e dos espaços imediatos, configurando-os de uma determinada maneira.

Os principais momentos das sínteses de saber materializadas nas técnicas da informática e da teleinformática ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sínteses estimuladas pelo capital financeiro presente desde o imperialismo clássico amadurecido em fins do século XIX. Uma vez concebidas, tais técnicas foram intensamente utilizadas tendo como motores históricos deste emprego: a Guerra Fria, a corrida espacial dela decorrente, e especialmente o tratamento de informações exigido pelo capital financeiro, de origem estadunidense que se hipertrofiara e se espalhou ainda mais pelo mundo no pós-guerra. Concebidas e desenvolvidas a partir desta dinâmica econômica imposta pelo capital financeiro e pela luta ideológica contra propostas sociais anticapitalistas, as técnicas de informática e teleinformática possibilitaram o processamento instantâneo de específicas informações. Esta possibilidade foi, em seguida, apropriada pela produção industrial multinacional do pós-guerra e se configura na base técnica e comercial da produção em *tempo real*, *just in time*, *just in sequence*.

Velocidade, flexibilidade e sincronia logística são elementos que não só redimensionam tempos e espaços produtivos, mas também conformam comportamentos de seres humanos, dentro e fora da fábrica, direta ou indiretamente ligados ao processo produtivo. Solicitações de empregabilidade e de eficácia tendem a selecionar e ou formatar as subjetividades mais adequadas deste extenso e variado proletariado urbano disponibilizado pela expulsão de atividades do interior das unidades produtivas. Atividades laborativas, agora espalhadas pelos territórios econômicos organizados pelas operações logísticas *just in time*.

Desde que técnicas não prescindem de homens, seus operadores são instados a assimilar suas possibilidades e interiorizar algumas características necessárias para acioná-las. Dadas as possibilidades oferecidas por comunicações instantâneas, *on-line*, ritmos mais lentos passam a não ser tolerados. Basta comparar os ritmos de uma outra época, quando refletíamos sobre o que víamos no instante mesmo das cenas do *Cinema Novo* ou dos filmes *Noir*, com os ritmos frenéticos dos efeitos especiais de George Lucas ou Spielberg, ou com a linguagem dos videocliques – cortes rápidos, câmera fixa por poucos segundos em qualquer tomada. Diante de tantos efeitos especiais assimilamos cotidianamente a rapidez alucinante imposta pelos padrões de máquinas informacionais adequadas à dinâmica atual da reprodução do capital.

A atenção minuciosa sobre os propósitos dos projetos nos setores produtivos por unidades – por exemplo, o automobilístico – ilustra a pretensão de transformar uma produção discreta (por unidades) em produção contínua.⁹ Como aspiração predominante, o capital impõe a produção em *tempo real*, e de vários modos, somos levados a assumi-la. A alimentação ininterrupta, *just in time* dos processos de trabalho com insumos, matérias-primas e serviços, é almejada em um ritmo de execução como se não houvesse barreiras materiais ou naturais para esta alimentação. É um processo idealizado como se fosse um fluxo contínuo da natureza que ocorreria sem a intervenção transformadora do trabalho humano em ritmos de tempos e espaços concretos. É a aspiração de um fazer sem percorrer tempos e espaços e sem a considerada lenta operação humana do fazer material ou espiritual. É a aspiração do fazer instantâneo. Tais técnicas de organização do trabalho possuem este componente de fetichização porque almejam o tempo zero, o tempo certo, o tempo justo – o tempo sem percurso no tempo, o *tempo nulo*. Almejam um fazer sempre certo, na hora certa, na quantidade e na qualidade certas. O erro e o percurso material dos tempos e nos espaços seriam abolidos, em última instância, para os processos serem considerados eficazes, do ponto de vista da produção do valor, embora este ponto de vista passe a ser, veladamente, considerado universal, natural.

Esta idealidade fetichizada somente pode ser planejada, proposta e tendencialmente implantada, pelos agentes do capital às expensas da sociedade, que arca com os custos maiores e com o peso das barreiras da natureza, dos espaços e dos tempos concretos. É uma tentativa de redução artificial de tempos de produção e tempos de circulação, idealmente tendentes a zero. Tendências fetichizantes que não passam de ficções impostas, pois encontram-se condicionadas aos tempos e aos espaços de produção e de circulação efetivamente realizados em algum lugar e durante tempos concretos: nos fornecedores, nas consciências, nas rodovias, nos palácios de governos, nas academias, *nas escolas, nas ruas, campos, construções*. Tais ficções são impostas apenas para maximizar a valorização do capital, pois esta tentativa de anulação do tempo de circulação é objetivo inalcançável. Porém, insistentemente apresentado como possível, orienta ações e reações entre as diferentes classes sociais; motiva investimentos, políticas e inteligências, de modo a concretizar meios ou sistemas técnicos reais. Na maioria das vezes, tais meios técnicos são recobertos com aura de descobertas científicas e empresariais de ponta, capacitados para implementar aquele objetivo.

Para além da moda empresarial, a implantação das técnicas *just in time* significa, entre outras coisas, produzir e fazer fluir o trabalho produtor de mercadorias e serviços em intervalos de tempos pré-planejados. São fluxos de tempos *prenhes* de valor-trabalho. Planejados para implantar entregas freqüentes, calculadas e contabilizadas instantaneamente, sempre em pequenas quantidades para uma grande linha de produção industrial, para um pequeno comerciante de sanduíches em Tóquio¹⁰, para uma cadeia de lanchonetes ou para uma grande rede de supermercados.

Fornecedores de variados tipos de serviços, fabricantes e comerciantes sincronizam os seus ciclos de produção e, se tudo ocorrer perfeitamente, a eficiência e a eficácia da produção aumentarão do ponto de vista particular da racionalidade capitalista, sempre centrada em seu processo de apropriação privada de lucros e socialização de perdas. Os fluxos pré-planejados de informações, serviços, produtos, matérias-primas ou semi-acabados devem ser mantidos a todo custo, apesar dos possíveis *acidentes sociais*, acidentes naturais ou os provocados por falhas mecânicas, elétricas ou eletrônicas de equipamentos ou sistemas.

Pelos ditames desta lógica, aceita e naturalizada, tenta-se forjar idealmente homens: *cidadãos-empREENDEDORES* com valores específicos assimilados, de modo a representar os movimentos humanos contidos nos espaços e nos tempos do trabalho como manifestações naturais – não sociais e históricas.

É pressuposto do capital a certeza ou a possibilidade da existência de trabalhadores *livres* e adequados para atingir suas metas planejadas de produtividade; para o alcance destas metas seus agentes apregoam as formas atuais de organização do trabalho como ideais e resultantes naturais do avanço *tecnológico*, sempre apresentado como bálsamo geral.

As intensas campanhas organizadas para vender aos trabalhadores, dentro e fora das fábricas, os ritmos atuais como modernos e superiores às formas fordistas são manifestações visíveis da luta de classes nas sociedades contemporâneas. Estas campanhas tentam moldar o ideal de um trabalhador criativo, que participa com sua inteligência dos processos de trabalho, identificado pela incoerência e esquizofrenia da expressão: *capital humano*. Esta carga ideológica procura distanciar os atuais *colaboradores* de um antigo trabalhador: *o peão*, também idealmente caracterizado como quem não estava na fábrica para pensar, politicamente radical, irascível e grevista, em contraposição às formas contemporâneas de política consensual.¹¹

Aparentemente os planos racionalizados do *just in time* são os pontos fortes das atuais formas de organização dos fluxos de trabalho e de mercadorias. Mas, do ponto de vista dos trabalhadores, operadores do sistema produtivo – os assim chamados, hoje, *colaboradores* – este aparente ponto forte poderia ser exatamente o oposto. Poderia ser o ponto fraco desta racionalidade empresarial. Há por parte dos trabalhadores uma certa percepção imediata desta vulnerabilidade. Com maior ou menor grau de consciência ou compromisso político, os trabalhadores empregados referem-se a intervenções transgressoras no processo produtivo ampliado como, eventualmente, um modo de *bagunçar* o fluxo da produção.¹² No entanto, tem prevalecido o controle ideológico do capital. Controle restritivo de possíveis intervenções transgressoras sobre a produção por parte dos trabalhadores impedindo-os de recuperarem, em outro patamar, algum poder de barganha política conquistado quando resistiam à *Paidéia* fordista (Tragtenberg, 1989), principalmente nos anos subseqüentes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Contemporaneamente, diante do medo do desemprego, falta resistência, diante das orientações das políticas públicas e sindicais que proclamam uma negociação consensual entre partes tão antagônicas quanto contraditórias (como entre proprietários-acionistas do capital, gerentes e trabalhadores) legitima-se uma suposta garantia de emprego. Como resultado, garante-se o emprego *just in time*, isto é, a garantia do capital de dispor de força de trabalho dentro das unidades produtivas só e quando for necessário atender os mercados.¹³

A aceitação destas políticas de consenso por parte dos trabalhadores não vem isolada. Além do medo (de fato) da perda dos empregos (condição real) aceita-se, também, esta situação em função das intensas campanhas – dentro e fora dos locais de trabalho – que celebram ideais de cidadania e empreendedorismo. Aceitação promovida pela saraivada de dogmas de eficácia e eficiência vinda por todos os lados, obrigando os homens certos a estarem nos lugares certos e na hora certa para, ao menos, manterem com alguma relativa eficácia os empregos; ou criarem, também com alguma relativa eficácia, oportunidades de negócios conectáveis às formas dos fluxos atuais de mais-valia. A expulsão de partes da produção do interior das fábricas e a conseqüente pulverização de serviços pelos espaços urbanos aparentemente ampliam a quantidade de oportunidades de negócios, diminuindo a resistência ideológica à implantação de uma moralidade cidadã-empresarial referida como geradora de renda.

Resignados por um lado, confiantes ainda no sistema por outro, os trabalhadores são responsáveis pela manutenção da sincronia dos tempos e fluxos impostos como certos pelo capital. Se uma *empresa-mãe* (para usar uma expressão consagrada pela administração empresarial nipônica) decide, na sexta-feira à tarde, encomendar um lote de peças para segunda-feira pela manhã, isto significa, eventualmente, que em algumas de suas fornecedoras e ou em sub-fornecedoras, os trabalhadores estarão disponíveis no fim de semana para realizar a meta *just in time*. Estar disponível faz parte do bordão: ser o homem certo, na hora certa e no lugar certo, isto é, arcar com os custos dos atrasos ou flutuações das encomendas dos mercados. A racionalidade *just in time* pressuposta não pode tornar tendencialmente contínua uma produção discreta, como se fosse um fluxo da natureza, caso não estejam presentes indivíduos predispostos, adequados e obrigados a arcar com as conseqüências desta meta inalcançável.

Autores de diversos matizes teóricos vêm apontando, desde os anos de 1980 pelo menos, para a situação do fim dos empregos e das relações clássicas assalariadas. É em geral escamoteado o fato do capital não sobreviver sem apropriar-se privadamente de tempo de utilização de energia prática humana. O emprego com carteira assinada está longe de ser a única forma capitalista de apropriação de tempo de trabalho alheio. Qualquer forma de pagamento pode ser adequada se a relação estiver mediada pelo mercado, e permitir a auto-reprodução cotidiana da força de trabalho de indivíduos formalmente livres. Atualmente, em um sistema ampliado cooperativo, a apropriação de tempo de trabalho excedente se dá nos diversos ramos dos complexos produtivos regionais e mundiais. Sem esta apropriação o capital não se reproduz; mais ainda sem apropriar-se continuamente de mais valor não há capital.

O grande capital em geral, e sua fração hegemônica em particular, apropriam-se da sociedade. Estados, sindicatos, escolas, famílias, meios de comunicação, indivíduos¹⁴ e quaisquer outras instituições transformam-se em instrumentos de manutenção, produção e reprodução das condições e relações necessárias ao processo de trabalho transformado em processo de valorização do capital.

Nas cidades, envolvidas no espaço ampliado da produção, onde circulam trabalhadores ou outros meios quaisquer subtraídos do interior da fábrica, assimila-se e desenvolve-se, contraditoriamente, a medida de um *tempo real* tornado expressão mítica das sociedades contemporâneas. Um tempo que autodisciplina os homens como engrenagens conscientes de um conjunto de atividades realizadas neste específico ritmo certo. Trata-se de ritmos adequados aos processos de trabalho vigentes impostos de modos “relativamente discretos, comedidos, uniformes e desprovidos de violência, mas que nem por isso são menos onipresentes, e aos quais é impossível escapar.” (Elias, 1997: 32). A imposição destes intervalos de tempo de trabalho ser

desprovida de violência, e até mesmo mais ou menos aceita por todos, não significa ausência de efeitos físicos e psíquicos extremamente devastadores provocados pelos ritmos concretos de trabalho. Efeitos devastadores em profissionais de categorias tão diversas quanto os operadores de *tele-marketing*, *moto-boys*, motoristas, passando por professores, bancários ou programadores.

Como nas mais diversas organizações sociais do passado, o controle e construção das técnicas e procedimentos, dos tempos e espaços de trabalho, são formas expressivas de dominação social.

O *timing* necessário e específico ao capital como relação social hegemônica, não é imposto apenas no chão-de-fábrica, ou na suposta loucura das bolsas de valores. A circulação de coisas, pessoas e informações no cotidiano das grandes cidades impõe um ritmo intenso a todos, trabalhem ou não no chão-de-fábrica, escritórios ou bolsas de valores. Os tempos exigidos para um *moto-boy* entregar um documento, para se desenvolver uma tese acadêmica ou formar alunos no ensino fundamental, médio ou universitário são continuamente comprimidos. O *timing* dos videocliques e dos filmes com efeitos especiais expressam o ritmo imposto aos seres humanos, ritmo que, uma vez interiorizado, passa a ser o ritmo normal e natural da decantada sociedade informacional. Sociedade de *cidadãos*, eventualmente, *plugados on-line*, cada vez mais fragmentados e segmentados em *emprendimentos* sempre de caráter capitalista-mercantil, submetidos às políticas públicas promovedoras de *geração de renda*, maquiadoras da alienação da força de trabalho ao capital, em meio ao arsenal das formas atuais de apropriação privada de tempo de trabalho social.

Portadores apenas de força de trabalho, restam aos *cidadãos-empresendedores* – unidades financeiras solventes – conectar-se e executar as operações básicas para o sistema: comprar e vender no mercado as condições para reprodução desta força de trabalho. Ser unidade financeira solvente significa gerar renda para reproduzir – de forma aparentemente autônoma – sua força de trabalho no mercado, isto é, reproduzir sua energia prática laborativa, sua potência para gerar mais valor. Para obter *renda* há que atender a um rol de habilidades adequadas ao mercado, preferencialmente ser possuidor de alguns equipamentos para transformar velozmente sua energia laborativa-prática em valor, em qualquer atividade do mercado, desde que conectada aos fluxos de mais-valia.¹⁵ Possuir instrumentos adequados é importante pois as máquinas programáveis domésticas também cumprem a finalidade de criar patamares de produtividade, por exemplo, quanto à formação profissional da força de trabalho.¹⁶ Trata-se de alcançar uma produtividade pessoal: ser unidade solvente, possuir equipamentos próprios de trabalho (automóvel, moto, *laptop*, celular etc.), ser empregável – adestrado nas linguagens informacionais –, ser adequado ao movimento geral da produção e da circulação das mercadorias, não aspirar ser estrela isolada, ser e estar disponível para gerar mais-valia dentro ou fora das unidades produtivas tradicionais. Inserido no trabalho produtivo expandido, seu grau de produtividade pessoal será verificado, caso consiga derrotar no universo do mercado seus concorrentes, quando verificar-se-á também o desaparecimento de toda e qualquer fímbria de solidariedade.

Trabalhadores hoje empregados nas fábricas permanecem como apêndices das máquinas programáveis. A ampliação da produtividade do trabalho atingiu certamente as esferas não só da produção, como da circulação e da distribuição das mercadorias, impondo um processo no qual parcelas do restante da força de trabalho são consumidas nos canais de fluidez das mercadorias atuando, também, como apêndice destes fluxos. Este extravasamento do processo de trabalho do interior das unidades produtivas fabris para todos os lugares decorre do aumento do grau de cooperação do trabalho social alienado. Para manutenção das condições de reprodução ampliada

do capital, atividades humanas, segmentadas em diversos tipos laborativos submetidos cooperadamente ao capital como fontes de valor em escalas diferenciadas, manifestam-se visivelmente no aumento dos fluxos de serviços, mercadorias e informações que cruzam os territórios econômicos.

A forma da expansão da produtividade social imposta pela atual etapa de acumulação capitalista supõe uma base técnica específica, tanto para o processamento instantâneo de informações necessárias para as entregas hora-a-hora, quanto para uma infinidade de empreendimentos mercantis à espera de *cidadãos-empresendedores*.

A robótica, máquinas de comando numérico computadorizado, controladores lógico-programáveis (CLP's), sistemas digitais de controle distribuído (SDCD's) e demais aplicações da microeletrônica, da informática e da teleinformática, além de viabilizarem a dispensa da força de trabalho dos processos produtivos industriais sustentam também a constituição de uma rede de rápida circulação de mercadorias (informações, parafusos ou serviços em geral).

A velocidade encobre e escamoteia a produção material, o elemento fundamental do processo de valorização, como se o trabalho não passasse, afinal, de um ato mágico, imperceptível, supérfluo; transformando também, aparentemente, em supérfluos, os trabalhadores portadores de força de trabalho. A rapidez impressa na produção e na circulação das mercadorias passa a ser o segredo do capital. Segredo expresso na tentativa de suprimir – ideologicamente – a produção material e espiritual. Supressão traduzida em teorias acadêmicas e em receitas da administração empresarial que preconizam um trabalho imaterializado, subjetivizado, ou, simples e equivocadamente, o fim do trabalho.

A mágica impressa pela velocidade da produção e da circulação parece fazer desaparecer o trabalho. Todavia, ao contrário, ele está em toda parte. Porém, para participar deste rol de possibilidades laborativas e nele conquistar um espaço, não basta mais ser só o homem certo no lugar certo, como no velho aforismo ianque do vencedor: *right man in the right place*, hoje é necessário ser o *right man, in the right place, on the right time*: o homem certo, no lugar certo, na hora certa. Aforismo que vem tornando-se súmula de uma quase moralidade normativa do *cidadão-empresendedor*, sempre disposto a criar e aproveitar oportunidades (de negócios) no mercado.

Sob as diversas roupagens (jurídicas) organizativas aceitas pelo mercado, *cidadãos-empresendedores* realizam-se como unidades financeiras solventes, aparentemente, autônomas e controladoras de sua força de trabalho – mesmo os trabalhadores cheios de esperança e expectativas eventualmente organizados em empresas autogeridas, ou solidárias. Submetidos a uma cooperação alienada, levados a cumprir atividades atinentes ao padrão produtivo imposto pelo capital, não conseguem controlar a expropriação de seu tempo de trabalho, tal como não conseguiam quando imersos nas formas tradicionais de trabalho assalariado.

A circulação das mercadorias produzidas nos tempos previstos pelos planejamentos impôs ao capital a necessidade de apropriação de tempos e espaços físicos e subjetivos para o cumprimento desta meta; tal qual as informações enviadas por fibras óticas, a produção e a circulação hipertrofiadas se dão em tempos e espaços físicos, concretos. Porém, se pela sua natureza as informações circulam em fibras óticas, meios exclusivos para este trânsito, o mesmo não acontece com outras mercadorias que estão sendo produzidas e em circulação. Estas mercadorias ocupam e compartilham tempos e espaços concretos e não os exclusivos para processamento de informações. Nasce assim a apologia da região e as propostas de apropriação e controle dos lugares concretos por onde passam os fluxos da produção *just in time*. Esta apropriação, em processo, choca-se com uma infra-estrutura urbana herdada dos padrões fordistas e não preparada para tal sustentação, transferindo ao todo social o custo dos movimentos de mercadorias, agora, em trânsito incessante.

O extravasamento da produção provocado pelas técnicas do *just in time* para além dos muros das fábricas e dos locais de trabalho de todo tipo, fica visível a partir das suas articulações com o movimento geral do capital. Cada lugar singular, cada indivíduo, passa a ser suporte específico de longínquos vetores globais. Cidades estão sendo reconstruídas de acordo com fluxos e ritmos impostos pela circulação das mercadorias *just in time*. Fluxos e ritmos que correspondem à quantidade e à periodicidade de circulação de mercadorias estabelecidas por metas da esfera da produção interferem, sobremaneira, na qualidade de vida e no meio ambiente, como se estes fluxos, tempos, ritmos e metas fossem naturais e necessidades de todos.

Na concepção taylorista fordiana, nas cidades concentravam-se trabalhadores para uma produção fabril padronizada geradora de altos estoques destinada a um mercado de consumo pouco diferenciado e regionalizado. Na correspondência urbana desta concepção materializavam-se grandes espaços e lugares contíguos, fixos e pouco maleáveis. Cidades funcionais configuravam-se como “máquinas de crescimento” ou “cidades-máquina” (Arantes, 2002) promovedoras de uma paisagem monótona construída a partir de projetos e planejamentos autocráticos de viés tecnicista que apagavam as diferenças e impediam intervenções individuais.

Sob este padrão urbano construíram-se cidades, principalmente no pós-guerra – quando todos os telefones eram pretos e todas as geladeiras eram brancas –, período correspondente aos chamados anos *dourados* do crescimento industrialista-produtivista e ao sucesso do mercado consumidor de bens duráveis (sucesso considerado, evidentemente, restrito às camadas médias, mesmo operárias – do centro e das periferias industriais fordistas – capazes de comprar tais bens duráveis). No caso específico das grandes cidades, as intervenções urbanas oficiais atinentes a este *mercado de massa* destinaram-se a atender à crescente demanda de bens duráveis e, particularmente, ao uso do automóvel. Ruas e avenidas passam a ser privilegiadas em detrimento do espaço para o trajeto do pedestre.

Tradicionalmente, a literatura que trata do urbanismo relaciona esta fase da produção e de cidade fabris a um tipo de trabalho baseado no coletivo de operários e trabalhadores organizados maciçamente no interior das unidades produtivas, submetidos a uma divisão social do trabalho vertical, estratificada e correspondente a um tipo de intervenção política de sindicatos de massa. A proximidade espacial do trabalho e do lugar de moradia era o fundamento das formas de espacialidade urbana. Os capitalistas industriais faziam as ingerências necessárias para tocarem suas indústrias de tipo fordista – modernas à sua época – solicitavam aos poderes públicos uma

estrutura necessária, instalando e organizando verticalmente as atividades pré e pós-industriais. Eram indústrias integradas, que pareciam verdadeiras cidades, enquanto, estas eram o receptáculo inevitável daquelas; um invólucro da máquina do crescimento industrialista. A mobilidade dos habitantes-trabalhadores, operários ou não, era bastante restrita: não raro constituíam-se sítios habitacionais operários próximos ou contíguos aos locais de trabalho, misturando espaços fabris e espaços habitacionais que garantiam ao capital acesso concentrado à força de trabalho. Tal desenho é herdado como espaços hoje degradados ou sujeitos à revitalização, como propõem e sonham os paliativos projetos urbanos contemporâneos. Projetos sempre paliativos, uma vez que permanece a contigüidade espacial de miséria e pobreza como cenário urbano típico.

Na produção fabril de tipo taylorista-fordiana, ostensivos planejamentos tecnocráticos intervinham na estrutura urbana. Em termos urbanísticos, os planejadores pretendiam disciplinar os investimentos e a localização das indústrias. O esgotamento deste disciplinamento deu lugar aos planejamentos tidos como *democráticos*, que deixaram de disciplinar o crescimento urbano, mas “passaram a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis” (Arantes, *op. cit.*) em nome de um pressuposto desenvolvimento local e comunitário.

Tanto as cidades fordistas quanto as dos dias de hoje sempre foram sabotadas a seus habitantes. As cidades fordistas, porque levantadas, modificadas e loteadas a toque de caixa para atender ao mercado padronizado de mercadorias; as de hoje porque modificadas ao sabor da “ofensiva liberal-conservadora”. As cidades *just in time*, cidades-estoque – ou “cidades-negócio” como identifica Otília Arantes – ao invés de serem valor de uso de seus habitantes, são oferecidas como mercadorias contendo valor de troca disponível, desregulamentadas, ou regulamentadas adequadamente, para uso no processo de valorização do capital.

Se na era *dourada* do capital, as cidades que sediavam as fábricas eram lugares relativamente à parte do processo produtivo direto, constituindo-se apenas como invólucros deste processo, hoje, tornaram-se os espaços de estoque das mercadorias em trânsito, não só receptáculos das indústrias, mas receptáculos de verdadeiras *esteiras fordistas* estendidas entre as fábricas. Ao contrário de serem cidades sóbrias, limpas ou de serviços são cidades *fabricalizadas* que acolhem atividades laborativas de todo tipo como extensões urbanas da própria fábrica.

Quanto à organização do espaço e aproveitamento dos tempos de trabalho, uma parte das fábricas ficou mais enxuta, espaçosa, silenciosa e racionalizada ocupando menor quantidade de trabalho vivo e maior quantidade de trabalho morto. As cidades, em contrapartida, tornaram-se sua efetiva extensão: os poderes públicos viabilizam a conexão entre os agentes da produção, agora mais separados espacialmente, e devem se responsabilizar pela implantação da infraestrutura adequada para suportar os fluxos criados por esta separação.

É inevitável a influência da fábrica no chão urbano. Seja a influência das fábricas fordistas herdadas e ainda existentes, seja a influência das fábricas “limpas” ou modulares construídas e retransformadas a partir das últimas décadas do século XX. A base informacional não elimina ou sequer permite esconder que o modelo permanece industrialista-produtivista – agora seria industrial-informacional-produtivista – sustentado no mercado anárquico produtor de mercadorias.

Grande parte da produção teórica, acadêmica ou não, tem utilizado intensamente, e, a nosso ver, abusivamente, os prefixos *neo* e *pós*, bem como os adjetivos *novo* e *nova* em descrições e análises referentes aos últimos trinta anos do século XX. De nossa parte queremos deixar claro que adicionar tais prefixos e adjetivos pouco explica mudanças nos padrões de acumulação. O nódulo central do modo de produção capitalista permanece baseado na apropriação privada de tempo de trabalho alheio, exploração da força de trabalho, expropriação de mais-valia e sua transformação em lucro, além da permanência do princípio da *produção pela produção*, dissipador de forças produtivas.

As adequações da estrutura herdada aos ditames atuais da produção provocam uma remodelação em proporções inéditas da espacialidade e da temporalidade urbanas, mas só aparentemente modificam a forma de reprodução do capital. Aspectos visíveis desta adequação dos tempos e espaços produtivos podem ser pontuados:

- fábricas tornam-se mais enxutas tanto devido à automação quanto à exteriorização de seções inteiras e serviços, ocupando espaços menores, abandonando seus antigos terrenos transformados em terrenos baldios, esvaziando, literalmente, algumas regiões urbanas – como alguns bairros da Zona Leste de São Paulo – por exemplo, ou ocupando outros antes marginais e baldios;
- fornecedores alugam galpões próximos à *empresa-mãe* para atenderem às entregas hora-a-hora; a proximidade é definida mais pela inexistência de gargalos do que propriamente em quilômetros;
- há uma reconfiguração do mercado imobiliário industrial;
- vias de acesso têm de ser construídas e remodeladas e esgotam-se rapidamente: Rodovia dos Imigrantes, Rodoanel, Ferroanel na região metropolitana de São Paulo, por exemplo;
- prédios de antigas fábricas tornam-se centros de compras, igrejas ou universidades – privadas ou públicas – mas, sempre e cada vez mais comprometidas com setores de gestão do capital e dos negócios ativos nos territórios econômicos;
- o tráfego piora com a intensificação das entregas de insumos hora-a-hora (uma tentativa de melhorar o trânsito no centro de São Paulo através da proibição da circulação de grandes caminhões em horário comercial, teve como consequência o aumento da circulação de peruas e pequenos caminhões baú);
- a poluição e o barulho aumentam; há maior desgaste do solo urbano;
- surgem *moto-boys* e *vans* como usuários da malha urbana em consequência da hipertrofia da logística de circulação de pequenas e médias, mas freqüentes, entregas em um tráfego cada vez mais intenso;
- surgem propostas de consolidação de novos pólos universitários, de pólos tecnológicos e *incubadoras de tecnologia*;
- poderes públicos municipais e regionais criam estratégias como suporte aos interesses do capital em resposta a suas ameaças de desindustrialização total ou parcial;
- constituem-se institutos de análise, estudos e pesquisa para auxiliar na definição de planejamentos urbanos, interventores combinados com os propósitos de desenvolvimento econômico local, de revitalização urbana e reurbanização de favelas.

As características remanescentes da *antiga* cidade fordista – indústrias verticalmente integradas e cadeias produtivas pouco dinâmicas – são consideradas estorvos a propostas de surtos de desenvolvimento regionais e precisam, portanto, ser redelineadas. Este raciocínio fornece a base para uma administração local e regional que presume garantir uma produtividade urbana concebida como necessária para a chamada conectividade global.

Estas características são particularmente visíveis hoje nas grandes cidades dos países da periferia do capital. O choque nelas é inevitável: se o modelo produtivo no interior das fábricas mudou, as cidades tradicionais ainda não. Se a produção e a linha de montagem são programáveis e funcionam em *tempo real*, nas cidades, a infra-estrutura urbana não acompanhou estas mudanças, não sendo possível imprimir nelas esta mesma flexibilização e este mesmo *timing*.¹⁷ Nas grandes cidades do centro capitalista, as remodelações foram assimiladas em outros patamares e em outro período histórico, transferindo para a periferia do capital o ônus de *fabricalizarem* suas cidades, sonegadas aos seus habitantes, porém sempre mantidas disponíveis para a exploração e a orgia do capital.¹⁸ É imposto no interior das unidades produtivas um *modus operandi* que não é acompanhado pela construção de uma infra-estrutura correspondente no *modus vivendi* urbano-societário. As cidades em diversas regiões metropolitanas brasileiras, resumidamente, são ainda de tipo taylorista-fordiano, enquanto as unidades fabris modificam-se para atendimento das imposições do mercado informatizado.

Sem enfrentar as dificuldades deste mundo contemporâneo *just in time*, Henri Lefebvre (1999) afirmava a partir de reflexões sobre o estudo de Engels: *A situação da classe operária na Inglaterra* que “por processos refinados, a exploração direta se duplica por meio de uma exploração indireta e se estende da empresa (a fábrica, a usina) ao conjunto da vida cotidiana no quadro urbano”. A partir deste pressuposto, e sabendo da dificuldade de levantamento empírico destes “processos refinados”, reconhece-se a expansão da ditadura da produção em *tempo real* ao conjunto da vida cotidiana no quadro urbano-societário atual, sem que esta expansão possa ser evitada. Aos poderes públicos restam administrar e naturalizar seus efeitos.

A gestão dos espaços ocupados pelos estoques em trânsito recai sobre a população e sobre o poder municipal. Este último responsabiliza-se, e é responsabilizado, pelo específico caos urbano gerado pelas operações logísticas *just in time* de transporte das mercadorias em infinito trânsito, advindas da racionalidade dos projetos privados das empresas. Estão socializados os custos da gestão deste caos. Manifestação típica dos padrões políticos de encaminhamento das necessidades do capital: socialização dos custos, problemas e crises, privatização das soluções e lucros.

A tensão aqui apontada entre a decantada racionalidade da produção no interior das unidades fabris e a aparente irracionalidade urbana está ligada por nexos sutis e invisíveis. Comumente, não se percebe a relação contraditória e tensional entre a ocupação do espaço urbano pela produção e a própria cidade.

Para os habitantes, todos os problemas das cidades parecem ser de responsabilidade das prefeituras e a não solução deles é, comumente, atribuída à ineficácia do poder local. A solução, não solução, ou solução parcial dos problemas são descritas como devidas à competência ou incompetência de alcaides ou os gênios urbanistas. A partir das empresas, propagandas institucionais mostram os cuidados tomados com planejamentos, internos e externos, com a organização da circulação de mercadorias que não causaria problemas à cidade pois, de um lado, algumas entregas são feitas pela madrugada ou, por outro lado, as fábricas procuram desviar o trânsito dos coletivos para condução dos trabalhadores e dos caminhões para vias expressas.

Os problemas urbanos enfrentados, próprios das cidades atingidas pelo processo de *reestruturação produtiva* imposto pela dinâmica do capital, englobadas pelos territórios *just in time*, são apresentados como alheios à fábrica, alheios à produção. Tais problemas acabam sendo imputados à competência ou incompetência dos governos locais e regionais, na suposição de serem intrínsecos à vida moderna, tendo sido adequadamente *resolvidos* em outros locais. Aparecem, assim, *evidências* empíricas da presumida neutralidade dos planejamentos públicos. Por esta

presunção, o sucesso ou insucesso dos planejamentos seria devido ao grau de competência administrativa dos gestores do Estado. Este chão de disputas políticas e ideológicas encobre as verdadeiras razões do caos urbano. Caos cuja suposta solução seria encaminhada tecnicamente, por força de planejamentos, mais ou menos eficazes.

Enquanto as influências econômicas de mercado são escamoteadas, consolida-se um interminável, inconcluso e falso debate entre o político e o técnico. Debate alimentado pela atuação burocrática dos administradores públicos, por discursos e disputas políticas eleitorais centradas nos padrões da eficácia ou competência administrativa para alcançar níveis suficientes de *empreendedorismo urbano* (Compans, *op. cit.*).

Diferentemente da apreensão do senso comum implícita nos discursos político-partidários e no discurso cidadão – pretensamente neutro, apolítico e não ideológico –, há interesses diversos que formam uma unidade social contraditória entre trabalhadores (travestidos à força de discurso em cidadãos), capital e Estado (travestidos à força de discurso em entidades neutras e insubstituíveis). Apreender esta unidade contraditória é possível a partir de qualquer ângulo, desde que se a tome pela unidade e se procure revelar seus elementos determinantes. Como esta unidade não pode ser redutível a nenhum destes componentes, o Estado – ou os chamados poderes públicos – muito longe de ser alheio às classes sociais, não possui condição de imprimir unilateralmente a forma e a direção do real.

Desde quando a produção de mercadorias foi organizada sob relações de produção especificamente capitalistas, os espaços urbanos assumiram diversas formas impostas por esta especificidade. Dos labirintos das cidades do século XIX até as avenidas expressas de hoje, passando pelos *boulevards* parisienses e pelas vilas operárias fordistas; aos habitantes e trabalhadores resta adaptarem-se, pois, como diz Harvey, o trabalho é subsumido “através da dispersão e fragmentação espacial de processos de produção” (1998: 73) e isto tem se mostrado uma arma poderosa para a burguesia. Enquanto controla o tempo e o espaço de trabalho, o capital ultrapassa fronteiras, espaços e tempos, articulando um processo tecnológico adequado a este fim. Refletindo ainda com Harvey, os trabalhadores não sabem como enfrentar esse poder de comandar e produzir tempos e espaços. Assim, como meras engrenagens involuntárias, sua posição, seu papel no processo de circulação e distribuição de mercadorias é de apêndice dos tempos e espaços de trabalho criados pelo capital.

O caos dos tempos e espaços urbanos, não é um caos qualquer, uma desordem qualquer, é a própria ordem do capital. Ordem caótica que em alguns momentos e locais assume feições manufatureiras ou fordistas, em outros assume feições informacionais. Aplicações intensivas de técnicas de processamento de informações ideologicamente são traduzidas como a subtração da materialidade espacial e temporal; a navegação eletrônica substitui – idealmente – o deslocamento dos corpos, ou um sistema de informação organizado substitui a materialidade dos prédios. A representação das coisas acaba ocupando o espaço e o tempo das próprias coisas. Sabemos que, pelo menos por enquanto, pelas redes de comunicação, trafegam apenas códigos. Sabemos, que, pelo menos por enquanto, pessoas, cachorros, automóveis e outros valores de uso não trafegam por fibras óticas.

A partir de idealizações, teorias urbanísticas contrapõem velhas cidades comerciais e industriais às cidades toyotizadas típicas da acumulação contemporânea. As primeiras exigiriam uma contigüidade espacial dos pólos produtivos com as vias de escoamento. Aparentemente, esta contigüidade física nas cidades *just in time* seria subvertida pela predominância de fluxos simultâneos de informação *on-line* com a abstração de espaços concretos.

Ideologicamente, necessidades particulares de classes hegemônicas são intensamente naturalizadas em teorias e concepções, acadêmicas ou não. Na atualidade, os interesses particulares da fração hegemônica do capital financeiro impõem, entre outros aspectos, a construção e manutenção de uma extensa infra-estrutura de troca de informações em *tempo real* necessária à dinâmica de seu processo de valorização, que ocorre simultaneamente em diversos locais do planeta: o sol nunca se põe no reino dos fluxos do capital financeiro, aspirante ao deslocamento livre pelas bolsas de valores de todos os países, a qualquer momento. Tais aspectos, entre outros, são intensamente fetichizados por vários teóricos. Manuel Castells, por exemplo, chama de “espaço de fluxos” a “organização material das práticas sociais em tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.” (1999: 436).

A vasta análise de Castells sobre uma sociedade em rede, por ignorar a determinação de classe da base técnica implantada pelas necessidades da dinâmica do capital financeiro, reificando-a, supõe um “espaço de fluxos” em “tempos compartilhados e simultâneos” parecendo de fato ocorrer sem choques com a ordem física e material das coisas e da história. Informações podem fluir simultaneamente *on-line*, mas informações só ocupam microespaços nas fibras ópticas e o tempo de sua transmissão – nanossegundos – é idealmente instantâneo, pelo menos para padrões humanos. Porém, estas informações precisam ser materializadas nas entregas: a transmissão da informação dos pedidos, é muito diferente da materialização dos próprios pedidos, que pressupõe a fabricação dos bens, além de seu transporte físico ao local de consumo.

Caminhões, automóveis e motos existem de modo presencial, não virtual, transitam em espaços físicos (não em fibras ópticas), percorrem vias em um tempo material não nulo, além de transportarem mercadorias que, para serem produzidas, ocuparam também tempos de produção e espaços concretos, materiais, não nulos, nem virtuais de máquinas (automatizadas ou não). Mais do que isso, os “espaços de fluxos” percebidos por Castells, e os “tempos compartilhados e simultâneos” descritos são a face visível dos fluxos de mais-valia implantados nos territórios *just in time* pelo elevado número de interações entre trabalhadores espalhados entre milhares de unidades produtivas – desde as imensas fábricas até milhares de pequenos escritórios, residenciais ou não, e uma quantidade sem par de atividades precarizadas. Atividades fornecedoras de mais valor em escalas diversas ao capital.

Meados da década de 1990 parece ter sido o período em que mais se apostou no mundo virtual. Aposta correspondente às novidades da chamada nova economia, mas como ressaltou Fiori:

A Internet só é virtual até a venda da mercadoria, mas sua produção e sua entrega se dão no campo da ‘velha economia’. [...] O fato de mudar a distribuição dos bens não altera nem a produção nem sua natureza. O que pode ocorrer com a Internet é uma maior racionalização da produção, com a eliminação de estoques finais e intermediários, mas não uma mudança das leis básicas do sistema capitalista, incluindo seus ciclos e suas crises periódicas. (2001: 48)

Diante da explosão da bolsa de valores Nasdaq (empresas de alta tecnologia) nos últimos anos do século XX, parecia que no terceiro milênio entraríamos em um mundo insistentemente apresentado como *novo*. Se os primeiros anos do século XXI fossem semelhantes aos últimos anos do século precedente, o mundo seria virado de pernas para o ar por uma recém-nascida e recém-batizada *nova* economia, baseada nas empresas *.com*. A Internet seria seu lócus predominante.

Estas empresas iriam tornar a assim já denominada velha economia verdadeiramente obsoleta. O capital, através de seus arautos – acadêmicos ou não – desconsiderava soberanamente o paradoxo entre os espaços materiais-humanos e a virtualidade das redes, das fibras óticas. Tudo embalado pelo clima místico do fim do século e da ameaça escatológica do *bug* do milênio.

Começado o terceiro milênio, em pouco tempo o esgotamento das perspectivas de expansão das empresas virtuais revelou os limites de uma simples, embora enorme, bolha econômica. Uma expansão do *e-commerce* levou Robert Kurz a observar entraves à circulação de produtos palpáveis, pois “livros, obras de arte ou máquinas-de-lavar podem ser virtualmente adquiridos, porém, não [virtualmente] consumidos; eles devem ser retirados ou entregues, alguém arcará com o custo e onde estaria então a grande vantagem da compra na tela do computador?”.¹⁹ Neste apontamento definem-se os limites da ideologia do tempo zero e da tentativa de supressão de espaços materiais. Por outro lado, respondendo ao questionamento sobre a vantagem deste processo, dizemos que ela está na compressão dos tempos de circulação do capital e seus efeitos na taxa de lucro, conforme discutiremos na segunda parte deste texto.

Ideologicamente, somos submetidos a um *tempo real* impossível de ser efetivado. Informações podem fluir *just in time*, no chamado *tempo real*, no entanto, e isto é elementar, a simultaneidade e a instantaneidade das coisas a serem produzidas, transportadas ou consumidas esbarram na ordem física do mundo. O *business-to-business* (comércio em rede entre grandes fabricantes e fornecedores) é muito pouco visível no mundo imediato, no qual as pessoas produzem, circulam e no mundo onde as mercadorias devem ser produzidas e transportadas em tempos e espaços efetivos. Entretanto, pelo poder de condicionamento que as técnicas possuem, elas interferem intensamente no modo do cotidiano urbano do cidadão. Este poder é um dos “processos refinados”, quase invisíveis de dominação e controle imposto pelo capital. Cumprindo um trajeto “sem trajetória” (Virilio, 2000: 42-43) e no cúmulo do fetiche, as coisas parecem caminhar por si próprias ao mercado, suprimindo os sujeitos sociais, os tempos e os espaços. O paradoxo está na existência de uma cidade real que abriga fluxos efetivos de trabalhadores, que idealmente incorporam a velocidade das informações e das coisas.

As metas dos planejamentos dos processos produtivos *just in time* só podem parecer viáveis se for abstraída a anarquia urbana correspondente à anarquia do mercado capitalista e houver sucesso na imposição de ritmos e tempos aos seres humanos participantes do processo de valorização. É aí que os contraditórios “processos refinados” duplicam a exploração estendendo-a dos locais do trabalho ao conjunto da vida cotidiana. Como em outros momentos das formas de exploração e dominação próprias do modo capitalista de produção, cria-se um mundo paralelo, racional, científico, competente e eficaz no interior da fábrica. A burocracia política administrativa confronta-se com a anarquia do mercado capitalista e com as leis físicas da natureza que os planejamentos eivados de cientificidade e eficácia procuram subverter desprezando fausticamente a materialidade das coisas. O processo de *fabricalização* das cidades não escapa a esta lógica.

As *empresas em rede* procuram suplantar tempos e espaços, promovendo “conexões interorganizacionais” para acelerar a movimentação de recursos, aparentemente dispensando a extração de mais tempo de trabalho dos trabalhadores diretos. Castells assume esta dispensa como absoluta e ignora o “suporte material” representado pela cidade. O fax, as redes de computadores, as telecomunicações são trunfos técnicos que só aparentemente superam o tempo e o espaço reais (Paula, 1997/1998: 24).

A ignorância desta aparência, entre outros elementos de controle ideológico, alimenta e é alimentada pelo mito da neutralidade da técnica e dos planejamentos, aparecendo esta técnica e estes planejamentos como autônomos, isentos de imposições econômicas e dependentes, exclusivamente, das *vontades* políticas.

Nas cidades, governos municipais, procurando solucionar os entraves à *produtividade urbana* que colocam em xeque a efetivação dos planos empresariais tecnicamente elaborados nas unidades produtivas, pautam-se por traçarem planejamentos estratégicos que pretendem inaugurar “novas práticas de gestão governamental” (Santos Júnior, 2000: 575). Criam-se novos abismos entre os planos empresariais, agora somados ao planejamento governamental e os que, em última instância, têm de conviver forçosamente com os interesses expressos em metas e resultados propostos pelos agentes efetivos do poder.

A cidade composta de “espaços de fluxos” é reificada, aparecendo como para Castells, como um “ator ativo e, portanto, como agente”. Uma crítica de David Harvey – assumida por Santos Júnior (2000: 575) – que pode ser imputada a Castells, indica que a urbanidade parece possuir uma atividade própria independente dos reais agentes sociais cujas ações constroem e apropriam-se deste espaço a partir das lutas entre interesses de classe.

O ideal da cidade *just in time*, a racionalidade proposta, na verdade, não se choca somente com a herança da cidade fordista, ou com a cidade real: choca-se com qualquer tipo de cidade possível. Tal utopia – da qual está eivado o discurso contemporâneo – é imposta como natural, não para ser atingida, mas para maior aproximação possível das condições ideais do processo de valorização do capital em sua atual etapa financeira e mundializada. Se nas fábricas da cidade fordista, massas de mais-valia eram extraídas de um elevado número de trabalhadores, a reestruturação produtiva imposta pela dinâmica do capital implantou uma base técnica que viabilizou a intensificação do caráter cooperativo alienado do processo de produção, com a *fabricalização* de cidades e regiões, transformadas em cidades-fábricas, viabilizando a apropriação de tempo de trabalho de seres humanos, independente de estarem ou não dentro dos muros da fábrica, agora mais enxuta. Ocorre assim, em escala ampliada, o que Marx já apontava como tendência do modo de produção capitalista:

O produto deixa de ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho. A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias.
(Marx, 1971, II: 584)

Tempos, espaços e fluxos urbanos, moldados pelo processo de produção material desde as primeiras aglomerações denominadas urbanas, assumem agora as dimensões e particularidades do trabalho pulverizado cada vez mais socializado. Os processos de trabalho, longe de desaparecer, estão em todos os lugares pela imposição de formas contemporâneas de organização e controle do trabalho.

TERRITÓRIO, POLÍTICA E IDEOLOGIA

REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As transformações sócio-econômicas de organização e controle pelo capital do trabalho social das últimas décadas têm sido descritas sob o genérico rótulo de *reestruturação produtiva*. Esta rotulação contém, no entanto, um amplo e complexo espectro que formalmente apresenta-se como:

- Reconfiguração da base técnica dos processos de trabalho no chão-de-fábrica ocasionando elevados índices de desemprego industrial;
- Aumento no caráter cooperativo do trabalho, com o consumo produtivo pelo capital de maior número de atividades expulsas ou não do interior das unidades produtivas fabris, acarretando uma intensificação no uso do solo urbano;
- Indicação de que o setor de serviços é a solução para este desemprego industrial;
- Generalização do uso da informática e da teleinformática;
- Reacomodamento do Estado às exigências da reprodução do capital;
- Implantação de uma ordem institucional diversa;
- Arcabouço ideológico pautado no cooperativismo, no voluntariado, na cidadania, no desenvolvimento econômico local;
- Ampliação da produtividade do trabalho.

Estas transformações possuem características específicas quando implantadas em diferentes regiões do mundo, assumindo, pois, feições e naturezas distintas e merecedoras, cada uma delas, em cada região, uma ampla análise. A expansão destas mudanças no seu conjunto é um dos elementos fundamentais tanto para explicar os elevados índices de produtividade do trabalho social alcançados nas últimas décadas, quanto para mostrar e demonstrar um presumido novo ideário que acompanha as reacomodações na gestão burocrática do poder do Estado.

As motivações e as formas históricas assumidas nos países centrais e nos periféricos para tais mudanças devem ser entendidas nas suas particularidades. Particularidades constitutivas de um mesmo processo desigual e combinado de acumulação capitalista no centro e na periferia, complexidade não contemplada pelas abordagens que consideram a chamada reestruturação produtiva como única e semelhante no mundo todo.

Ao longo do século XX houve diferentes processos de industrialização, sob bases fordistas, atrelados à expansão das relações capitalistas imperialistas. A partir destes diversos processos de industrialização é inevitável identificar reestruturações produtivas diferenciadas quanto a seus motivos, resultados, feições e época de implantação.²⁰

Autores vinculados à escola da regulação²¹ contribuíram para reforçar analogias entre tradicionais regiões industriais no mundo que sofreram processos de readequação aos ritmos exigidos pelo capital. Reconhecendo, por exemplo, que a “desindustrialização” do ABC Paulista, era “só” a “repetição” do que ocorreu em Paris, Milão ou no Meio-Oeste dos Estados Unidos, Alain Lipietz vaticinava em 1998 para o ABC dois destinos: ou a região transformava-se em “entreposto, estacionamento, quintal de São Paulo” ou em um “futuro arquipélago de universidades, de centros de pesquisa, de fábricas da terceira revolução industrial”. O encaminhamento para divisar os dois sentidos parece ir de vento em popa,²² o que nos permite refletir sobre algumas particularidades deste processo.

A análise de diferentes processos históricos revela essências muitas vezes incomparáveis entre si. É este o caso das *reestruturações produtivas* no Brasil e no mundo. Conceber este processo como único no mundo capitalista leva a adoção de soluções teóricas e administrativas de outras regiões transformando-as em justaposições acrílicas. As reformulações de territórios econômicos e planejamentos urbanos nos diversos países obedecem a particularidades históricas que precisam ser assinaladas, sob o risco de simplesmente serem naturalizadas ações e soluções que somente atendem aos interesses da fração hegemônica do grande capital, mesmo quando divulgadas como políticas pragmáticas e competentes. No que diz respeito aos planejamentos estratégicos de revitalização urbana como o de Barcelona, já foi apontada a dificuldade de transpor para regiões brasileiras seus princípios. Aqui, diferentemente de lá, a existência de periferias urbanas é parte estruturante das cidades; fato revelador, no plano mais imediato, de realidades totalmente díspares (Carvalho, 2000).

A industrialização brasileira foi resultado do movimento de acumulação nos países centrais imperialistas. Tentar implantar no Brasil os planejamentos urbanos e as soluções para crises de produtividade, ou de valor, gestadas nestes países, é ignorar particularidades histórico-sociais, cuja consideração desenvolveria soluções em outras direções políticas.

Os choques provocados pela onda de transformações institucionais e tecno-produtivas européia e norte-americana, principalmente depois da década de 1970, geraram patamares de acumulação do capital que só começaram a ser sentidos sobre a realidade industrial brasileira especificamente nas suas regiões metropolitanas industriais, nos anos de 1990.

As distinções históricas são abissais. Em relação ao processo de reestruturação produtiva imposta pela dinâmica do capital, Diniz (2000) destaca diferenças cronológicas e estruturais deste processo mundial: “Nos casos americano e inglês, a reestruturação veio como resposta à crise econômica, impondo mudanças tecnológicas e organizacionais.” No caso brasileiro, continua o autor, “a reestruturação veio antes ou junto com a crise” cujo resultado imediato foi a queda do emprego industrial. Nos países centrais, já na década de 1970, a “reestruturação veio como resposta” à crise e provocou queda no emprego industrial. Resposta à crise econômica e às lutas operárias da época, que dinamizou na Europa e nos Estados Unidos setores produtivos fornecedores de serviços de alta tecnologia. No caso brasileiro, aprofundando os níveis de miséria e desemprego, “a reestruturação foi imposta de fora” somente na década de 1990 resultando, também, em uma expansão do setor de serviços. Porém, nos países periféricos este setor caracteriza-se por empresas terceirizadas, *quarteirizadas* etc., que giram em torno do grande capital transnacional e por atividades de um setor informal que se assemelham a um subemprego generalizado.

Por um lado, fornecedores do grande capital vinculam-se às atividades de serviços expulsas do espaço fabril devido ao processo de enxugamento das fábricas; por outro o trabalho informal *precarizado* é inchado tanto pelos expulsos do campo quanto pelos desempregados urbanos, também gerados pela reestruturação tecno-produtiva imposta pelo capital. Enquanto nos países periféricos a expansão dos serviços se dá de forma precária, girando dependentemente em torno

dos setores mais lucrativos da economia – quase sempre controlados pelo grande capital internacional –, nos países centrais os serviços se constituem como produtores de tecnologia de ponta dos quais, aliás, os outros campos produtivos são clientes, identificando uma mobilidade intersetorial inexistente no Brasil.

A consolidação dos capitais industriais no Brasil segue uma trajetória própria. Desde a proto-industrialização vinda da economia cafeeira, a indústria no Brasil nasceu como propriedade centralizada e concentrada regionalmente. Manteve-se sob outros patamares no bojo da expansão imperialista revigorada a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Esta trajetória conferiu danosa e peculiar associação entre a burguesia brasileira e os capitais internacionais. Como processo histórico que primou pela eliminação dos traços de acumulação liberal, a indústria nacional – regionalizada – nasceu atrelada aos interesses dos capitais internacionais e por isto incapaz de um desdobramento próprio de forças produtivas. Esta condição pode ser percebida nas peculiares plantas do parque industrial brasileiro montadas com máquinas e equipamentos em desuso nos países centrais, principalmente nos anos 1950. O freio ao desenvolvimento de forças produtivas capitalistas clássicas (nacionais autônomas, como eram as dos países centrais), no Brasil teve impactos também nas políticas de gestão e de organização do trabalho. Na trajetória sempre particular de nosso país, implantou-se uma produção fordizada sem os supostos benefícios dos processos clássicos de industrialização: sindicatos de massa independentes e autônomos, Estados provedores de benefícios sociais e níveis maiores de consumo a partir de salários mais altos (Castro, 1995). A luta de classes no Brasil tem sido marcada por estas particulares direções políticas impostas pela burguesia brasileira historicamente incapaz a seu tempo de formular, propor e liderar projetos nacionais autônomos sendo por isso alicerce de formas de modernização conservadora.²³

Com total desconsideração por estas diferenças estruturais permanece a corrida para tentar igualar as condições históricas regionais e nacionais brasileiras com os padrões internacionais. Corrida levada a efeito, desde tempos varguistas e recrudescidas até hoje, por um Estado que pretende afirmar-se como o condutor demiúrgico do nosso processo histórico.²⁴ Sob formas diferenciadas, mas sempre adequadas aos interesses externos, os setores dominantes brasileiros seguem os moldes de condução politicista burocrática de um típico progressismo produtivista de mercado, agora marcado pelos fluxos informacionais transnacionais que drenam para o mercado financeiro o valor social produzido pelos trabalhadores brasileiros.

Durante os anos 80 do século passado já se delineava no Brasil uma tendência à renovação dos bens de capital, porém somente na década de 1990 é que se fortalece esta tendência. Desde então vem ocorrendo “perda relativa e absoluta do peso da produção e do emprego industrial” no conjunto da economia. Em parte, essa perda decorre da “reestruturação que provoca modernização tecnológica e crescimento da produtividade” do trabalho usurpada pelo capital. Outra parte desta perda ocorre pela transferência de um conjunto de atividades antes executadas no interior das fábricas para um setor de serviços recaracterizado pela informalidade. É um processo absolutamente distinto das regiões americanas, alemãs ou inglesas, onde os tradicionais locais da industrialização taylorista-fordiana expressaram “perda absoluta de população, de emprego industrial e total realocização de indústrias.” (Diniz, 2000: 44).

Comparando ainda outros processos internacionais de reestruturação dos patamares técnicos de produção, as diferenças continuam marcantes, em particular no que se refere à estratégia de aportes de capital. O Vale do Silício nos Estados Unidos é obra de capitais privados de risco, cuja lógica é o potencial de lucratividade a longo prazo e não de lucros imediatos — pois as pesquisas são fortemente subsidiadas e orientadas para o atendimento de uma indústria bélica e do departamento de segurança nacional. No Japão, a chamada cidade científica de Tsukuba absorveu US\$ 5,5 bilhões, gastos entre 1960 e 1985. Comparando com o caso brasileiro, podemos

salientar que aqui praticamente inexistem capitais de risco e há de ser considerado o tempo de maturação dos investimentos: 10 a 15 anos (Magalhães Tavares, 1994: 281). Não existem no Brasil, os incentivos para o capital, que são abundantes e garantidos em longo prazo pelos governos francês, alemão, japonês, e pelo campeão absoluto de subsídios estatais a capitais privados: o governo estadunidense, ironicamente autoproclamado campeão do liberalismo econômico. Que este campeão em subsídios ao seu ofensivo setor privado através das atividades ligadas à defesa apresente-se como o defensor do livre mercado e da ausência de subsídios nos outros países é algo no mínimo paradoxal. Qual seria a posição concorrencial das empresas americanas – as colocadas entre as maiores do mundo – em um efetivo (sempre ideal) livre mercado, sem esta política de subsídios estatais caracterizada por verbas a fundo perdido para pesquisas e encomendas oficiais substanciais?

Guerras mundiais, corridas espaciais, guerras frias, guerras cirúrgicas, guerras nas estrelas, iniciativas de defesas estratégicas estão, e sempre estiveram, por trás da disposição dos capitais estadunidenses em assumir nos tecnopólos, riscos de longo prazo baseados em encomendas de pesquisas e armas feitas pelo Pentágono e outros órgãos do governo americano. No Brasil, pólos como Campinas, Santa Rita do Passa Quatro e outros, herdeiros de projetos gerados na ditadura militar (assim como os grupos empresariais, gigantes falidos, da Villares, Elebra, Sisco, Cobra, Esca) não podem ser a eles comparados, pois aos capitais de “risco” tupiniquins, fez e faz falta pelo menos os vultosos, infalíveis e ininterruptos subsídios e garantias das encomendas estatais que ocorrem em países como França, Inglaterra e principalmente nos Estados Unidos.

Os tecnopólos, centros produtores e difusores de conhecimento de ponta, embora possuam uma aura de puro progressismo tecnicista capitalista baseado no livre mercado, só são viáveis sob intensa e contínua proteção estatal e sob o controle de capitais imperialistas.²⁵ No Brasil, aparecem como solução para regiões inteiras, mas, contraditoriamente, são dependentes estruturalmente de investimentos nacionais estratégicos de longo prazo que não podem ser garantidos apenas por uma *vontade* política, ou intenções subjetivas de desenvolvimento de *vocações* regionais. Apesar disto, muitos dos nossos planejadores políticos insistem no caminho da constituição da competitividade interna e da correção de desequilíbrios regionais, a partir da dilatação de um setor de serviços precário, porém transformado em arauto da modernidade.²⁶

No caso do Brasil, principalmente a partir da década de 1990, adicionalmente, várias atividades foram expulsas das indústrias nacionais e transferidas para os centros tecnológicos dos países centrais, praticamente inviabilizando (com raríssimas exceções) a existência de produção interna de serviços com nível de qualidade técnica independente.

Sem deixar de aproveitar-se das – historicamente construídas – infra-estruturas logísticas de tradicionais centros industriais, o grande capital remodela a cadeia produtora de valor promovendo eventuais realocações das indústrias transformadoras com o objetivo de encontrarem nichos de força de trabalho e terrenos mais baratos em lugares distintos destes centros tradicionais. Lugares distintos, mas desde que inseridos nos limites dos territórios econômicos possuidores de algum grau de produtividade infra-estrutural. O grande capital, assim, realocaliza e reformula territórios econômicos impondo à rede de fornecedores seguir estas modificações para que permaneçam conectados aos circuitos de valorização.

Como resultado deste processo, modificam-se as correlações de força das frações proprietárias capitalistas nacionais, que mais uma vez correm atrás das migalhas deixadas pelo grande capital. Nesta corrida forjam, como projeto máximo, a renegociação em melhores termos de sua inserção nos processos capitalistas de revalorização mundial, obstaculizando sistematicamente o desenvolvimento de forças produtivas e o aprofundamento de efetivas conquistas democráticas – materiais e políticas – aos trabalhadores brasileiros. Estas bandeiras

democráticas, em contrapartida, são acenadas como passíveis de serem realizadas, desde que a sociedade civil sustente governos e políticos autoproclamados possuidores de uma *responsabilidade social* e presumida competência na gestão das contradições do mercado. Tais governos tentam preencher em vão o vácuo deixado pela não realização de tarefas burguesas clássicas no país.²⁷

A cada reformulação produtiva baseada em técnicas cada vez mais distantes das pequenas e médias empresas, a concentração do capital eleva-se pela impossibilidade destas gerarem e administrarem processos tecnológicos próprios de ponta. Para sobreviverem como fornecedoras terceirizadas são obrigadas a se tornarem elos subsidiários da cadeia produtora de mais-valia. Complexo produtivo orquestrado pelas *empresas-mãe* detentoras do controle qualitativo e quantitativo dos fluxos de mais-valia.

A remodelação do grande capital nos distritos industriais tradicionais, como os da Grande São Paulo, ou os da Grande Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, entre outros, tem gerado várias medidas em nome de uma flexibilização nas relações capital-trabalho, na tentativa assumida de transformar o *custo Brasil* em *benefício Brasil* – para usar uma das muitas expressões empresariais adotadas pela mídia e por parte da academia, que esconde (ou revela) os interesses dos empresários em livrarem-se de quaisquer encargos, entre eles os chamados encargos sociais. Atreladas a uma política autodenominada moderna e de negociação, estas medidas contribuem efetivamente para a acumulação de capital dos conglomerados que hoje vivem a plena liberdade de troca e de trânsito financeiro, isenções de impostos e aguardam, ansiosamente, o desmonte da legislação atual que rege as relações entre capital e trabalho.²⁸ Entre os gestores destas medidas encontram-se, além dos sindicatos e universidades, um Estado (federal, estadual e local) atento às necessidades de lucratividade exigidas pelos grandes capitais financeirizados. Exigência que se caracteriza pela rotação do capital produtivo em períodos de tempo cada vez mais curtos – elemento marcante que a nós, aqui, interessa de perto, por ser o conteúdo central materializado pelas técnicas do *just in time*, mote inicial de nossa análise.

A capacidade da produção e controle estratégico dos processos de trabalho, dentro e fora dos locais singulares do trabalho, e a absoluta liberdade do capital mundializado, vêm recentemente conquistando patamares ideais de acumulação, no caso brasileiro, sem estas empresas *fugirem* dos tradicionais distritos industriais nacionais, conforme era preconizado no início dos anos 1990, com particular alarde e emoção por empresários nacionais, políticos e sindicalistas.²⁹ Alarde, entre outras razões, que promoveu ambiente propício para conservadoras acomodações políticas e estruturais posteriores.³⁰

Por exemplo, no ABC Paulista, manteve-se o núcleo produtivo dos monopólios automobilísticos. Embora algumas unidades produtoras tenham se instalado pelo país afora, este distrito industrial permanece produtor de quase 50% dos produtos automotivos. Como circuito produtivo ainda de ponta as montadoras orientam a reorganização espacial, a forma de gestão do trabalho nas autopeças, definem o traçado do tecido viário e industrial da região. Vale a premissa de que não cabe uma eficiência isolada de cada planta fabril e sim a eficácia do processo produtivo como um todo, como preconizam os cânones do *just in time*. Os componentes dos automóveis, fabricados e entregues de acordo com o cronograma das montadoras, são responsáveis por mais de 50% do valor agregado na montagem final dos veículos. É interessante pesquisar estes movimentos de fabricação e entrega, esta concentração e este volume de valor agregado, pelo efeito de propagação sobre outras indústrias, sobre o setor de serviços e sobre todos os outros setores da economia, principalmente os de capital nacional. As condições urbanas e humanas decorrentes também são afetadas. Alguns dos aspectos do aumento do grau de cooperação do trabalho social são referidos como a necessidade de instalação de *clusters*³¹ ou os arranjos produtivos locais – manifestações de uma apologia do local que vem no cerne da reformulação territorial imposta pelo capital.

Depois de uma década de relativas desindustrializações, o capital financeiro mundial que se encontra no topo da cadeia industrial, mantém presença constante no ABC Paulista. Nesta região, o parque industrial chegou em 1999 com 700 estabelecimentos a mais do que em 1988 (aumento de 17,5% em 12 anos): “o saldo final, ainda é positivo”,³² segundo pesquisa realizada a partir de dados colhidos da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Especificamente, nos anos 1990 no ABC Paulista, surge um eixo de reindustrialização que promove um redimensionamento interno ambíguo, pois apesar da saída de algumas indústrias há uma migração interna, regional e o reescalonamento de fornecedores. Este eixo pode estar reorientando-se na direção de cidades menores da região. A permanência e reestruturação do núcleo de fornecedores locais acabam se transformando em meio de reafirmação econômica possibilitando a implantação do sistema *just in time* na região³³ e a reafirmação de uma apologia do local que compõe um dos cânones do ideário da *reestruturação produtiva*.

Em geral, escamoteia-se nos discursos políticos e nos planejamentos urbanos atuais, que as mudanças nas políticas econômicas regionais, eventualmente, denominadas novos regionalismos, são naturalizações da *reestruturação produtiva* imposta pela dinâmica do capital. Esta realidade é dada como inexorável e moderna sem se considerar o poder de indução e influência do capital internacional e suas exigências de plena liberdade operacional.

Partes importantes do processo produtivo que antes estavam circunscritas aos muros das fábricas foram exportadas para outras localidades – outras cidades ou regiões – dos territórios econômicos reorganizados pelas operações logísticas. O aumento de gastos públicos e problemas decorrentes desta exportação (e a diminuição da arrecadação causada por renúncias fiscais para atração ou manutenção das empresas) estão por trás das preocupações com um redimensionamento regional ou local. Tais preocupações são em parte responsáveis pelo recrudescimento nos últimos anos da importância dos lugares singulares e inclusive pelo renascimento de um arremedo do conceito de comunidade. Arremedo pois o que os habitantes destas comunidades possuem *em comum* é a condição de mônadas isoladas solventes, portadoras de uma moral cidadã imposta pela sua subordinação real ao capital. Arremedo, também, porque a relação que estes habitantes possuem com os meios de produção e com os produtos de seus trabalhos não guardam qualquer semelhança com as relações sociais das quais abstraíram-se os diversos conceitos de comunidade. Pressupõe-se, implicitamente, um paralelismo, inexistente, entre este tipo de desenvolvimento econômico local baseado nas conexões com o mercado financeirizado mundial e um efetivo desenvolvimento humano comunitário. Adiante retomaremos esta questão da *ideologia do lugar*, que preconiza um desenvolvimento local, comunitário cujo fim, em última análise, é a manutenção do cosmopolitismo do capital.

O grande capital estimula e negocia com os poderes políticos institucionais a implementação da infra-estrutura necessária ao transporte, à circulação das mercadorias. O Rodoanel da Grande São Paulo, como exemplo visível desta nova fase da acumulação, só ficou pronto depois de engavetado por 20 anos; quando foi prioritário ao capital o acesso mais rápido – *just in time* – aos insumos, o projeto foi posto em execução. Para a manutenção das grandes indústrias nas regiões metropolitanas e atração de outras, as políticas públicas urbanas procuram vender as cidades como mercadorias com valor de troca específico: são cidades-estoques, privilegiadas em termos logísticos com ruas, vias e rodovias relativamente adequadas para transformarem-se em esteiras rolantes interligando fábricas, porto secos e outros estabelecimentos pulverizados pelos territórios *just in time* que englobam estas cidades.

O *marketing* urbano tem mostrado algumas cidades-estoque como pólos potencialmente capazes de atrair indústrias de “alta tecnologia, especialmente nos segmentos leves, como a microeletrônica e a informática” (Diniz, 2000: 44), oferecendo recursos de pesquisa, mercado de trabalho profissional, rede universitária, mercado consumidor e infra-estrutura. Dídivas fornecidas

ao e aproveitadas pelo caráter próprio do capital: o de não subverter a lógica de apropriar-se, gratuitamente, do já existente e dos contínuos esforços dos poderes municipais, mantendo-se concentrado nos lugares que melhor lhe servem para revalorização. Como resultado, os conglomerados – com seus escassos empregos diretos – permanecem nos *lugares* dos territórios econômicos tradicionais não se instalando em outros mais pobres do Brasil e do mundo, *lugares*, estes, não dotados absolutamente da infra-estrutura necessária do ponto de vista do capital: estradas, altos custos para qualificação de força de trabalho, telecomunicações, fornecimento de energia abundante e barata etc., restringindo, assim, a expansão das formas de produção existentes. Mesmo quando empresários decidem *fugir* dos centros industriais tradicionais só relativamente modifica-se a face da concentração monopólica dos capitais.

Inserido na lógica e na dinâmica da reprodução de suas relações sociais, as atividades de ponta do capital estão se reconcentrando nos países imperialistas, nos núcleos históricos originais destas relações. O capital desenvolve forças de produção não em sentido qualquer, mas naquele que otimiza sua valorização, o que não elimina contradições estruturais conseqüentes da implantação deste desenvolvimento.

Na atualidade, mesmo, e por causa do desenvolvimento destas forças de produção específicas, o capital se apropria privada e parasitariamente do patrimônio público acumulado (inclusive universidades públicas e fundações) e de ativos públicos reais. Esta apropriação ocorre através de privatizações sob condições privilegiadas e também por *parcerias* feitas com os poderes públicos, aos quais cabe garantir a segurança dos investimentos dos *parceiros* privados. No sentido deste desenvolvimento específico de forças de produção, o capital permanece ampliando o desperdício, privatizando patrimônio público e destruindo meios de produção e mercadorias a partir da obsolescência programada (Mészáros, 1989), além de incrementar um crescimento econômico que se restringe a alguns países ou a algumas regiões de alguns países.

A base técnica, que supostamente exige maior preparo intelectual dos trabalhadores para sua operação, imposta por este processo de mudança de padrão tecnológico, não dispensa a exploração de imensos nichos de trabalho vivo superexplorado, cujo preço está muito abaixo de seu já diminuto valor de reprodução, sejam os trabalhadores do Leste Asiático, sejam os programadores indianos, sejam os coletores brasileiros de latinhas, organizados ou não em empresas cooperativizadas, jurídica e estatutariamente aceitas no mercado. Por viabilizar a expansão do caráter cooperativo do trabalho social, esta base técnica informática e teleinformática, amplia as possibilidades de exploração sincronizada de amplos nichos de trabalho vivo espalhados pelo mundo.

Apesar dos discursos dos administradores dos poderes locais serem permeados por declarações de neutralidade e autonomia política, o atendimento das necessidades da dinâmica atual do capital é objetivado nas políticas governamentais de incentivo à formação de arranjos produtivos locais de vários tipos, além de contribuir para a formação de uma força de trabalho adequada a estes padrões. Arranjos produtivos locais, desenvolvimento comunitário, formação (moral) específica de força de trabalho, e outros aspectos das políticas públicas que veremos a seguir, materializam estruturas e políticas de drenagem de valor por capitais com maiores composições orgânicas, demonstrando, que política e ideologia não são neutras ou autônomas, devendo mais do que nunca ser remetidas à esfera da produção (Bernardo, 1998) sob o risco de serem mistificados por esta suposta autonomia e neutralidade.

Na segunda parte discutiremos mais detalhadamente as especificidades deste processo de drenagem de valor implantado por esta *reestruturação produtiva*. Por hora, assinalaríamos que a base técnica atual do capital e a implantação das condições consideradas necessárias aos fluxos de mais-valia e sua transformação em fluxos de lucros – local, regional, nacional ou mundialmente falando – provocam modificações no lócus urbano regional, no perfil, na consciência e no *modus*

vivendi dos indivíduos em função do volume e do tipo de negócios nascentes, dos tempos de produção, circulação e consumo e das conseqüentes dissipações sociais promovidas pela busca de um idealizado *tempo real*. Estas mudanças promovedoras de choque entre a cidade taylorista-fordiana herdada e a cidade toyotista necessária e idealizada, não configuram um desmonte absoluto das estruturas econômicas das regiões, principalmente, dos países de industrialização tardia, mas sim sua adequada remodelação. Remodelações que, prioritariamente, devem atender aos ritmos *just in time* da produção e circulação do capital.

Os reflexos das remodelações produtivas impostas pela dinâmica do capital sobre os espaços urbanos são diversos e condicionados pelas particularidades históricas de cada país e região. As conseqüências destas reestruturações, embora revelem mudanças aparentes na dinâmica urbana, parecem confirmar a tendência geral do capital em manter a concentração econômica nos lugares onde as instalações infra-estruturais historicamente herdadas chocam-se com as exigências contemporâneas da produção. Paralelamente, outros pólos produtivos podem surgir (Bahia e Curitiba no caso brasileiro, ou Bombaim na Índia – ademais, locais não completamente fora do circuito econômico brasileiro ou mundial) mas o capital tende a intensificar sua presença física onde existe infra-estrutura capaz de absorver suas imposições.

*

As mudanças promovidas pelo capital desde os anos de 1970 não são exclusivamente de ordem tecno-produtiva sentidas, principalmente, no chão-de-fábrica e na reorganização do solo urbano. Concomitante a estas mudanças técnicas, vem sendo implantada também, compulsoriamente, uma *reestruturação* político-institucional que veremos a seguir. Esta última visa criar e recriar uma determinada ideologia *cidadã* e manter uma rede burocrática – aparentemente cada vez menos atrelada às instituições tradicionais do Estado – para atendimento e controle localizado dos imensos contingentes de populações afetadas pelo desemprego produzido pelo processo de reestruturação tecno-produtiva imposto pelo capital.

REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

As profundas transformações promovidas pelo capital nas últimas décadas foram respostas tanto à intensa luta de classes vigente nos centros industrializados de base fordista, quanto à concomitante crise de lucratividade dos capitais das décadas de 1960 e 1970. Uma ofensiva do capital na luta de classes promoveu intervenções políticas e ideológicas que reorientaram – e reorientam – a administração dos Estados, vitalizaram instituições para-governamentais e elaboraram teorias sócio-psicologizantes que contêm princípios a serem interiorizados pelos indivíduos, principalmente, mas não somente, nos países periféricos.

Os efeitos da maciça introdução de equipamentos e máquinas programáveis nas fábricas provocando desemprego, e ao mesmo tempo, altos índices de produtividade, vêm sendo utilizados pelo capital para insidiosas e invasivas campanhas no interior das fábricas e demais locais de trabalho.³⁴ Campanhas psicologizantes, redutoras do político ao psíquico, conforme já alertava Maurício Tragtenberg (1989) promovem a reconstrução de um adequado perfil de consciência e subjetividade de modo a garantir as interfaces adequadas dos trabalhadores empregados para a operação com aqueles equipamentos distanciando-os da compreensão que revele as determinações materiais, econômicas, de classe do ser social. Paralelamente, devido à ampliação do caráter cooperativo do trabalho social de um proletariado urbano expandido, uma saraivada de dogmas de eficiência e eficácia, não só no interior das fábricas, mas no território econômico expandido, desaba sobre todos os indivíduos.

As reestruturações produziram um contingente de desempregados de todos os níveis de qualificação em todo o mundo, mas é nos países periféricos do sistema que a situação de pobreza, violência e exploração decorrente do desemprego é mais alarmante. Como efeito colateral à expulsão de inúmeras atividades do interior das unidades produtivas, desempregados foram obrigados a buscar, criar ou manter atividades pulverizadas por todos os poros dos territórios econômicos, terceirizando, *quarteirizando* etc. seus *serviços*, montando *empreendimentos próprios*. É discutível a obrigação de no Brasil, ou em outros países da periferia econômica, os desempregados, somados ao histórico contingente de miseráveis, assumir qualificações, habilidades e perfil para tornar-se aquilo que tem se manifestado como uma das máximas da cidadania: serem *empreendedores de sucesso* (mesmo trabalhadores absolutamente precarizados de uma sub-central de seleção de lixo em um bairro de São Paulo ouvem de representantes de organizações, governamentais ou não, conselhos sobre a necessidade de incluírem-se como *cidadãos empreendedores*).³⁵ Ouvem a discutível premissa de que todos podem ou devem ser incluídos no mercado empreendedor capitalista, ou arcar com as conseqüências do fracasso, dentro da não menos discutível e reducionista dicotomia vencedor/perdedor tão comum na cultura ianque.

No rastro da chamada reestruturação produtiva, organizações, formalmente desligadas da esfera oficial dos estados, ao menos teoricamente, foram criadas às centenas e passaram a receber incentivos financeiros e subsídios teóricos (nacionais e internacionais) para assumirem o papel de orientadoras das populações espalhadas pelo mundo, especialmente dos territórios que passaram pela onda de reestruturações tecno-produtivas. São institutos, entidades consideradas sem fins lucrativos baseadas, parcialmente, no voluntariado e organizações não-governamentais da sociedade civil autoproclamadas de interesse público que identificamos como *neogovernamentais* (utilizando pertinentemente o prefixo usado de modo mais impertinente no momento) que orquestram o bombardeio de dogmas morais de eficácia, eficiência, sucesso, solidariedade e participação cidadã.³⁶ O leque de atingidos acaba sendo amplo e eclético: tanto

indivíduos pobres das periferias, empregados e desempregados, quanto indivíduos da pequena-burguesia (e mesmo da burguesia) mostram-se hoje dispostos a atividades solidárias de voluntariado, disponíveis para ensinar e trocar igualitariamente. Afinal, quem pode ser contra a *justiça social*?

Sob o risco de mistificação da autoproclamada neutralidade e autonomia, mais do que nunca política e ideologia devem ser remetidas à esfera da produção (Bernardo: 1998, 2000, 2004) para que se apreenda conteúdo, meios e fins destas entidades e de seu ideário. Formas do Estado, sobretudo os poderes locais, municipais e outras instituições, cumprem ações interventoras sobre o todo social que precisam ser analisadas quanto às determinações de sua origem e seus limites. Estas ações e formas institucionais preconizam a reorganização temporal-territorial com efeitos na esfera da produção e na conformação do homem adequado para aumentar o ritmo de rotação do capital.

Para viabilizar a transformação de todos os habitantes das cidades em funcionários naturais-potenciais do capital, empregados ou não, planejamentos, concepções institucionais políticas e ideológicas começaram a ser exportadas para os países ditos em desenvolvimento já desde fins da década de 1970. Políticos e profissionais, disto que passou a ser identificado como terceiro setor, assumiram discursos e procedimentos de controle dos desempregados pela desestruturação das formas produtivas anteriores, além de atuarem como definidores teóricos e *agentes* da incessante busca de uma governabilidade (*governance*) financiadora do aumento de produtividade em todos os níveis: da produtividade pessoal do desempregado à do chão-de-fábrica, à produtividade administrativa urbana.

Paralelo aos efeitos locais do *desmonte* da antiga base produtiva fordiana, proclama-se o *desmonte*, evidentemente, não do Estado, mas de algumas das características associadas àquela base produtiva. O capital forja o *comitê executivo* na forma mais adequada a suas necessidades.

Atendendo a estas imposições, organizações burocráticas neogovernamentais explodem em número e atribuições, não só no Brasil, como no mundo acompanhando este processo de *desmonte*. Caracteristicamente, estas organizações consideram-se pertencentes a um recém-instituído terceiro setor supostamente neutro e acima do setor público (ineficiente e corrupto) e do privado (ganancioso e corruptor). Profissionais destas instituições se outorgam a condição de divulgadores e operadores da gestão institucional moderna. Representantes do poder parlamentar e do executivo, eleitos por processos em princípio considerados legítimos, estruturas governamentais historicamente criadas sob controle do capital em outros tempos, passam a ser consideradas inadequadas, fracas, ineficientes, ineficazes e, por princípio, suspeitas. Assumidamente o objetivo é a construção de uma *nova* governabilidade (*governance*) como contrapartida a uma atribuída inadequação das estruturas estatais herdadas do período anterior.

Os chamados *novos movimentos sociais*³⁷ a partir dos anos de 1980 passaram a ser diretamente organizados e orientados por políticas vinculadas a teorias que definiam *movimentos sociais* como os articulados e nascidos em uma *sociedade civil* entendida como um espaço plural de liberdade e autonomia, abandonando, na mais clara adesão aos discursos conservadores, a referência à categoria *sociedade*.³⁸ Estes movimentos identificariam interlocutores claros para o atendimento de suas reivindicações sociais. O Estado incompetente e corrupto seria o interlocutor privilegiado e o responsável mais direto e visível para responder por injustiças e desigualdades no fornecimento de serviços público-sociais. Seria, portanto, este Estado não só o interlocutor imediato das reivindicações levadas a efeito pelos *movimentos sociais*, mas a instituição que atenderia – porque deve atender – estas reivindicações. A lógica que ilumina esta orientação é, em primeiro lugar, a

exclusão da categoria sociedade, privilegiando a *sociedade civil* composta de uma plêiade de comunidades locais e, em segundo lugar, a existência de dualidades excludentes: a *sociedade civil* por um lado e o Estado por outro. Dualidade do Estado e do *não-estado*, dualidade do público e do privado, do político e do social.

Nestas aparentemente antitéticas dualidades que dariam conta da totalidade social, fica de fora o principal eixo estruturante da sociedade: as formas da produção e apropriação da riqueza social. Como resultado conceitual: *movimentos sociais* lutam contra o Estado, enquanto a produção fincada no trabalho abstrato produtor de valor de troca mantém-se intacta e intocável. Nesta concepção, a sociedade de classes reduz-se a uma *sociedade civil* que se organiza para vigiar e cobrar de governos inadequados e suspeitos serviços públicos e direitos civis baseados em um igualitarismo liberal e abstrato.

Esta definição contém a *inocência* ideológica, primeiramente de considerar o Estado capitalista, sob qualquer forma que se apresente, como existindo para garantir condições humanas efetivas, e em segundo lugar de conceber que o conjunto dos meios de produção no mercado *livre* pode ser melhor administrado pelos que possuem elevado senso de justiça e são, acima de tudo, presumidos homens honestos. Tais pressupostos têm como consequência uma luta *contra* o Estado capitalista, mas em última análise, termina por legitimá-lo e capacitá-lo como provedor e promovedor das reivindicações apresentadas. No bojo desta concepção reformista encontram-se somente reivindicações de participação na práxis capitalista estabelecida. Mesmo que para isto sejam necessárias reformas institucionais perfeitamente coerentes com o tom de renovação e modernização decantado pelos discursos conservadores que preconizam um Estado *necessário, ótimo, mínimo*.

Evidentemente, o resultado conceitual definido de *movimentos sociais* não pode ser entificado. Partidos políticos, entidades e instituições compostas por indivíduos concretos abraçam esta teoria nada inocente e a levam ao plano da intervenção concreta. Esta intervenção, no Brasil, iniciou-se em princípios dos anos de 1980, recrudescendo na década seguinte e permanecendo com vigor até o momento.

Aqui como em outras regiões, tais intervenções seguem paralelas aos profundos impactos sobre os empregos causados pelas reestruturações tecno-produtivas. As ações para minorar os efeitos destes impactos foram e são difundidas por seus líderes como conquistas sociais, como vitórias das intervenções populares, conferindo a estes líderes selecionados e forjados uma aura de *responsabilidade social*.

As intervenções concretas das instituições neogovernamentais e dos poderes locais recompostos subordinam-se a e divulgam aquelas falsas dualidades e exclusões categoriais tentando escamotear a “verdadeira questão que habita o plano da reprodução socioeconômica – qual seja, o poder produtivo do trabalho efetivamente exercido e sua necessidade absoluta para assegurar a reprodução do próprio capital” (Mészáros, 2002: 855). Tentativas de escamoteamento semeiam ilusões nas quais *engenharias sociais* implementadas por reformas institucionais sucessivas ou fóruns de negociações possam abolir por decreto a “personificação de coisas e [a] reificação de pessoas.” (*idem*).

O aspecto ainda mais grave e danoso deste tipo de formulação teórica e conceitual concretamente abraçada é negar a determinação da produção material em relação à cultura, à educação, e à política. Estas teorias reduzem a natureza e a força de objetividade destas esferas. Consideradas esferas autônomas não só perdem força de resistência como se transformam em eixos de reprodução dos valores do mercado.

Obscurecido o cerne determinante da produção – mesmo a mais imediata – a possibilidade da ação, da intervenção dos trabalhadores sobre seus destinos fica comprometida. A crítica possível, a partir destas esferas idealmente autonomizadas, reduz-se a intenções subjetivas que resultam em frustrações e na reprodução do conceito de uma *sociedade civil* plural, porém desossada da estrutura de classe. A substituição da sociedade (de classe) pela sociedade civil composta de comunidades locais cumpre exatamente o papel de eliminar as classes objetivas do discurso e da ação. No arremedo de comunidade instalada não há antagonismos ou contradições de classes, mas presumíveis laços entre *cidadãos*, que em um esforço conjunto supririam os descasos e desmandos promovidos, acima de tudo – e esta é a natureza ausente deste esforço – por um sistema que só sobrevive a partir destes descasos e desmandos sociais.

A *sociedade civil* esvaziada dos antagonismos e contradições de classe não questiona a apropriação privada dos resultados do trabalho social, transforma-se, assim, em *paradigma* de análise e de organização de *movimentos sociais*. Instituições neogovernamentais, desde que baseadas neste *paradigma*, pautam seus projetos e recebem financiamentos de institutos internacionais ligados a grandes empresas, a diversas religiões, a magnatas norte-americanos ou a partidos políticos europeus, ou brasileiros, assumidamente ou não, social-democratas. Estas instituições se auto-atribuem o papel de fiéis guardiões e arautos messiânicos de um conjunto de regras, normas e valores *democráticos* e *cidadãos*. A rede burocrática construída permite que as maiores e as mais atuantes organizações neogovernamentais no Brasil sejam braços locais de organizações de abrangência mundial e de mesmo conteúdo ideológico.

Estas entidades e seu ideário fazem parte do processo de transformação produtiva que o capital vem impondo, ao menos desde a década de 1970, não só no Brasil como no mundo. Para o capital, os lugares tornaram-se territórios expandidos da produção e da circulação – não basta, pois, o controle ou monitoramento do comportamento de trabalhadores dentro das unidades produtivas. Como consequência da ampliação do caráter cooperativo do trabalho é necessário padronizar comportamentos e disposições subjetivas em regiões bem mais amplas. Trabalhadores livres, portadores de força de trabalho laborativa, dispostos e disponíveis em qualquer lugar dos territórios econômicos, devem ser promovidos a *cidadãos-empresendedores* dentro e fora dos locais de trabalho. Seriam os *cidadãos responsáveis* – obrigatoriamente isolados, ou quando muito ligados por falsos laços comunitários – incumbidos de diminuir o *risco social* para os capitalistas livre e seguramente investirem seus capitais.

Como parte do movimento de reformulação geral promovido, os poderes públicos assumem as responsabilidades de implantação das adequadas condições urbanas e institucionais para adaptar e manter as dinâmicas impostas pelo processo produtivo, enquanto organizações recém-instituídas são chamadas a naturalizar a função que cada habitante ocupa no processo de trabalho produtor de mais valor, atuando segundo James Petras, como uma rede burocrática “repressiva” para “atenuar as explosões sociais” e administrar o trabalho e a pobreza decorrentes do desemprego estrutural (1996: 8).

Propostas de ação e organização da *sociedade civil* a partir deste ideário neogovernamental são apresentadas como conquistas geradas pelas lutas dos anos 1980, ou como ecos – desde que passados pelo crivo das autocríticas políticas – dos muito radicais movimentos de contestação da um pouco mais longínqua década de 1960, no Brasil e no mundo. O que não se questiona é que este ideário possui outras origens e formuladores que nada possuem em comum com as populações pobres, desempregadas dos países periféricos. De onde vêm, quais os ideólogos das formulações da reconstrução das *comunidades locais*, da detecção das *vocações* regionais ou individuais, das *políticas públicas* dos valores morais de *empresendedorismo*, *cidadania*, *solidariedade* e do *desenvolvimento econômico local*?

Desde a infelizmente célebre Comissão Trilateral, nos princípios da década de 1970, os arautos do capital norte-americano, mas não só, liderados por David Rockefeller e Richard Nixon, condensaram um movimento conservador destinado a “fazer com que pessoas privadas ultrapassassem o fracasso de governos e pusessem fim à desordem na aliança ocidental.” (Bernardo, 1998: 80).

Este lapso de civismo, que vai bem mais além das fronteiras nacionais dos Estados Unidos, vem acompanhado de uma mudança no eixo econômico territorial no interior deste país. O *Sunbelt*³⁹ acolhe altos investimentos nas tecnologias eletrônicas e aeroespaciais longe dos antigos distritos industriais do Nordeste e Centro-Oeste norte-americanos. Esta mudança aciona uma intensa campanha ideológica que toma vulto a partir dos anos de 1980 em torno das tecnologias *high tech*. Esta campanha, além de ser uma busca de segmentos de mercado consumidor para os produtos *civis* baseados na microeletrônica (subprodutos de encomendas geradas pela corrida espacial e pelo Departamento de Defesa dos EEUU), foi o início de um avassalador esforço de pavimentação do único caminho possível que o mundo inteiro deveria seguir: a aceitação incontestada de um futuro em que atividades tradicionais agrárias, industriais ou extrativas estariam perdidas “no chiado da energia eletrônica pura que resolve[ria] todas as necessidades humanas de alguma forma indolor e instantânea.” (Rosnak, 1988: 43).

Autores como John Naisbitt e Alvin Toffler tornam-se *best-sellers* cogitando um futuro límpido e cristalino, sem fios, sem chaminés e sem trabalhadores dos antigos *tempos modernos*. Dava-se início nos meios de comunicação de massa à divulgação da economia informacional, da sociedade do conhecimento e ao há tempos desejado enterro definitivo da teoria do valor de Marx. Desde os anos 1980, divulga-se com insistência (e muito investimento) *novos* estilos de vida, *novas* mercadorias, *novas* inteligências, *novo* setor de serviços, *novos* paradigmas. Sem enfrentar controvérsias, estes autores se tornam os arautos populares de um futuro brilhante e sem crises.

Sozinhos, no entanto, autores deste naipe não poderiam encetar tamanho poder de persuasão. A AT&T – maior empresa de telecomunicações do mundo⁴⁰ – endossa a noção de sociedade do conhecimento preconizada por estes e outros autores muito aceitos nas lides empresariais como Peter Drucker. Grandes empresas do setor das telecomunicações afiançam que a informação é uma *nova* forma de capital. Os investimentos destas grandes corporações da Costa Leste e políticos conservadores norte-americanos remodelaram seus discursos na mesma direção. A *nova* direita que se delineava, apropriava-se do charme midiático da *era da informação* e conseguia revestir-se de *modernidade* ao abraçar o palavrório sobre o potencial das *novas tecnologias*. Obrigatoriamente, junto ao seu sucesso político e econômico, deveria fazer criar e avançar uma *nova esquerda*, com ares de radicalismo cívico e de fascínio pela modernidade tecnológica. Esta última característica baseada em uma parcialíssima e equivocada leitura de Marx como o pensador exclusivo de um avanço inexorável da técnica – ou da tecnologia, entendida como forças produtivas – como condição basilar para a ruptura das relações de produção capitalistas.

Mas também não bastaria para a configuração desta *nova direita* a adesão de poderosas corporações e políticos oportunistas e partidos de todos os matizes para colocar em andamento as condições ideais de propagação de um ideário conservador revestido do *novo*. A estocada definitiva é dada pela adesão do aparato bélico-militar próprio do maior Estado imperialista do mundo. Esta adesão tampouco foi circunstancial. Ao contrário, a militarização da vida econômica desde o início da Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos favorece e cria as condições econômicas para propaganda e investimentos para pesquisa na área das técnicas informáticas e teleinformáticas.

A forja da ideologia do *novo* e do poder atribuído ao indivíduo, desde que atomizado em comunidades e enraizado em empreendimentos e em empregos sem perspectiva humana, está pautada nos vales de silício e no “lado negro dos laboratórios cintilantes”: uma sociedade estratificada, onde no alto estão empresários, inventores e engenheiros, abaixo estão os trabalhadores com baixa remuneração, atividade monótona e, principalmente, não sindicalizados (Rogers e Larsen *apud* Rosnak, *idem* : 54).

As teorias do fim do trabalho, do capitalismo cognitivo, do trabalho imaterial levado à frente por um proletariado prometeico, do poder do civismo e da *cidadania* possuem lastro material nada atinente aos pressupostos de uma esquerda revolucionária. Tais teorias alicerçam o arcabouço teórico e ideológico do desmonte e reconstrução dos patamares produtivos fordistas, vendendo este desmonte como *modernidade*, ou melhor, como *pós-modernidade* e como conquista democrática.⁴¹

Para realizar esta operação contou-se também, com a contribuição e financiamento de vários órgãos mundiais intrinsecamente confundidos e ligados à *nova* direita que se configurava: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU) e de poderosas outras entidades e fundações internacionais privadas ligadas a partidos políticos de cariz social-democrata europeus e norte americanos: Fundação Friedrich Ebert, International Finance Corporation ligado ao Banco Mundial, Fundação Konrad Adenauer Stiftung, Fundação Ford, Fundação Ted Turner, Rockefeller, Kellogg’s Foundation entre outras.⁴² Estas entidades financiam, fiscalizam e criam a teia burocrática que porá em andamento o decantado tecnológico mundo *novo*. Assumem a função social (!) de elaborar os indicadores de miséria mundial e recomendam onde e como investir para eliminar estes *bolsões*. Detectam o grau da doença, recomendam os remédios e para os políticos que cumprem pragmaticamente a profilaxia prescrita recompensam a lição de casa bem feita com prêmios internacionais.

Na década de 1980 a América Latina foi particularmente tratada na outra famosa reunião internacional, conhecida como Consenso de Washington. Neste *consenso*, um conjunto de tarefas foi elencado para que os governos latino-americanos pudessem continuar recebendo recursos do Banco Mundial. Estas tarefas vêm até agora, princípios do século XXI, sendo cumpridas. Muitas delas assessoradas justamente por esta rede (teia, armadilha) burocrática de organizações “repressivas” que ao organizarem a *sociedade civil* plural e desossada da estrutura de classes, divulgam o trabalho solidário e voluntário entre *cidadãos-empresendedores*.⁴³

Institutos internacionais, uns privados e outros nem tanto, após os impactos da crise econômica a partir do fim dos trinta anos *dourados* (década de 1970), abalaram-se para desestabilizar e construir obstáculos aos caminhos que vinham sendo trilhados pelos movimentos políticos que caracterizavam a luta de classes nos países centrais, na América Latina e nas regiões da África e do Oriente Médio que passavam, particularmente, por processos de descolonização com forte conteúdo socialista. Depois principalmente da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passam a estimular a produção de um clima psicológico favorável ao processo de descolonização com o intuito de dismantelar as forças anticapitalistas. Dos Estados Unidos parte um padrão de intervenções que sustentam o domínio sobre vários territórios e países politicamente definidos. Padrão cujo auge se encontra na denominada fase de *globalização* organizada desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Milton Santos, 2004: 44).

Os órgãos internacionais de discussão, planejamento e financiamento ligados ao capital contaram, e contam, com a contribuição de intelectuais orgânicos burgueses, representantes de classes, políticos, sindicalistas de todas as nacionalidades e cores em suas hostes, além de militantes da *nova esquerda* reconhecidos e assumidos, finalmente, como comissários militantes jurídicos burocratizados e defensores da *responsabilidade social*.

Da luta de classes participam todos: explorados e exploradores – passiva ou ativamente. Aparentemente, para esta *nova* esquerda, a atuação dos vários institutos, fóruns, associações, entidades nacionais ou internacionais da direita conservadora ficara restrita somente às articulações com a CIA e o Pentágono nos golpes militares nas décadas de 60 e 70 na América Latina. Aparentemente ditaduras findaram pela exclusiva luta dos *novos movimentos sociais* dos anos de 1980. Aparentemente não houve uma orquestração do capital internacional para o desmonte daquelas ditaduras. Aparentemente o Leste europeu caiu somente por contradições internas. Aparentemente as exigências de liberação do trânsito de capitais pelo mundo não interferiram na consolidação da atual feroz onda conservadora. A luta de classes, porém, possui maior complexidade que a aparente trajetória preconizada pelos teóricos dos *novos movimentos sociais*, sejam os teóricos assumidos social-democratas ou os que se auto-outorgaram um messianismo libertador da fome.

A luta envolve todas as classes, não somente setores populares *desorganizados* ou os organizados institucionalmente pelo trabalho (como os sindicatos, por exemplo): “Os trabalhadores talvez julguem que as suas reivindicações foram atendidas, mas o que se [passou e se passa] foi uma completa mudança de campo”, o capital sobrevive através da “recuperação e assimilação do descontentamento social” (Bernardo, 1998: 125). Quando surgem movimentos de revolta, as classes dominantes têm todo o interesse em isolá-los para cooptar e assimilar suas propostas. Segundo ainda Bernardo:

O aumento da produtividade, que é o eixo fundamental do processo de exploração, depende precisamente desta incessante organização e reorganização social. Quando consegue incorporar formas de relacionamento que haviam surgido em oposição a ele, o capitalismo não só desarticula a classe trabalhadora como, no mesmo gesto, inicia uma etapa nova no processo de exploração. O que chama de progresso, não tem sido outra coisa senão a recuperação dos movimentos de revolta. (idem, 125)

Os capitalistas, em conjunto com os gestores profissionais do capital internacional, promoveram este *progresso* desestruturando os caminhos ideológicos e políticos que vinham sendo trilhados pelas classes trabalhadoras, em todo o mundo, nos anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial e que se estenderam até os anos 1960/1970. Desta desestruturação, além dos organismos internacionais de controle, participaram instituições como a Igreja Católica: uma organização eclesiástica, sempre governamental, habituada há séculos a pacificar os pobres católicos do mundo. Uma organização que disporde de cérebros conservadores atentos aos rumos apontados pelo *establishment* capitalista⁴⁴ disciplinou suas bases rebeldes impondo silêncios obsequiosos sobre seus representantes identificados com a Teologia da Libertação.

Além da Igreja, contribuíram para o fortalecimento dos ventos conservadores contemporâneos soprados dos EUA, as burguesias dependentes da América Latina, que a partir dos anos de 1960, primeiro, instituíram governos militares ditatoriais em obediência aos ditames do capital internacional, estadunidenses ou não, e em obediência aos clamores anticomunistas internacionais; para depois, de modo também bastante obediente, empenharem-se, no caso brasileiro, entre meados das décadas de 70 a meados das de 1980, na *abertura, lenta, gradual e segura*. O mesmo ritmo da formulação e imposição, pelo grande capital, das reformas desestruturadoras da base material e política fordistas que se tornam discursivamente obsoletas ao longo da década de 1980. Um ritmo *seguro* e certo na construção do *novo* padrão de produção exigido pelo capital.

Considerar esta complexidade e levar em conta a hegemonia política e ideológica das classes dominantes não significa, em hipótese alguma, rebaixar a luta de classes nem transformar os explorados exclusivamente em pacientes de planos arquitetados pelo capital. Os ouvidos moucos para indicações do crivo politicista que, no caso brasileiro, a orientação das lutas dos trabalhadores da época – fins da década de 70 – vinham adquirindo; os olhos fechados para as orientações contra-revolucionárias nas hostes sindical e partidária que vinham impondo-se; o desprezo pela teoria revolucionária e o apreço pelo praticismo levantaram impossibilidades de orientação de real avanço popular, levando o movimento operário nos sutis braços articulares da direita nacional e internacional que avançava. O crivo politicista reinante impedia ver que “a dinâmica da construção democrática pelas bases não é [não seria] simplesmente ter as massas em movimento, mas dotar o movimento de massas, ao mesmo tempo, da arma programática que reordena a sistemática da produção.” (Chasin. 1982: 15).

A *nova* direita que se articulava e fortalecia, para além das fronteiras nacionais dos países centrais, mas principalmente dos Estados Unidos, acabou ocupando e construindo *novos* e sutis espaços *em rede* para a condução das lutas populares nos países periféricos inflando lideranças, cuja maior característica era (e é) a de serem, acima de tudo, anticomunistas.

Desde meados do século XX, vencida sucessivamente pelo estalinismo e pelas críticas e autocríticas que forçaram formulações cada vez mais esvaziadas de inserção revolucionária e diante de suas dúvidas e supostos enigmas, tornados acadêmicos, a esquerda revolucionária vem perdendo alcance teórico. Alicerçada por respostas equivocadas e conseqüentemente, sem indicar alternativas fincadas na práxis, sustenta uma falsa crise de *paradigmas* e submete-se aos pressupostos ideológicos soprados pelos fortes ventos reacionários. A esquerda revolucionária vencida dá espaço para uma *nova esquerda*, assumir o discurso da *responsabilidade social* e o discurso cívico da *cidadania*, discursos que serão instrumentalizados pela teia das organizações neogovernamentais que atuaram (e atuam), em geral, consciente ou inconscientemente em nome da direita *high tec* que se articulava e hoje se encontra com pleno vigor.

Desconsiderar a complexidade da luta de classes, a base material desta luta e a dinâmica proporcionada por todos os seus componentes é criar mitos de conquistas *democráticas* e se perder na ilusão de que a luta contra as ditaduras militares era a luta pelo socialismo. A desconsideração desta complexidade acalentou lutas por difusas noções de *democracia* e de *cidadania*, desconsiderando que ambas condições são as mais adequadas à dinâmica do mercado capitalista produtivista de base informacional. A adoção e a reprodução dos *novos paradigmas* construídos em órgãos mundiais de planejamento capitalista, como conceitos válidos para análise e intervenção na realidade⁴⁵, inverteram as transformações implementadas pelo capital em avanços e conquistas sociais e populares.

Neste contexto de transformações orquestradas pelo capital contribuíram tendências das produções teóricas nas ciências políticas e sociais que desde, e não por coincidência, os anos de 1960/1970, insistem em uma crise de paradigmas nestas áreas do conhecimento. Contribuindo para o caldo ideológico conservador em formação – sempre tendo Marx em mira – sintomaticamente, teorias formuladas, principalmente, nos Estados Unidos, travestiram seres humanos (inseridos concretamente em determinadas relações sociais) e instituições (com papel determinado na reprodução destas relações) em *novos* atores e *novos* protagonistas (*players*) de cenas e cenários; uma vez travestidos, a história concreta é reduzida idealmente a cenários contingentes. Acompanhando o *nascimento* destes *atores* e *cenários*, foi declarada a morte do sujeito da história e da própria história. Nas ciências políticas, históricas e sociais adotaram-se concepções da teoria dos jogos, da teoria dos sistemas, do controle cibernético ou comunicativo (simbólico) dos seres humanos – muitos teóricos europeus incentivaram e colaboraram a seu modo para o incremento da suposta crise dos paradigmas, contribuindo para tentar decretar não só a morte

do sujeito, mas o fim da ideologia, a destruição do *paradigma* do trabalho e outras vãs escatologias. Como reificação da mesma base material em transformação difunde-se a idéia, entre vastos setores da academia e das *novas esquerdas*, que o capitalismo pode ser aprimorado ou superado através de sucessivas reformas institucionais baseadas em uma *engenharia política e social* apoiada em um ideário liberal ou *neoliberal*.

A tradição bacharelesca das ciências no Brasil presta enorme atenção aos contributos do além-Atlântico europeu e mesmo por isto deixa entrar pelas portas laterais da academia, depois de já ter entrado pelas largas portas dianteiras das empresas e dos governos, teorias e formulações que vêm do sub-continente norte-americano.

Atores foram introduzidos como contrapartida ao escamoteamento das classes sociais, da luta de classes e à imposição da concepção de que a sociedade é uma soma mecânica de cidadãos (*players, stakeholders*) que devem, idealmente, praticar *jogos* referidos como *ganha-ganha*. A teoria dos sistemas (Von Neumann, N. Weiner) introduz a concepção de que a sociedade humana é um *sistema*, cujo funcionamento e comportamento dos indivíduos podem ser previstos e controlados através de mecanismos adequados de *realimentação (feedback)* em *tempo real*. Para o funcionamento destes mecanismos é essencial garantir o livre trânsito de informações e, fundamentalmente, a adequada decodificação destas informações por todos os envolvidos nos mecanismos de *feedback*. Fundamentadas na afirmação de que o homem seria prioritariamente produtor de linguagens, teorias de um agir comunicativo (J. Habermas) preconizam a determinação de uma interação simbólica que leva em conta os comportamentos dos *players* no momento mesmo, ou seja, em *tempo real* da interação motivada, aparentemente, sem razões *a priori*. Estabelecidas as interações intersubjetivas, as significações sociais seriam produzidas pelas atividades dos *protagonistas* no momento em que ocorrem (Blumer *apud* Coulon, 1995: 19). A partir desta concepção, os indivíduos investidos no papel de *players* fazem sua própria história, mas uma história contingente, destituída das condições dadas ou de gênese. Trata-se de uma ordem histórica indeterminada, instável, sem lógica, infinitamente reconstruída por intenções e interações subjetivas e sem qualquer possibilidade de construção humana superadora. Eliminam-se “todas as referências a um centro, a um sujeito ou a uma origem”, o “acaso é o dirigente dos acontecimentos”. Destes acontecimentos, indivíduos como *cidadãos – novíssimos atores* – participam de uma infinita competição incondicionada (Evangelista, 1992: 21-22).⁴⁶

A teoria dos sistemas, a teoria dos jogos e os conceitos cibernéticos nutrem-se da dinâmica e princípios que regem as atividades materiais produtivas baseadas nos processos de produção contínua. As concepções destas teorias de realimentação começaram a ser formuladas já em fins do século XIX, principalmente nos Estados Unidos. Desenvolveram-se ao longo do século XX, tendo como período áureo de síntese o esforço bélico exercido durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Ao longo da segunda metade do século passado, todo o arcabouço teórico conservador ligado à materialidade da produção cibernética e informacional fez um ajuste de contas com a base fordista tornando-se o padrão técnico dominante por ser o mais adequado para o atendimento ao absoluto livre trânsito de capitais. Concepções que confundiram a base técnica fordista ou as suas instituições políticas típicas com a essência de um capitalismo maduro e *per se* descrevem, equivocadamente, a base produtiva atualmente dominante como *pós-capitalista* ou *pós-moderna*. Deve-se deixar claro que a organização gerencial de controle e organização do trabalho, embora tenha sofrido mudanças, não afetou substancialmente a divisão social do trabalho, própria do capital, isto é, a fragmentação e alienação do trabalho e do trabalhador.

A partir dos anos 60 do século passado, teorias políticas e sociais norte-americanas ligadas a esta nova base técnica cibernética e informacional, encetam uma ofensiva sem par contra as lutas de trabalhadores industriais em todo o mundo marcadas por forte combate classista. Este ideário recebeu reforços de pensadores europeus com tradições filosóficas mais complexas, de verniz humanista – suavemente marxista: Jürgen Habermas, H. Marcuse, Michel Foucault ou os frankfurtianos clássicos.

Sobre as contribuições especificamente norte-americanas, mantendo a tradição das concepções pragmatistas do homem, da sociedade, do conhecimento⁴⁷ originárias de Charles Peirce, John Dewey e William James, acadêmicos estadunidenses, propugnam pesquisas baseadas nas observações empíricas de *grupos* humanos com *desvios* sociais. Fomentam análises, na tradição da Escola de Chicago, pautadas pelo interacionismo simbólico, que em última análise, considera como real o que os *players* pensam de si próprios e do mundo. Construindo o si (*self*) os *protagonistas* das interações sociais, ao interpretarem o mundo, dão a ele o significado que preconizam. Como resultado, o mundo passa a ser o que pensam, desejam e fazem estes *jogadores*, estes *protagonistas* dando margem à consolidação do pragmatismo, do relativismo, do culturalismo, *paradigmas* aceitos pelo ideário neogovernamental, pela política pragmática gerencial e pela *nova* esquerda.

A tradição pragmática foi retomada e incorporada tanto nas teorias cibernéticas da sociedade, encarada como um *sistema* controlável através de *feedbacks* de informações apropriadas, quanto pelas concepções contemporâneas que englobam a afirmação de que a verdade é o que funciona; a consolidação da filosofia da mente e da hipertrofia da semiótica que reduzem o homem a um ser ontologicamente caracterizado como um produtor, intérprete e reproduzidor de signos e, subsidiariamente, a concepção de que a sociedade é a somatória algébrica de indivíduos.

A produção teórica estadunidense reinventa, nestes anos de ofensiva conservadora a força dos grupos, das comunidades sem as efetivas relações *comunais*. Comunidades que mais se confundem com guetos – de qualquer cor ou renda – ou com pequenas cidades provinciais, fazem a apologia do lugar, propondo-se exorcizar qualquer referência à presença das “massas”, do “povo” ou de “coletividades” – expressões (e aqui tomadas somente enquanto expressões) já por si emblemáticas no escamoteamento da luta de classes – mas que possuíam força de referência simbólica fosse ao Nazismo (já destruído, mas do qual a diferenciação era premente) ou à União Soviética (já diferenciada, mas cuja destruição também era premente). Apregoam a substituição de uma sociedade de massas, considerada inconvenientemente homogênea e rotulada como fanática, por uma sociedade supostamente pluralista e de heterogêneas singularidades. Esta produção recorre à história dos Estados Unidos como um país de imigrantes com diferentes culturas que, *reorganizados* e *aculturados* pela liberdade e pela democracia estadunidenses, fazem a América solidária do *self made man*, dos pioneiros puritanos que fizeram do *lugar* o berço da riqueza individual baseada em uma ética puritana do trabalho e na propriedade privada.

Desde Tocqueville (hoje, significativamente reabilitado) passando por Max Weber e por todos os frankfurtianos, incluindo Habermas, a América provocou desconfianças, indagações e melancolias, mas influenciou teorias e conclusões dos europeus que, mesmo a contragosto, assumidamente ou não, reverberaram os ecos civilizatórios das relações capitalistas mais dinâmicas que se desenvolviam nos Estados Unidos (o fordismo, por exemplo, tardou a chegar e a ser implantado no continente europeu). Os autores mesclam estes ecos com um suave verniz humanista (muitas vezes de cunho aristocrático), com traços de rebeldia, porém palatáveis ao academicismo europeu e sul-americano.⁴⁸ Um resultado contemporâneo desta reverberação é a difusão da noção de democracia de Habermas, que a concebe “basicamente como a comunicação necessária para se chegar a uma verdade consensual” pela qual “a linguagem se torna não só o selo de garantia da humanidade como tal, mas a nota promissória [desta mesma] democracia.” (Anderson: 2004: 198).

Esta noção de democracia embora, eventualmente, possa lembrar os pioneiros das Treze Colônias, tem seu conteúdo atualizado pelas formas necessárias hoje ao livre trânsito informacional em *tempo real* do capital financeirizado. Dado o caráter cooperativo do trabalho social, a velocidade de rotação do capital e a amplitude geográfica do trabalho e das operações do capital financeiro, a democracia consensual e igualitarista nunca foi tão necessária à reprodução das relações capitalistas. Uma *democracia* contemporânea que isola e nivela entre si indivíduos como compradores e vendedores de mercadorias reduzidos à condição de *cidadãos empreendedores*.

Os *movimentos sociais* e suas lideranças organizativas não deixaram de receber as influências destas concepções. Desde o século XIX, segundo Ellen Wood, nos Estados Unidos a luta pela supremacia dos proprietários extirpou do poder popular qualquer critério de definição do conteúdo democrático original liberal. Esta extirpação promoveu mudanças no conteúdo da democracia revolucionária que deixou de ser o exercício ativo das individualidades para tornar-se o “gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e o isolamento do cidadão individual.” (Wood: 2003: 196). Trata-se da efetiva realidade de um *citizen* “empoderado” (*empowerment*) que gozaria passivamente do igualitarismo liberal conservador decorrente das salvaguardas civis. A incompreensão da alienação e estranhamento impostos aos indivíduos pelo capital e mesmo a incompreensão (ou conveniente esquecimento) das críticas de Marx ao indivíduo egoísta liberal burguês provoca entre setores da *nova* esquerda confusões entre o *citoyen* revolucionário e o *citizen* igualitarista contemporâneo.

Todo um vocabulário eivado de conceitos da teoria política e da sociologia norteamericanas, que tenta universalizar seus ideais e suas necessidades atuais, permeia os discursos dos *protagonistas* que buscam não somente construir uma *nova* moral cidadã e *novos* governos, mas também o ideário de empresas-cidadãs com *responsabilidade social* e que preconizam uma esquizóide *ética* nos negócios.

As instituições criadas no interior da chamada reestruturação produtiva, embora matizadas fortemente pelo ideário liberal reabilitado e forjado nos Estados Unidos, assumem diretrizes marcadas pelo ideal de política, de democracia e de sociedade deste país – que não deixa de ser perfeitamente adequado ao conjunto do capital financeiro internacional.

As lutas, verdadeiras por suposto, dos movimentos populares dos anos 1980 restringiram-se à luta por igualdade de direitos civis e igualdade de *oportunidades*. Nesta concepção, a esfera da produção permaneceu sobranceira e inatacável. Esfera da produção destinada a ser executada e ocupada por técnicos não carregados de paixões e ideologias, enquanto a política e o social seriam *protagonizados* pelos que lutam por direitos civis, igualdade étnica e de gênero e por voluntários, aparentemente apolíticos, que atuam para criar a disposição e disponibilidade de todos para conceberem *empreendimentos*. O desenrolar deste processo, ao longo dos anos 90, no caso brasileiro, acabou, também, pervertendo a orientação das administrações públicas, recentes, principalmente, as municipais. Técnicos municiados de metodologias, índices e fórmulas cada vez mais academicamente sofisticadas, foram assumindo o controle de programas e estratégias para combater a *pobreza*, afastando conseqüentemente os apaixonados *protagonistas* militantes da primeira hora. Como resultado, alcaides, acadêmicos, técnicos das redes para-governamentais, os desavisados e honestos militantes afastados, ou não, das administrações municipais prescreviam (e prescrevem) valores e critérios adequados ao mercado livre e à determinação econômica exclusiva do capital, pois, não antagônico a estes valores e critérios, o mercado é sua verdadeira e própria fonte. Como resultado, mais nocivo, prolifera o “gerencialismo, uma ideologia patronal para manipular os dominados.” (Tragtenberg, *op. cit.*: 25).

Tanto o poder público quanto organizações neogovernamentais de voluntários constroem idealmente uma *governance* e um *cidadão-empendedor* adequados. *Governabilidade* que significa, em última análise, a diminuição das impedâncias aos fluxos de mais-valia e sua transformação em fluxos de lucros. Um *cidadão-empendedor* movido da ideologia (da moral) do vencedor que criará ou aproveitará oportunidades (de negócios) imersas e inseridas na atual rede de fluxos de informações, pronto para detectar quaisquer oportunidades de engrossar o fluxo de mais-valia, provenha esta mais-valia de sua própria força de trabalho ou de outrem.

Produtividade urbana e a ideologia do desenvolvimento comunitário

A reconstrução das regiões metropolitanas, a desobstrução de entraves aos fluxos do capital e a reinserção destas regiões e seus habitantes no mercado mundial têm promovido as políticas do chamado desenvolvimento econômico local, da seleção e detecção de *vocações* regionais e a conexão dos lugares singulares aos fluxos globais, com uma supostamente possível *auto-sustentabilidade*. As políticas públicas são dirigidas para a reconstrução dos locais e para lidar com os efeitos do desemprego e do desmonte das leis que têm regido as relações do trabalho, construídas por outras formas de Estado e impostas em outros momentos de necessidade do capital.

Reconstrução, desobstrução e reinserção impostas para garantir as mediações exigidas pela implantação das necessidades do processo de *reestruturação produtiva* não são contrárias à *democracia igualitarista, pluralista e relativista*. Necessidades como as de garantir menor tempo de rotação do capital que tem o território econômico como base de operação, diminuindo as impedâncias aos fluxos de mais-valia, garantia de fornecimento *just in time* da força de trabalho na condição desejada de empregabilidade, implantação das condições necessárias para apropriação privada da mais-valia social, incentivo ao auto-emprego, coleta seletiva de lixo, organização de cooperativas solidárias e outras estratégias de geração de renda que se situam nas franjas do sistema de produção de mercadorias; nada disto é antitético à *democracia*. Pelo contrário a esfera da circulação de mercadorias é a base material deste liberalismo democrático. Nada mais proveitoso ao capital nesta etapa de financeirização que cada qual busque *oportunidades* no mercado, sem questionamentos da apropriação privada do tempo de trabalho social.

O ideário do localismo também é fruto desta base material. O grande capital dita o ritmo de toda a vida econômica ao mobilizar não só os capitais locais, regionais de qualquer dimensão, mas as chamadas *tecnologias sociais (locais, comunitárias)* da população que *criativamente, com vontade (de vencer) empreende* pequenos e médios negócios (organizados ou não em cooperativas aceitas juridicamente pelo mercado). Estas atividades desenvolvidas para mercado configuram os lugares, que fazem parte dos territórios expandidos da produção organizados pelas operações e mapeamentos logísticos.

O nacionalismo – o de bom tom antiimperialista e o internacionalismo revolucionário – vêm sendo substituídos pela ideologia do localismo, do regionalismo, do bairrismo. Não mais se trata de edificar nações, mas de fracioná-las nas suas componentes regionais, em “micro-Estados Restritos, sem qualquer poder de negociação que lhes permita contraporem-se ao Estado Amplo transnacional.” (Bernardo, 1998).⁴⁹

O discurso do chamado desenvolvimento econômico local promove distinções deste com desenvolvimento *comunitário*, isto é, a solução dos problemas sociais locais. Moradia, transporte, lazer, cultura, mesmo educação são problemas a serem enfrentados pela *comunidade* (local). A preocupação com o desenvolvimento social-local distingue-se, substancialmente, das investidas sobre o território expandido da produção que compõem o desenvolvimento econômico para o mercado. A oposição entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento comunitário remete a outra falsa dualidade: o mercado e o social. Desenvolvimento social circunscreve-se ao atendimento dos anseios da população. Outro é o sentido do desenvolvimento para mercado. A

intersecção entre ambos se dá pela interiorização do ideário neogovernamental que estimula o padrão comportamental comum aos indivíduos: consolidação da *sociedade civil* desvinculada do eixo da produção e da apropriação privada da riqueza; pela consolidação de igualdades civis (igualdade de gênero, igualdade étnica-racial) que em nada atrapalha a acumulação capitalista; pela incorporação da idealidade da existência de *oportunidades* para todos; pela consolidação do espírito *comunal* (local).

Este padrão especifica o desenvolvimento social comunitário como sendo responsabilidade da *comunidade*, que visaria uma pretensa produção de valores de uso ou bens culturais, enquanto o desenvolvimento econômico visaria a produção de valores de troca, produzidos sob o trabalho abstrato. Pelo discurso, o desenvolvimento *econômico* (para mercado) é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do *social*, mas promovidos por *protagonistas* distintos: os capitalistas, claro que também igualados pela *cidadania*, por um lado, e por outro, os *cidadãos* que, com força de vontade suficiente, alcançam autonomia e auto-suficiência mercantil.

O ideário neogovernamental não questiona, por posição ideológica, a permanência nos lugares do grande capital. Esta permanência afina-se, como discutimos, com a essência própria do capital: a de aproveitar-se da infra-estrutura existente. Enquanto isto, as políticas administrativas institucionalizadas geram as “possibilidades urbanas dos lugares” (Arantes *op. cit.*). São políticas apoiadas no espírito de defesa da região, do local de moradia – por um lado latente entre os seres humanos, mas, por outro, espírito oportunisticamente estimulado. No conjunto, são premissas que se tornam, por excelência, uma contemporânea *fábrica de ideologias* contra a luta e a união internacionalista dos trabalhadores. A ideologia do lugar imobiliza, prende o *cidadão* à terra, ao solo urbano, ao bairro, ao *empreendimento* estabelecido. À ideologia do local, da comunidade, do civismo (Arantes, *op. cit.*: 66) soma-se a ideologia da autonomia da política, do planejamento técnico, da tecnologia e de uma cidadania insistente e redundantemente definida como participativa. Enquanto isto, e por isto, o capital, seguindo sua natureza, aproveita para livrar-se de encargos sociais (principalmente os trabalhistas) e das cargas fiscais. Os gestores do capital coerentemente, articulando e rearticulando a racionalidade da produção, deixam às instituições *civís* os encargos para solucionarem os problemas comunitários, através do que se convencionou chamar de *tecnologias sociais*.

O poder político local, nos territórios onde se implanta a produção *on-line*, é em geral submetido a *vontades* de autonomia obrigatoriamente acompanhadas do esvaziamento do caráter de classe da sociedade capitalista – classes são, aí, vagamente definidas pelo estado de carência. Tais poderes políticos assumem a administração geral da ordem/caos imposta pela tarefa de implantar e naturalizar as necessidades e interesses particulares do capital.

Com uma lógica conservadora, as chamadas políticas públicas contemporâneas sustentam-se em argumentos autonomizados da estrutura de classes e em argumentos técnicos tidos como sempre carregados de neutralidade política.

Tecnicamente, concepções *neoliberais* detectam, entre outros aspectos: “os problemas urbanos não podem ser mais compreendidos como apenas decorrentes dos problemas habitacionais e de infra-estrutura, mas [que] é necessário articulá-los com o objetivo do alcance da produtividade da economia urbana e com os obstáculos para alcançar esta produtividade.”⁵⁰ Aos problemas infra-estruturais e de habitação somam-se, agora, as imposições de implantação do conceito ideal de *produtividade urbana*, conforme recomendação do Banco Mundial. *Produtividade urbana* imposta pelas formas organizativas do trabalho (estranhado) socialmente ampliado seria, agora, um pressuposto para a regulação destes desequilíbrios infra-estruturais e para o atendimento dos novos padrões produtivos em uma cidade submetida ao *tempo real*.

Como base de sustentação, planejamentos estratégicos urbanos possuem uma linha mestra para as soluções locais:

- a identificação de uma crise na centralidade econômica da cidade;
- a necessidade de torná-la atraente aos investimentos estrangeiros;
- uma ação que venda a imagem da cidade para o mundo, a partir da descoberta de algo que possa constituir-se em sua marca de identidade;
- a *parceria* entre os recursos públicos e o capital privado;
- a busca de um consenso entre todos os atores urbanos, a fim de que o projeto possa ser realmente efetivado (Carvalho, *op. cit.*: 76).

Em maior ou menor grau, este padrão de planejamento estratégico foi e tem sido seguido em quase todas as regiões metropolitanas do Brasil e do mundo: ABC Paulista, Amsterdã, Barcelona, Bombaim, Nova Delhi entre outras. Caracteristicamente, muitos destes projetos são assessorados pelas organizações neogovernamentais que se debruçam sobre a *governance* das cidades.

Este esforço de identificação das necessidades, das condições críticas e projetos de soluções, no entanto, enfrenta barreiras candentes nas diferentes regiões econômicas. Ideologicamente, planejamentos governamentais estratégicos envolveriam o atendimento dos interesses municipais, das empresas e da população; porém, diante de contradições estruturais do mercado do capital, pela dimensão de classe que a instituição do Estado possui, são priorizados os interesses materiais dominantes. Prioridade atendida e imersa no ideário da naturalização do *se assim é, assim deve ser*. Escamoteada a esfera da produção resta a *vontade* de uma mais competente administração pragmática, gerencialista que se propõe mediadora de pólos tão opostos quanto antagônicos, mas repetindo sempre o mantra de um pretensão *consenso*.

No discurso e na prática dos poderes locais orientados pela necessária remodelação dos espaços urbanos, todos os poros sociais, os mecanismos públicos de movimentação da sociedade e os menores movimentos do trabalho passam a ser ocupados integral e absolutamente pela lógica da circulação e realização das mercadorias. Não somente os instrumentos técnicos à disposição ou os artifícios administrativos permitem às grandes empresas safarem-se dos percalços e dos entraves ao trânsito de seus fluxos. O próprio planejamento estratégico do Estado submete-se aos imperativos do capital, transformando as cidades em “máquinas de crescimento” a qualquer custo (Arantes, *op. cit.*). Revestidos do discurso da competência e do moderno, tais planejamentos imbuem-se da auréola da neutralidade e, portanto, supostamente imunes a críticas. Como soluções soberanas são apresentadas como a melhor (e única) forma de enfrentar e administrar o que aí está. A unidade contraditória entre a cidade e a fábrica, viabilizada pelo feixe de mediações – relativamente visíveis – que compõem os territórios econômicos, passa pelos planejamentos estratégicos estatais que têm de enfrentar a realidade de que a teleinformática permite ao capital a liberdade e a mobilidade de escolher a melhor localização, desde que não subverta a máxima de aproveitar-se, *a priori*, do existente.

Através de proposições de transformação *microinstitucional*, o poder local municia o capital com institutos, fóruns, planos e projetos para manter a cidade como valor de troca, buscando adesão e aprovação em instituições representativas internacionais. Por um intenso *marketing* urbano institucionalizado são enaltecidas qualidades logísticas regionais.

As atividades das políticas municipais estimulam associações, fóruns de debates sobre como melhorar os níveis de *produtividade urbana* – embora haja extrema relutância do grande capital em participar diretamente de instâncias de discussão nestas bases *microinstitucionais*. Esta relutância mostra caber à população, aos poderes municipais, aos sindicalistas, à Igreja o ônus da

gestão da pobreza e dos efeitos econômicos do processo de produção capitalista. Obliteradas pela ideologia dominante, estas instituições acreditam, em última instância, poder realizar tal gestão à margem da presença do grande capital, enquanto este mantém sua orgia, sugando todas as possibilidades criadas no seio e nas franjas do sistema.

A participação popular nesta micro-revolução institucional é esvaziada da política fincada na luta de classes. Mesma tônica que recai sobre o trabalhador dentro dos vários locais de trabalho tornando-o tão crítico, previdente, interventor, perceptivo e criativo quanto despolitizado e reduzido a uma moral de participação produtiva formal, isolada e naturalizada como um *cidadão empreendedor*, mas acima de tudo como unidade financeira solvente.

*

As chamadas políticas públicas populares assumiram a administração e a tentativa de regularizar as relações do capital-trabalho em nível local. Como tais políticas deixaram de ter a luta entre as classes como referência estrutural da realidade, as gestões governamentais assumem a tônica da construção de espaços de negociação e de consenso e sua eficaz inserção – local – nos mercados globalizantes.

Os poderes locais intervêm na construção de uma temporalidade e de uma espacialidade impostas por sutis cadeias de controle econômico e obedecem à tendência do foco empreendedorista, do planejamento urbano que se burocratiza de tal modo que são abstraídas as efetivas mediações impostas por este poder econômico. O resultado é uma política neutralizadora e despolitizadora das tensões entre as classes sociais, essencialmente tão antagônicas quanto contraditórias.

O conjunto forma um todo contraditório, ainda que coerente em sua aparência. O que aí está aparece como o moderno e como a única solução. É impertinente criticar ou até mesmo apenas discorrer sobre a gênese do que é, diante da necessidade de administrá-lo. As ações políticas são por isto neutralizadas das contradições essenciais e somente respondem à suposta coerência e ordem do aparente.

A reestruturação produtiva imposta pela dinâmica da acumulação do capital, e o acirramento da competição intracapitalista aumentam a importância dos planejamentos privados logísticos. Estes devem ser rapidamente implementados como arma para derrubar a concorrência, otimizar custos e manter fluxos de lucros. Uma administração local que disponibilize uma eficaz infra-estrutura urbana capaz de suportar tais planejamentos passa a ser vital para manter a esfera reprodutiva. Aos indivíduos, com a outorga da *cidadania*, resta correr atônito atrás de *oportunidades* no mercado, diante de um ritmo imposto e tido como natural.

NATURALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Todos os grupos humanos que existiram, existem ou existirão necessitam resolver um problema básico: a produção dos bens materiais e serviços necessários à sobrevivência, provenham estas necessidades do corpo, do espírito ou da própria vida em grupo. Desde os grupos humanos formados no Neolítico até os grupos humanos das periferias das cidades englobadas nos territórios *just in time*, os homens necessitam de bens materiais e espirituais. Como a maioria de tais bens não existe diretamente na natureza, temos de produzi-los; mesmo a água, em princípio um bem livre e encontrado na natureza sob forma adequada ao consumo, deve ser *produzida*, ou seja, captada, tratada e conduzida aos locais de consumo.

Na resolução deste problema básico – produção dos bens materiais e espirituais – os indivíduos que compõem grupos humanos relacionam-se entre si e com a natureza, numa tarefa diária de reprodução dos valores de uso necessários ou desejados. Este permanente intercâmbio orgânico entre os homens e a natureza é o *processo de trabalho* humano. É *processo* porque o *trabalho* não é nem pode ser ato isolado, que ocorre apenas uma vez, ou a intervalos quaisquer, irregulares, imprevisíveis no tempo e no espaço. São ações processuais, atividades que ao ocorrer repetida e regularmente, garantem a manutenção e a reprodução da vida humana. Mas o *processo de trabalho* humano produz mais do que bens materiais: no intercâmbio orgânico com a natureza, o próprio humano é produzido e reproduzido, de tal modo que a partir deste intercâmbio, o ser humano se diferencia do ser natural, sem deixar de pertencer à natureza, mas sem, no entanto submeter-se absolutamente às imperiosidades das leis naturais.

No processo de trabalho, seres humanos coordenam suas ações para que, ao fim de um período, seja produzida uma quantidade de valores de uso constituída de bens materiais e espirituais considerados necessários à vida, para frisar, sejam necessidades do corpo, do espírito ou da vida social.

A produção material dos bens necessários à vida é sempre uma produção social. Mesmo com Robson Crusoe, eterna referência liberal do indivíduo isolado, a produção era social. Quando Robson pensava, toda a sociedade e as instituições inglesas de sua época pensavam com ele. Quando fazia suas contas, utilizava toda a herança das gerações anteriores – e não só as gerações de ingleses. Mesmo o processo de trabalho deste – *isolado* – naufrago liberal integra toda a humanidade.

O produto do trabalho humano, dizia Marx em famosa citação, existe idealmente “já na representação do trabalhador”; a distinção entre aranhas e abelhas e o pior arquiteto, é o arquiteto visualizar idealmente seu produto antes de executá-lo. Quantitativa e qualitativamente, os valores de uso obtidos no final dos processos de trabalho já estão postos em seu início, por isso, o processo de trabalho é um *processo teleológico* (do grego: *teleíos* = ‘fim’) em que os fins relativamente distantes já estão definidos na subjetividade de seus executores.

Não só os fins devem estar postos no início do processo, meios adequados e necessários para atingi-los devem, também, estar em processo de construção. O processo de trabalho implica, supõe e provoca a constituição de um acúmulo de conhecimentos sobre a natureza dos materiais, formas de energia, reconhecimento de causas e efeitos, relações quantitativas e qualitativas que permitam a materialização daqueles meios adequados aos fins postos.

Em relação aos fins postos, sempre que fazem algo, indivíduos, grupos, habitantes de cidades e regiões, devem decidir se os fazem ou não, e se decidirem por fazer, com quais meios.

Quanto maior a complexidade do processo de trabalho, quanto mais ele se torna social, quanto maior, pois, as cadeias geridas por fins eminentemente econômicos – tanto em número de seres humanos envolvidos, tipos diferentes de trabalho, quanto em dimensão espacial – mais aumentam necessidades e dificuldades de coordenação para o trabalho de indivíduos, de classes

em cidades ou regiões. Após um determinado espaço de tempo (idealmente de modo contínuo), as posições teleológicas devam ser realizadas, ou seja, os fins postos atingidos qualitativa e quantitativamente. As ações cada vez mais complexas executadas pelos indivíduos nas diferentes cidades e regiões devem ser eficientemente naturalizadas para todos comportarem-se do modo mais adequado aos fins postos.

Esta naturalização significa que os fins materializados nas posições teleológicas embutidas no processo de trabalho devem parecer como sendo produto de opções individuais, tão naturais quanto respirar. Estes fins e propósitos devem aparecer como vitais e inexoráveis, tanto na esfera individual quanto urbana e regional. Além dos fins, os meios disponíveis também devem parecer os necessários ou inevitáveis.

No modo específico de reprodução humana sob a égide do capital, a hegemonia ideológica dos interesses dominantes expressa-se – ainda que não apenas – através de comportamentos determinados pela coerção econômica, pela ameaça de fome, pela ameaça de desemprego, pela possibilidade de ascensão social ou, o que é mais comum, pela combinação destas ameaças e possibilidades. Tais comportamentos tendem, ao longo do tempo, a tornar-se hábitos, normas, regras, costumes – expressões inevitáveis da existência. Fenômenos e processos historicamente determinados transmutam-se, assim, em fenômenos e processos *naturais*, percebidos como ahistóricos ou atemporais.

A necessidade social só pode se afirmar por meio da pressão que exerce sobre os seres humanos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões dos indivíduos tenham uma determinada orientação. Marx delineia corretamente esta condição, dizendo que os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo, 'sob pena de se arruinarem'. Eles devem, em última análise, realizar por si as próprias ações, ainda que frequentemente atuem contra sua própria convicção. (Lukács, 1978: 6)

Fins e meios postos por relações sociais em sociedades divididas em classes servem para a coordenação das ações do processo de trabalho. Fins e meios, que embora sejam estímulos para a produção de valores de uso para todos, cumprem a função de naturalizar necessidades e interesses particulares das classes dominantes. Esta naturalização implica participação de todos, mais ou menos voluntária, no processo de trabalho coletivo da sociedade.

Deve parecer também natural que os meios técnicos usados sejam estes e não outros. Seja aparecendo como *vocação*, escolha ou obrigação moral, de algum modo os seres humanos devem aceitar algum dos papéis e meios disponíveis. A participação no processo teleológico aparece como *vocação* pessoal, religiosa, vocação desta ou daquela cultura, desta ou daquela região – ou como obrigação natural devido a qualquer outra causa, desde que esta causa não seja determinada pelas relações de produção definidas pela estrutura de classes.

O essencial no processo de naturalização de *papéis* é que, para cada participante dos processos de trabalho, sua atividade não apareça como sendo devida às relações de produção, ou a causas históricas definidas socialmente; mas que esta ação seja devida a causas divinas, eternas por mais arbitrárias ou injustas que sejam.

No todo ou em parte, as ações e as reações individuais devem aparecer como sendo resultado de opções pessoais, opções livremente tomadas. Uma das evidências mais marcantes do sucesso da naturalização dos *papéis* que cada um cumpre para a ocorrência de fins definidos exteriormente a eles é a presumida liberdade gozada pelos indivíduos nas sociabilidades mais

complexificadas. Em condições da liberdade capitalista é, por um lado, até relativamente perceptível a coerção econômica que está por trás de nossas atitudes, mas por outro lado, a ideologia da plena liberdade, desde que individualizada, acaba por escamotear esta coerção de cunho social.

Por trás das atitudes livremente tomadas ficam opções pretensamente individuais e baseadas no livre arbítrio. Por trás das atitudes livremente tomadas há um vasto repertório de naturalizações. Tem de parecer natural a opressão dos *fortes* sobre os *fracos*, tem de parecer natural que os primeiros sejam poderosos, pois, são *fortes*, e os segundos oprimidos, pois, são *fracos*. Naturaliza-se a existência de fortes e fracos, *ganhadores* e *perdedores*. Tem de parecer natural que os ricos trabalhem pouco e muito consumam, pois, são ricos, enquanto os pobres, por serem pobres trabalhem muito e pouco ou nada consumam. Os jovens, naturalmente, devem realizar suas *vocações* atuando em atividades profissionais que sequer existiam há poucos anos. Optar por estas profissões deve aparecer como aptidão, dom ou um natural e inexorável acompanhamento dos ritmos modernos. A partir dos processos definidos socialmente, a participação de cada um deve contar de algum modo com a aceitação mais ou menos ativa do papel que socialmente lhe cabe – por vocação, por felicidade ou por infortúnio.

Para que uma determinada produção material seja estável, para que esta se enraíze na história como um processo de produção regular, é necessário que o processo de trabalho ao produzir bens, reproduza os pressupostos básicos das relações de produção vigentes. Para tanto, Estado, ordens religiosas, corporações profissionais, escolas, enfim, instituições sociais são construídas e reconstruídas para materializar a reprodução destes pressupostos. O modo de produção capitalista, ao produzir bens materiais e serviços de forma adequada às necessidades da revalorização do capital deve reproduzir os pressupostos concretos de suas relações de produção: a propriedade privada dos meios de produção por parte de uns e a *obrigação* da maioria de alienar sua força de trabalho, sob pena de sucumbir fisicamente ou “se arruinar”.

Na vigência do modo de produção hegemônico atual, fins e meios do processo de produção capitalista – valorização do capital e apropriação privada do excedente social – são idealizadas e naturalmente pressupostas. A reprodução das relações de produção e a naturalização das ações dos homens durante o processo teleológico de trabalho, tornado processo de valorização do capital, é reforçada pela ausência de alternativas para seres humanos reproduzirem sua vida sem alienar, de uma forma ou de outra, sua força de trabalho ao capital. As instituições sociais dominantes propagam e naturalizam esta condição objetiva de subsunção real do trabalho ao capital mediando as relações antagônicas e contraditórias entre as classes.

Instituições são tão materiais quanto os bens materiais produzidos pelo processo de trabalho. Embora ninguém tenha tocado em um átomo ou uma corda do município ou do Estado, ao pagarmos impostos ou sermos obrigados a participar do processo eleitoral ou termos um carro guinchado, facilmente nos convencemos que instituições possuem existência e efeitos materiais. Por mais que pareçam desconectadas dos aspectos produtivos, instituições perduram enquanto cumprem suas tarefas na reprodução das relações e ou naturalização das ações dos seres humanos no processo de trabalho. Uma vez esgotadas as funções correspondentes aos aspectos materiais que as instituíram elas são paulatinamente readequadas ou extinguem-se.

Dado que o processo de trabalho, por definição e por necessidade, é algo que se repete continuamente, as ações dos indivíduos neste processo acabam tornando-se hábitos instituídos, mesmo que tenham, eventualmente, integrado-se à revelia, à contragosto, ou contra as supostas convicções destes mesmos indivíduos. Do mesmo modo, os sentidos destas ações acabam sendo interiorizados, mesmo que tenham sido impostos por necessidades de sobrevivência imediata.

Parte destes hábitos (moral, ética, direito) são ideologicamente independentizados de seu papel na produção material e reprodução das relações de produção e por isso tendem a ser considerados ahistóricos, atemporais, fazendo parte de uma natureza humana eterna e imutável. Natureza que não é questionada na sua articulação com as relações entre os homens no processo produtivo.

IDEOLOGIA DA MORAL CIDADÃ

Já faz tempo, Marx n' *O Capital* identificou a inversão do processo de trabalho em processo de valorização do capital. Ao ser organizado em torno da produção de valor de troca, o processo de trabalho converteu-se em processo de produção e reprodução de valor. Valores de uso – bens e serviços materiais e espirituais adequados às necessidades humanas – entram apenas como invólucros, como suportes materiais do valor necessário ao processo de acumulação do capital. O mercado, e as trocas em várias de suas modalidades instituídas, passa a ser o único lugar onde podemos obter quaisquer valores de uso.

A partir da inversão do processo de trabalho em processo de valorização, os trabalhadores transformam-se em apêndices de máquinas, e mais recentemente, acrescentaríamos, transformam-se em apêndices materiais de fluxos de mercadorias e informações. As instituições dominantes, em meio à produção material para mercado, escamoteiam o real conteúdo do processo de trabalho contribuindo para o aprofundamento da alienação e do estranhamento que estão entre as conseqüências objetivas desta inversão. Os discursos institucionais vendem como normal, racional, natural a produção de valor de troca para o mercado, além de reproduzirem ideologicamente as características atuais das relações de produção e tornar natural a cada ser humano seu papel no processo de trabalho.

As instituições do Estado, os atuais partidos políticos, os sindicatos, a academia, a escola, as empresas com ou sem *responsabilidade social*, as igrejas, as organizações neogovernamentais agem para a construção ideal de um humano adequado a interesses alheios. Agem para a construção ideal de um humano adequado ao processo de valorização do capital, alienado do gênero (de si e do outro). São instituições que coletam, canalizam, desviam – sistemática e cuidadosamente – as energias em direção diversa da construção do humano autônomo e com sentido. O mercado capitalista não sobrevive sem esta legitimação política-institucional.

Os discursos político, acadêmico e pedagógico afinam-se com as necessidades do processo de valorização. Preconiza-se o ser humano empregável que tenha interiorizado a máxima do homem certo, no lugar certo, na hora certa, ou seja, perfeitamente adestrado em várias linguagens para executar uma interface adequada com máquinas, com processos e procedimentos neste circo informacional montado pelo capital financeiro. Adestramento, também, para viver no mundo comunicativo e simbólico gerador de consensos idealmente esvaziados das contradições de classe, formados pelos ditames de uma pretensa democracia igualitária, comunicativa, midiática.

A base técnica taylorista-fordista, a produção da mais-valia e sua transformação em lucro, pressupunha comportamentos determinados dos trabalhadores em suas atividades produtivas: as funções de vigilância e controle, bem como a política de remunerações, supostamente, deveriam garantir comportamentos adequados à teleologia capitalista, de uma forma relativamente independente da moralidade individual dos trabalhadores. Garantido um comportamento adequado durante a jornada de trabalho no interior das unidades produtivas, havia pouco interesse acerca da moralidade individual praticada pelos trabalhadores em geral dentro ou fora da fábrica ou do escritório. Esta situação muda, e passa a ser quase insustentável, quando se extrai mais trabalho de seres humanos dispersos por vasta extensão de territórios econômicos.

Por mais que possamos lembrar do papel cumprido pela rede de assistência social montada para atender a *Paidéia* (Tragtenberg, *op. cit.*) fordiana, nos anos de 1920, nos Estados Unidos, com o intuito de zelar pelos bons costumes individuais dos trabalhadores nos centros industriais que se solidificavam – inclusive no período da proto-industrialização de São Paulo daquela década – nada se parece com a dimensão de interferência nas subjetividades dos dias de hoje.

A transformação das cidades em espaços ampliados da produção matiza uma concepção de cidadania que, além de herdeira das contraditórias construções ideológicas anteriores, incorpora aspectos contemporâneos, sobretudo nos países pobres e periféricos que jamais vivenciaram a cidadania burguesa clássica.

Nos atuais territórios econômicos, o processo de valorização do capital supõe um fluxo de mais-valia resultante da apropriação de tempo de trabalho excedente social de indivíduos espalhados por áreas geograficamente muito amplas. Estes indivíduos são os trabalhadores que não se encontram ligados aos grupos hegemônicos do capital de forma empregatícia tradicional, não executam seus serviços nos limites dos muros das fábricas ou de outros locais fixos de trabalho, não batem cartão nem estão formalmente em folhas de pagamento. São os trabalhadores – mais ou menos qualificados – que vendem meios de produção (*trabalho morto* em forma de resíduos de lixo urbano coletados, projetos, consultorias, assessorias de manutenção, pesquisas, isto é, meios de produção em forma, ou não, de insumos reciclados ou informações – cuja força material é inquestionável – aos grandes conglomerados capitalistas). Trabalhadores que produzem em tempos auto-organizados, autocontrolados; organizados sob alguma forma institucional aceita pelo mercado, por exemplo, cooperativas autogestionárias, fornecedoras de insumos ao capital: projetos, latinhas, *pets* recolhidas ou o que for a preços definidos no mercado. São indivíduos pulverizados pelos territórios econômicos, expulsos dos locais de trabalho tradicionais, que contribuem para ampliar a produção e reprodução de valor.

Para o fluxo de mais-valia ser criado, mantido e naturalizado, e mais ainda, para minimizar, ou idealmente suprimir todas as resistências que possam atrapalhar a transformação deste fluxo de mais-valia em fluxo de lucro, uma grande quantidade de homens, mulheres, adolescentes, e porque não dizer crianças e idosos – de todas as cores e credos – devem se comportar de determinada maneira; devem interiorizar os determinados valores do mercado. Na base técnica fordista a maior parte dos trabalhadores concentrava-se em alguns lugares fixos de trabalho, em geral nas grandes fábricas ou nos grandes escritórios e lojas. O modo de ser deste trabalhador fordista era mais claramente definido; o capital dele exigia habilidades especializadas. O interesse imediato era o controle da precisa jornada de trabalho, definida no interior das unidades produtivas. A situação atual de desemprego implica uma *Paidéia cidadã* não fordista. Exige-se a participação direta, ou indireta, mais ou menos voluntária, de todos nos fluxos de mais-valia. Esta *Paidéia* exige dos indivíduos a interiorização de valores e a constituição de subjetividades adequadas ao capital durante 24 horas ao dia e em todos os lugares. Exige uma autodisciplina *cidadã* longe do controle dos mestres, contra-mestres e capatazes; longe da disciplina e da mentalidade monetárias gerada pelo pagamento mensal de salários. Construir esta autodisciplina e, ainda, interiorizar e naturalizar os valores do mercado livre, sem o capital arcar com os custos desta formação, é a principal tarefa cumprida, pelas instituições dominantes em nome do *status quo*. Estes valores estão sendo traduzidos como uma virtude materializada em uma *ética cidadã*.

Cidadania está sendo transformada em virtude. O que tem reduzido a Ética a formulações pragmáticas, esvaziadas, das complexas reflexões atinentes ao seu campo. Deturpada, ela se torna um conjunto de normas e valores de comportamentos morais individuais. Na trajetória institucional da banalização, Ética deixou de se constituir em um sistema da prática humana, como diria Lukács um centro *mediador* entre o direito “puramente objetivo” e a moralidade “puramente subjetiva”. Tal centro, como em toda mediação dialética, longe de ser uma mera posição no espaço entre dois pontos, exerce funções bem determinadas, superadoras e modificadoras dos dois extremos, no caso a objetividade do direito e a subjetividade da moral, pois:

- por um lado, moralidade individual “baseada exclusivamente em si mesma, auto-suficiente e subjetivista, tende na direção de um anarquismo solipsista que suprime a sociedade e a história.”
- por outro lado, “a necessária independência que deve ter toda proposição jurídica com respeito à consciência ou vontade do homem individual / .../ apresenta assim uma existência que parece soberana e se fetichiza em um “Leviatã” que domina tiranicamente toda a humanidade.” (Lukács, 1967, III: 220)

Nos extremos, faz falta, com efeito, a decisiva mediação entre a legalidade e a moralidade implantada pela Ética.

Na Ética, a intenção ou consciência objetiva e abstrata da moralidade se converte na consciência Ética do homem inteiro, o qual representa assim na teoria o que é na realidade: a totalidade viva do público e do privado, a totalidade do cidadão⁵¹ do homem que trabalha em sociedade e da pessoa humana singular. Por outro lado no jurídico ao orientar-se, ao levar em conta a Ética, podem se manifestar as contradições reais, promotoras da evolução, e manifestar sua eficácia social e humana. Um sistema jurídico não pode funcionar por muito tempo se não tem nada a ver com concepções Éticas de uma população. (idem: 221)

Ética expressa apenas uma parte das convicções práticas consideradas dignas de serem levadas em conta no comportamento e na interação entre seres humanos, estando longe de esgotá-los. Feita a reserva, Ética, como categoria do particular, segundo Lukács, “generaliza atos singulares da consciência, levantando-os da individuação isolada do sujeito moral, elevando-o até fazer dele homem inteiro, ativo e concreto entre outros homens inteiros que trabalham também concretamente.” (idem: 223).

Para a naturalização das necessidades das frações hegemônicas do capital financeiro, governos locais e organizações neogovernamentais fazem, mais uma vez, um intenso *marketing* de uma *ética* esvaziada das complexidades da categoria da particularidade: “o ético transforma-se / .../ numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Deixando, portanto, de “explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes.” (Vazquez, 1984: 10).

Transformada a Ética em um campo legislativo, esta não possibilita uma elevação do homem de sua individuação isolada como sujeito moral, e assemelha-se mais a justificativas ideológicas. Isto é, princípios e normas interiorizados que atendem a interesses particulares das classes dominantes, são elevados à “categoria de princípios e normas universais, válidos para qualquer moral.” (idem : 10).

Ao ser humano, habitante da *urbis* contemporânea, foi atribuído, pela emancipação política burguesa, como identificado por Marx, a designação de *cidadão*, o estatuto de igualdade civil, propriedade jurídica e liberdade pessoal, supostamente estados de ação e decisão desvinculados do mercado. Atinente à esfera da institucionalidade política, *cidadania* implica somente o exercício pleno desta suposta igualdade no mercado. Porém, na trajetória da banalização da crítica pela institucionalidade dominante, “emancipação política burguesa” foi elevada a padrão *ético*.

Concretamente, entretanto, o mercado pressupõe a desigualdade material entre os indivíduos, embora seja nele que apareça a forma da igualdade jurídica da qual é certamente o inspirador. A emancipação política burguesa, foi a redução do homem, por um lado, a “membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta e independente” e, de outro, a cidadão do Estado, pessoa moral.” (Marx, 1969: 51).

A política burguesa contemporânea tem relegado à esfera da moralidade, da personalidade, ações e decisões dos indivíduos, sobre o que fazer de sua força de trabalho. Aí encontra-se toda a confusão. Confusão e banalidade no plano da teoria institucional, pois, certamente o real é contraditório, mas não banal ou confuso.

É essencial considerar que força de trabalho é uma mercadoria que se exterioriza no mercado, formal ou informalmente, em condições precárias ou não, seja como trabalhador com carteira assinada, trabalhador *autônomo*, como membro de uma cooperativa ou até mesmo como *dono de seu próprio negócio*. Condição de tal modo determinante que, seja na esfera da individualidade-subjetividade, seja na esfera da cidadania política, torna impossível aos indivíduos uma autonomia efetiva para decidirem o que fazer com sua força de trabalho. Através, entretanto, das facetas discursivas dominantes da política institucional – configurando mais uma vez a “redução do político ao psíquico” (Tragtenberg, 1989) – tem-se imposto e configurado tal autonomia como circunscrita à esfera da personalidade. No entanto, enquanto mercadoria – força de trabalho autônoma – não existe e está longe desta circunscrição. O único uso da mercadoria força de trabalho que garante a sobrevivência de seu proprietário é aliená-la ao capital, produzir mais-valor do que o necessário para sua reprodução engrossando os fluxos de valorização do capital. Esta cessão de força de trabalho, repetindo o que dissemos sobre a *Paidéia cidadã*, é feita formal ou informalmente, em condições precárias ou não, seja como trabalhador com carteira assinada, trabalhador *autônomo*, como membro de uma cooperativa ou até mesmo como *dono de seu próprio negócio*.

A chave do desvendamento da questão está no funcionamento do mercado, o lócus apropriado para a reprodução do capital, e lugar onde as classes sociais expressam-se. Os capitalistas – proprietários dos instrumentos de produção – impõem-se como classe através do mercado e só assim mantêm sua privacidade relativamente preservada; os não proprietários põem-se, também, nesta condição no mercado, mas suas subjetividades e privacidades só se manifestam se e quando assimiladas na subjetividade geral dominante, do outro.

Os trabalhadores objetivam-se como classe para o capital no processo de trabalho, cujo *telos* e meios disponíveis estão sob controle dos proprietários privados. É nesta esfera que a classe que aliena sua força de trabalho tem de ser dobrada, fragmentada e esvaziada do seu sentido. Na sociedade mercantil-classista suas vozes são limitadas às esferas determinantes do sistema na produção, na organização do trabalho, na forma de apropriação dos bens – como supostos homens públicos são apêndices definidores do sistema produtivo. Nestas esferas, esvaziados do conteúdo de classe, expõem-se como indivíduos, isolados. Como mônadas comunicativas, expõem-se como cidadãos votantes ou como portadores da moral do voluntariado. No nível público-político, os trabalhadores não se exteriorizam como classe. Como classe objetiva enfrentam a ofensividade do capital, que os reduz nos locais do trabalho a equipes solidárias, ou fazem-nos retornar ao seio doméstico para montar um local de trabalho próprio. As *personae* do capital, os capitalistas, podem retirar-se à privacidade de tipo burguês porque como classe já se puseram no mercado. Seja através do sufrágio, seja através da ficção das praças públicas ou dos valores exclusivos de uma ficcional vida comunitária. Privacidade, intimidade, personalidade são tanto bens e valores burgueses, quanto os valores do público. Valores ficcionais porque destituídos, afastados, contrapostos alienadamente a indivíduos concretos.

Mais do nunca, aos chamados cidadãos resta o imbróglio de neste mesmo mercado, nas cidades, nas *comunidades* continuarem sendo, direta ou indiretamente, funcionários do capital, membros do mercado, vendedores de força de trabalho sob as mais diversas formas.

Mesmo quando se retiram para sua privacidade continuam a pensar e agir para o capital nas unidades familiares. Daí ocorrer mais uma transmutação entre uma vida pública e privada. O capitalista, quando pensa em casa para o capital não transfigura seu papel. A privacidade dele não é antagônica a sua classe, ao seu papel público.⁵² O trabalhador, quando pensa em casa para o capital, usurpando seu tempo social, assumindo a *ética cidadã*, transfigura sua essência, porque não pensa para si, nem para sua classe, mas para uma objetividade que é outra, que se lhe opõe: a da lógica da reprodução do capital. Objetivamente, o trabalhador confronta-se com o capital; subjetivamente este confronto é solapado para criação das condições ideais da cidadania, para o ser público que, efetivamente, para o trabalhador não existe; tal como não existe sua privacidade. Para o capitalista não há o imbróglio entre o público e o privado, para o trabalhador o imbróglio é o ardil da dominação.

Para o controle do capital sobre a força de trabalho no mercado, dois processos objetivos, concomitantes, ocorrem: primeiro, a negação e a corrosão das condições de trabalho que poderiam levar a uma solidariedade e a uma consciência de classe, através do hipertrofiamento da psique, da subjetividade, do *eu* social esvaziado do *nós*, do gênero humano; segundo, na esfera ideológica política, os trabalhadores, destituídos de sua condição subjetiva de classe expressam-se, exclusivamente, como *cidadãos*.

A história acumulada nos últimos cem anos, que com breves e fortes interregnos tem dado ganho de causa ao capital, tem resultado na condição de liberdade e racionalidade fictícias. Afinal, nunca fomos tão livres, nem tão mansos e assustados. “O fetiche – somos todos homens livres, racionais e conscientes – oculta a realidade efetiva” (Dias, 1966: 47) da desigualdade concreta.

O capital para ser eficaz na criação do ideal de um *novo* trabalhador tem de retirar dos trabalhadores concretos sua dimensão humana, apesar do discurso contrário, desmobilizando-os, descentrando-os da condição de produtores e de uma possível outra solidariedade: a solidariedade de classe. O custo a ser pago pela classe operária para superar o trabalhador taylorizado, para a conquista de um suposto tempo de não-trabalho tem sido a perda do seu potencial de poder político fora e dentro da fábrica. Na fábrica, como na cidade, ele deve ser participativo, crítico, solidário, trabalhar em equipe, ser cidadão perceptivo. Este trabalhador *ético* está sendo conclamado a ser integral, a ser criativo e consciente de uma unidade coerente entre o universo do trabalho e sua vida fora dele.

No entanto, o indivíduo trabalhador, travestido de *cidadão* torna-se a mônada comunicativa – financeira (solvente de algum modo) – que o mercado necessita: desde as poupanças compulsórias até o gasto do ganho, da renda, do roubo ou do salário no mercado, é mônada pensante adequada, devido às horas dedicadas à formação e à busca de uma boa idéia. Como mônada política, dedica-se ao voluntariado, à cidadania, ao sufrágio, para dar vazão a sua consciência isolada, reivindicativa de que algo precisa ser feito. Como mônada não questiona o mercado que o consome integralmente, dado que lhe é impingido um discurso que o naturaliza. Com tais responsabilidades, no mercado real do capital não há diferença, de fato, entre o público e o privado para quem aliena sua força de trabalho no mercado – o âmbito adequado à suposta igualdade jurídica entre portadores de mercadorias: meios de produção ou força de trabalho.

As entidades representativas de classe, como a maior parte da direção dos sindicatos atualmente, por exemplo, e demais instituições governamentais ou neogovernamentais, têm abandonado o viés classista em nome de manterem políticas para os trabalhadores – readequados *eticamente* – venderem sua força de trabalho no mercado; os partidos políticos autoproclamados representantes dos trabalhadores, movidos pelo antigo desejo de ascensão ao poder burguês

abandonaram, também, a referência classista, pois, o poder burguês-parlamentar, historicamente, nunca foi afeito a discursos de classe. Afinal, a tônica do poder burguês é a universalização abstrata, o governo é exercido sobre todos os cidadãos – leia-se proprietários e não-proprietários dos instrumentos de produção –, isto é, sobre todo o mercado.

A condição de cidadania exclui o pertencimento de classe, não existe classe de cidadãos. Na condição de indivíduos-cidadãos, é usurpada a força de classe frente ao Estado, às leis, à polícia, às autoridades escolares, às autoridades do fisco, aos guardas de trânsito, às técnicas dominantes, aos meios de comunicação, à divisão social do trabalho e ao tipo de propriedade vigente.

No sacrossanto mercado, o vendedor da força de trabalho é valorizado, mas como mônada. Levado a diferenciar-se do antigo proletário mantém e alimenta-se da suposta superioridade em relação ao estereotipado operário chapliniano dos antigos *tempos modernos*. Subordinado à torrente ideológica – que vem de várias direções – este *novo* trabalhador assume que é moderno, capaz, criativo, solidário e cidadão, que deve aceitar estas qualidades como naturais, inexoráveis e superiores. Este movimento de aparente elevação moral e negação de quaisquer alternativas de reprodução material da vida, que não as ditadas pelo capital, lembra um comentário do músico John Lennon sobre as drogas: “elas me deram asas, mas me roubaram o céu.”

Paralelamente à imposição de formas políticas ideais *cidadãs* e de organização do trabalho, o capital e o Estado, particularmente entrelaçados, acabaram por orientar a construção de uma teia de relações sociais e de trabalho que, sem dúvida, levaram em conta as lutas e reivindicações operárias, mas o resultado tem sido sua maior “integração política no Estado capitalista.” (Sousa, 1995: 245).

Paralelamente à redução institucional do indivíduo à moral-cidadã na esfera do mercado concorrencial restrito, também lhe é atribuído um rol de definições privadas, pessoais e particulares sobre o que fazer com sua força de trabalho: autoformação, auto-emprego, empregabilidade básica. Há um treinamento profissionalizante operado pelo uso doméstico e diário das atuais tecnologias. Desde o uso do videogame ludicamente pelas crianças nota-se a formação adequada de indivíduos competitivos, alertas e cientes da necessidade de serem vencedores e indivíduos qualificados cada vez mais “consoantes com os princípios da produtividade capitalista.” (Bernardo, 2000: 67).

Além disso, a inércia urbana constitutiva das cidades e dos indivíduos nas inúmeras esferas de intersecção social apreende um modo de ser adequado à eficácia produtiva através da inserção de todos em um tipo específico de mercado que se dinamiza sob uma dada medida. Nesta medida, todos os poros sociais (os tempos mortos, isto é, o tempo em que o trabalho não agrega diretamente valor, o tempo de circulação das mercadorias, o tempo de realização no consumo das mercadorias) são locupletados. Trata-se de tempos que tendem a ser ao máximo comprimidos para que a rotação do capital seja tão acelerada que seu tempo de movimento chegue, sempre tendencialmente, perto do zero.

Concretamente, sob o predomínio do trabalho abstrato (trabalho abstrato como o trabalho produtor de mais-valia que abstrai as qualidades próprias do indivíduo só interessando para o mercado a força de trabalho genérica), este paradoxo traduz as formas estranhadas do capital. Dado este pressuposto concreto, a discussão em torno do público e do privado, não pode ser enfrentada sem relacionar público, privado e classes sociais.

Enquanto escamoteia-se a possibilidade dos indivíduos conscientizarem-se (leia-se *consciência* e não *subjetividade*) de que são portadores de força de trabalho apartados dos meios de produção – essência da particular desigualdade material entre os homens no modo capitalista de produção – promove-se um endeusamento de sua condição de indivíduo-cidadão atomizado, incorporador de um *modus vivendi* que aparece como autônomo em relação ao mercado e atrelado a um certo tipo de política que lhe daria, supostamente, acesso e diretividade sobre as esferas do público e do privado, idealmente consideradas as mais justas e corretas manifestações do ser social.

A individuação promovida pela expansão civilizatória das relações sociais baseadas no capital nos períodos históricos nascentes destas relações, transformou-se em subjetivismo excessivo e egoísta que converteu o “sujeito em objeto de si próprio” (Souza, *op. cit.*: 245). Essa condição nada tem a ver com uma natureza humana abstrata, mas com a condição hegemônica e, atualmente, tremendamente ofensiva em que se encontra o capital nesta fase da acumulação.

O esvaziamento da condição ideológica objetiva e subjetiva classista decorre da desfiguração concreta do que é público e do que é privado. Desfiguração que somente pode ser enfrentada pela condição de como as classes, através dos indivíduos, expressam-se publicamente no mercado, levando em conta, portanto, o papel que cumprem na produção material.

Público e privado são esferas apropriadas e aproveitadas pelo capital para sua reprodução no mercado. Tanto o público quanto o privado, como conceitos e condições de ordem burguesas, só existem e são visíveis no mercado capitalista, mediados pelas classes sociais a ele intrínsecas.

*

Espaços e tempos produtivos são usurpados para uso privado do capital – uma vez que os estoques estão em trânsito. O Estado (instituição maior de salvaguarda do sistema e do mercado) é usurpado para incremento da racionalização da acumulação capitalista supostamente engendrado para o governo de todos os cidadãos. As cidades, originariamente lugares para morar, são usurpadas e transformadas em espaços de fluxos incessantes das mercadorias; fora do tempo de trabalho, o tempo para sonhar é usurpado – agora, em qualquer lugar a qualquer hora, sonha-se para o capital. O próprio local de trabalho e sua sociabilidade política imanente são usurpados, pois, trabalha-se, também, em casa. A infância também é usurpada – agora crianças preparam-se para controlar robôs, inocentemente cuidando de sua empregabilidade futura. O tempo histórico gestor do presente é usurpado, pois, o que importa o passado se o presente é o único momento que interessa?

Tantas usurpações, e mesmo assim tão pouco visíveis, imersas que estão na liberdade, igualdade, criatividade, criticidade fictícias, corroendo não só o caráter, as condições de pertencimento de classe, mas a própria humanidade, reduzida à forma de um somatório de mônadas psíquicas, somatizadas e espiritualmente isoladas, referidas como *cidadãs*.

Reduzido à forma do eu destituído da classe, o indivíduo é apenas uma forma abstrata; destituído do social restou o padrão de sua forma orgânica, supostamente passível de ser preservada por meios alienados da gênese social que o construiu – ou através de próteses e máquinas tal qual sugerido pelos delírios pós-orgânicos.

Assim como a sociedade e as *comunidades* que fazem parte dela, um público e um privado descaracterizados tornaram-se somente outros meios para realizar a forma abstrata individual. Por outro lado, fundamentalmente, a intimidade, os sonhos, as necessidades pessoais, o próprio indivíduo, tornaram-se meios esvaziados e instrumentos para justificações e explicações naturalizantes de salvaguarda do sistema.

Reafirmadas a propriedade privada dos meios de produção e as imposições mercantis, os movimentos sociais em geral principalmente a partir da década de 1990, parecem estar em compasso pendular entre se reconfigurarem através de novas lutas de matiz classista fundantes ou manterem-se, exclusivamente, atados aos limites de conquistas institucionais cidadãs burguesas.

Em face a hipertrofia da forma da cidadania – que é a hipertrofia do *participacionismo* – o conteúdo substantivo da materialidade da produção perde seu sentido positivo original. Escamoteada a esfera da produção material no mercado resta a forma política que aparece, mas só apenas aparece, como vazia e neutra, pois está repleta de um conteúdo bastante específico: o de criar indivíduos adequados à forma de revalorização do capital.

PARTE II

CONSTRUÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS HUMANOS

Procuramos discutir até aqui um feixe de mediações políticas e sociais, relativamente visíveis, que perpassam os territórios econômicos submetidos ao aumento dos ritmos dos processos de trabalho. Nesta segunda parte tentaremos avançar sobre esta visibilidade e adentrar no âmago de sua essencialidade.

Nas cidades que compõem os territórios *just in time* vem ocorrendo um aumento nos ritmos dos processos de trabalho que identificamos como um contraditório processo de *fabrilização* das cidades. Ritmos que podem ser tão acelerados quanto, no espaço ampliado da produção, ações humanas sincronizadas aproximam-se do *tempo real*: um tempo mítico, idealmente nulo, caracterizado pela instantaneidade. Esta velocidade imposta aos *processos de trabalho* está longe de ser natural ou uma consequência necessária de tempos definidos como modernos e uma direção inexorável rumo à qual os seres humanos estariam fadados a seguir.

Dentro de fibras óticas, informações são codificadas em fluxos de *bits e bytes*. Fora das fibras, das linhas e dos cabos de transmissão, circulam concretamente enormes quantidades e fluxos de pessoas, motos, contêineres, mercadorias, serviços e tudo o mais gerado por uma intensa cooperação social entre seres humanos nos processos de trabalho. Estes fluxos mostram a todos o ritmo da vida cotidiana nas cidades hoje, cujo conteúdo econômico-social é definido em espaços e tempos produtivos historicamente construídos.

Fluxos de pessoas, valores de uso, moedas, entre outros, não são compreensíveis em si. Seu sentido e orientação somente podem ser apreendidos se inseridos nas relações de produção concretas, estabelecidas entre os seres humanos no processo de produção material. Fluxos de pessoas, coisas e moedas não podem ser entendidos apenas como percorrendo espaços em intervalos de tempo sem que neles estejam contidas determinações sociais advindas das relações de produção vigentes. Longe de ser natural, ou singelo sinal de qualquer nível de modernização, os ritmos atuais de vida são sínteses de diversas determinações herdadas historicamente e exigência desta específica etapa da acumulação financeirizada do capital.

TEMPOS, ESPAÇOS E RELAÇÕES SOCIAIS

O tempo é um dos mais antigos enigmas humanos. Poucas coisas nos são mais familiares e mais próximas de nossa experiência cotidiana e, ao mesmo tempo, nada mais estranho e de difícil concepção. É famosa a angústia de Agostinho que sabia o que era o tempo desde que ninguém lhe perguntasse. Independente de filósofos e teóricos em geral conseguirem, ou não, definir com clareza o que é o tempo, a humanidade percebeu, apreendeu intervalos de tempo definidos na e pela atividade prática dos homens na produção da vida material e espiritual. Atividade e auto-atividade que não são isoladas, esporádicas, ou que possam acontecer apenas em intervalos de tempos imprevisíveis e irregulares. São ações-reações que formam um processo – no sentido de se repetir regularmente e sempre em movimento – de intercâmbio dos homens entre si e com a natureza.

Originalmente, a observação ou definição mais ou menos precisa da relação entre atividades humanas e fenômenos naturais, aparece como necessidade fundamental para a sobrevivência material dos grupos humanos e para a assimilação do papel de cada um na divisão social do trabalho. A apreensão da regularidade de fenômenos, da regularidade dos intervalos de tempos entre estes fenômenos torna-se uma das medidas de organização social. A necessidade de sobrevivência exige, ensinando, em condições particulares da auto-atividade humana, a percepção do início e do fim de intervalos de tempo, de períodos decorridos entre um fenômeno e outro. Apropriados pela práxis do trabalho, fenômenos naturais regulares dão aos homens a primeira percepção consciente de intervalos de tempo.

A regularidade dos fenômenos da natureza ocasiona originalmente apreensões de ritmo: o dia e a noite sucedendo-se alternadamente, o ciclo das fases da Lua, a volta periódica da estação das flores. A percepção e o registro de ritmos proporcionados por fenômenos que se repetem regularmente é o que acaba sendo tomado por *tempo*.⁵³ Para o registro dos intervalos que marcam a medida da passagem do tempo são escolhidos, através da prática social dos agrupamentos humanos, eventos e acontecimentos que dizem respeito à produção e reprodução da vida material e espiritual das coletividades.

Tempo é periodicidade percebida, cujo metrônomo é a atividade e auto-atividade dos homens no processo de produção material. A percepção de tal periodicidade define e organiza atividades como movimento regular ordenado de coisas no tempo e no espaço. Isto foi, e é, bastante suficiente para definir *tempo*. Sensações ou teorizações fenomenológicas sobre o *tempo* (em geral) para além deste processo concreto material não dão conta da importância que possui o controle dos intervalos de tempo para a sobrevivência material e espiritual dos homens ou para a organização e controle sócio-político nas sociedades de classes.

*

O intervalo de tempo que a Terra leva para uma rotação em torno de si mesma, ligado ao dia e à noite, foi talvez o mais antigo intervalo percebido, a ter nome e a ocupar um lugar de destaque na organização das tarefas humanas. Provavelmente, de modo concomitante, outro intervalo importante foi o definido pelas fases da Lua. O intervalo de tempo entre duas luas cheias, por exemplo, já podia ser percebido, medido, em função de quantos dias e quantas noites passaram (calendário lunar). O período de gestação de um feto equivaleria a nove luas depois da concepção. Outro intervalo de tempo natural percebido foi definido pela rotação da Terra em volta do Sol – o que chamamos de *ano* (calendário solar); é o intervalo entre duas primaveras, ou entre dois invernos. Por estar ligado à colheita, este é um ritmo vital para grupos humanos cuja sobrevivência estava ligada à produção agrícola. Praticamente todas as culturas conhecidas comemoram o início ou o término da Primavera. O intervalo de tempo que chamamos *dia*, registrado graficamente pelo semicírculo traçado pela sombra de um relógio de sol, foi dividido

em 24 partes iguais. A cada uma destas 24 partes iguais – a divisão poderia ser feita em 12, 48, ou qualquer outra quantidade conveniente – convencionou-se chamar de *hora*. Independente do número, o importante é que um intervalo fora percebido, mesmo pelos que não sabiam que a Terra era redonda e girava em torno de si mesma. A objetividade e a regularidade dos intervalos entre os fenômenos naturais demonstraram que uma partida implica sempre em uma chegada posterior e cada chegada, por sua vez, era sucedida por uma partida, tal qual os pontos de uma esfera girando, como o planeta Terra, por exemplo, que tem uma forma aproximadamente esférica.

Estes fatos – a Terra girar em torno de si mesma, cada ponto da Terra poder ser ponto de partida e ao mesmo tempo ponto de chegada – possuem uma objetividade natural apenas apreendida humanamente. Objetividade que não se deve a causas humanas, não se deve às relações estabelecidas entre os homens no processo de produção material, e nem mesmo à presença do gênero humano no planeta. Porém, dividir este intervalo em 24 partes iguais, chamar cada um destes intervalos de *hora*, convencionar que o ponto de partida é uma seção que passa em cima de uma cidade inglesa (Greenwich), decididamente não são fatos naturais, são humanos e, portanto, históricos e sociais, sendo definidos e tendo existência material apenas e através das relações estabelecidas entre os homens. Esta demarcação social, por exemplo, ocorre quando através da práxis humana é escolhido um evento considerado importante pelo coletivo e a partir dele principia a contagem de anos, isto é, quantas voltas, a partir deste evento, a Terra dá em torno do Sol.

Povos com cultura, ritos e dogmas religiosos diferentes, embora possuam tradições diferentes para a contagem do tempo relacionam-se com mais frequência em intervalos de tempo regulares definidos por necessidades, colheitas e cheias de rios, ou encontram-se em um específico e dinâmico mercado mundial – cenário contemporâneo dos encontros marcados por relações classistas capitalistas.

O uso generalizado de instrumentos artificiais para contagem dos intervalos de tempo, a imposição de um calendário universal pelo domínio econômico de determinados povos, relativizaram barreiras e fronteiras naturais e culturais. Tempo e espaço foram sempre relacionados entre si como medidas correspondentes. Algumas distâncias ou áreas foram definidas como as que um homem podia roçar, semear ou caminhar a pé em um dia. Um acre chegou a ser definido como a quantidade de terra que uma junta de bois podia arar em um dia. As distâncias entre os postos instalados por Alexandre em suas conquistas eram definidas pelo espaço que um homem a cavalo percorria em um dia.

O estabelecimento de um calendário satisfatório foi, historicamente, o primeiro e principal motivo que impulsionou as tentativas e sucessos de periodização do tempo. Sendo por muito tempo a agricultura a principal atividade dos grupamentos humanos, calendários satisfatórios traziam grandes vantagens para o planejamento do trabalho antes, durante e depois das colheitas. Periodizar o tempo permitia prever com maior regularidade a chegada da época do plantio. Sua importância para comerciantes, cobradores de impostos, sacerdotes, não precisa ser destacada.

Os egípcios na Antiguidade dividiam o intervalo de tempo que a Terra leva para girar em torno do Sol em um ciclo de três estações: a da subida do Nilo, a da descida e a da colheita. Cada estação entre eles durava quatro meses lunares. Cada ciclo iniciava-se a partir do aviso, dado pela posição de Sírio – a estrela mais brilhante – que advertia a iminência da inundação anual do rio e, portanto, da primeira estação.

As primeiras tentativas para realizar a medição da passagem do tempo, desde o amanhecer até o pôr do Sol, dividiam a luz do dia em períodos iguais. Como a duração da luz do dia é variável – conforme se esteja no inverno ou no verão por exemplo – segue-se que as horas, no sentido moderno, pouco significavam para o mundo antigo, ou pelo menos não era necessário calculá-las com maior precisão.

O caráter social dos tempos e ritmos está longe de restringir-se a dividir o dia em 24 partes iguais ou o ano em 12 meses. Se ritmo é a periodicidade percebida de fenômenos formatando o fluxo do tempo, os ritmos definidos pelos fenômenos celestes coexistem com outros que são históricos cuja definição, intensidade e existência apenas justificam-se pelo papel que eles ocupam na produção material da vida e na reprodução das relações de produção hegemônicas.

Os intervalos de tempo, correspondentes à rotação da Terra em torno do Sol e em torno de si mesma, mudaram muito pouco nos últimos milênios, se é que mudaram. Pelo menos no nosso sistema solar, tempos e ritmos celestes parecem estáveis neste período. Interessa nestas brevíssimas anotações perceber e sinalizar os ritmos sociais, como eles relacionam-se com os espaços de produção, convivendo e interpenetrando-se com tempos e ritmos cosmológicos.

Para materialização de sua sobrevivência o homem sempre esteve imerso na delimitação, definição e determinação do tempo como uma das medidas de economia e organização de suas atividades, nas diferentes formas de organização social:

/ ... / a sociedade humana deve saber distribuir convenientemente o tempo, para conseguir uma produção adequada a suas necessidades totais, do mesmo modo como o indivíduo tem de repartir acertadamente seu tempo para adquirir conhecimento nas proporções adequadas ou satisfazer por meio de sua atividade as distintas exigências. Portanto, a primeira lei econômica baseada na produção comum é a economia de tempo, como a distribuição do tempo de trabalho entre os distintos ramos da produção com vistas a um fim. (Marx, 1986, I: 74)

Com vistas à organização e controle dos processos de trabalho, economizar tempo decorre da definição social de contagem e medição dos intervalos de tempo. A criação humana de meios artificiais que se interpõem e se superpõem nos processos de trabalho, entre o homem e a natureza, cumpre esta imperiosidade do ser social. Intervalos de tempo e ritmos dos processos de trabalho são históricos e totalmente definidos e redefinidos nas relações estabelecidas entre os homens no processo de produção material.

Tempos e ritmos sociais superpõem-se e coexistem com tempos e ritmos naturais, cosmológicos, mas a definição, o controle e a medição de tempos, ritmos e espaços humanos sempre estiveram ligados ao processo de produção de bens materiais e reprodução das relações entre produtores. Acompanhemos brevemente este processo desde o *tempo do rei* feudal, até o proposto *tempo real* capitalista contemporâneo.

TEMPOS E ESPAÇOS NO TEMPO DO REI

Nossa história do controle e medição dos ritmos, para ser breve, começa nos feudos da Europa Medieval – por ali passa, afinal, depois da assimilação da herança greco-romana, o *main stream* da chamada civilização ocidental, sempre tão auto-referencial. Uma das principais características da medição do tempo nesta época de servos, nobres e reis católicos era sua ligação com o espaço local, com o lugar e com a natureza. O tempo era local,⁵⁴ com íntima ligação com o espaço e eventos naturais ou sociais espontâneos imediatamente percebidos. Aproximadamente as horas eram sabidas porque a sombra das casas desaparecia ao meio dia, o galo cantava, as flores se abriam, o sino da igreja tocava. Ainda não era uma medição do tempo com o intuito de saber as horas para produzir valores de troca, mas saber o que se “deveria fazer com propriedade” (Losano, 1992: 55) para produzir valores de uso. Frações de minutos são desconhecidas e não possuem nenhuma importância na produção material de povos agrários. Quando o trabalho não era medido nem pago pelo relógio, o tempo era percebido somente pelo deslocamento do Sol, delimitando a jornada diária do produtor direto.

Sendo tempo e espaço locais, sua medição e ritmos também eram locais, ainda submetidos ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries, aos cataclismos naturais e, eventualmente, aos caprichos e dimensões de artelhos, braços e pés reais. Na Inglaterra, o padrão, ainda atual, de medição de espaço data de 1305: a jarda foi uniformizada com o comprimento do braço de Henrique I. Dificilmente reis e servos das terras vizinhas concordariam com tal unidade de medida de espaço, assim, cada reino estabelecia a sua unidade de medida.

Em relação ao tempo, neste período, March Bloch nos diz que submetidos a tantas forças espontâneas, os homens viviam num mundo, cujo *decorrer* lhes escapava. Intervalos de tempos eram por vezes medidos por velas de igual comprimento acendidas uma após a outra, cujo *decorrer* era bastante impreciso. Os pouco ágeis relógios de água e os inexatos e nem sempre disponíveis relógios de sol serviam somente a alguns poucos. Os mais instruídos contavam os intervalos de tempo do mesmo modo como na Antiguidade, isto é, o mesmo período de doze horas tanto para o dia quanto para a noite, em qualquer estação. Esta contagem aconteceria até o século XVI quando relógios de pesos proporcionaram mecanicamente a *duração* (Bloch, 1982: 95).

Precisão nesta época não provocava impacto na produção de valor excedente, segundos não valiam milhões de dólares. Em reinos extensos, vários deles o eram, havia problemas nas eventuais trocas de mercadorias entre diferentes locais, devido às diferenças de medição de tempo e de espaço. Tais problemas eram contornáveis, pois sendo a produção também local, produzia-se aí, essencialmente, tudo que era importante para a manutenção dos seus habitantes de modo que os problemas apareciam principalmente nas atividades comerciais entre os reinos, feudos e lugares exteriores. Os mercadores que faziam este comércio possuíam meios próprios para lidar com o problema não tendo, de resto, nenhum poder, ainda, para impor ou subverter o tempo local, nem impor ou subverter suas relações com o espaço – pelo menos enquanto os mercadores eram essencialmente exteriores às comunidades.

A resolução de 30 minutos já poderia ser algo apreciável pelos relógios de água, de areia, de sol. Apenas por capricho ou curiosidade tentava-se identificar intervalos menores, pois isto não tinha nenhum impacto na produção material da vida do reino. Vivia-se em uma espécie de perpétua flutuação do tempo:

Em Mons, ia ter lugar um duelo judicial. Ao romper do dia, apenas um dos contendores se apresentou; chegada a hora nona, que marcava o termo da espera prescrita pelo costume, ele pediu que fosse constatada a falta de cumprimento do seu adversário. Não havia qualquer dúvida sobre o ponto de direito. Mas seria, de fato, a hora que se pretendia? Os juizes do condado deliberaram, olharam para o sol, interrogaram os clérigos que a prática da liturgia obrigava a um conhecimento mais exato do ritmo horário e cujos sinos o marcavam, com maior ou menor aproximação, em proveito do comum dos homens. Decididamente, pronuncia-se a assembléia, a hora 'nona' tinha passado /.../. (Bloch, 1982: 96)

Prevalencia uma “vasta indiferença perante o tempo”. Esta indiferença começa a ser modificada quando mercadores pretenderam não só alcançar hegemonia local, mas organizar com alguma regularidade suas atividades em diversos lugares. Assim, ritmos começaram a ser definidos, ou redefinidos, em função destas pretensões de uniformização dos usos e medidas de tempos e espaços utilizados nas atividades da acumulação primitiva que se iniciava e começava seu curso mercantil.

Devido, principalmente, a seu papel econômico e sua função ideológica na naturalização da ordem feudal, a Igreja, instituição-chave da Idade Média, divulgava um tempo que começava com a Criação e tinha características escatológicas (J. Le Goff, 1980): os homens estavam aqui só transitoriamente e a eternidade era o fim esperado. Por fugir ao controle de seus princípios, a Igreja iniciou forte combate aos que desejavam o controle mecânico e uniforme do tempo.

Como conciliar o tempo sacralizado e o tempo da acumulação proposto pelos mercadores? Os debates e júris da Igreja passavam pela denúncia do uso comercial que os mercadores faziam dos intervalos de tempo, o que não impediu a Igreja de aproveitar-se e ser agente de atividades mercantis. Os intervalos de tempo era o que importava aos mercadores e não o tempo em geral. Ideologicamente, a Igreja condenava a usura vinculando-a à venda de tempo (em geral) que não pertencia ao homem. Mas, a instituição-chave da Idade Média, impedindo aos homens o controle sobre suas vidas, divinizava o tempo, algo sobre o que não poderia haver controle. Um tempo que não lhes pertencia.

Instituía-se um cânone: para um mesmo negócio, àquele que não pagasse imediatamente, não se poderia fazer pagar mais e menos àquele que logo paga. Se tal acontecesse o rentista estaria a vender Tempo e a apropriar-se de algo que não lhe pertencia. A usura era atividade condenável, pois, quem vendia ou emprestava beneficiava-se da criação divina do Tempo. Sendo os juros pecaminosos, se assim fossem auferidos, como desenvolver a possibilidade do crédito?

Quase independente das condenações da Igreja, o comércio expandiu-se. A materialidade do mundo impôs-se e mesmo a soberana organização eclesiástica subordinou-se a ela. Do ponto de vista político, tão cedo quanto passaram a deles depender, os reis logo protegeram e favoreceram os mercadores, dispensando (provisoriamente) as bênçãos divinas. Tempos do rei e da Igreja começaram a ser subvertidos e os ritmos dos mercados lentamente começaram a impor-se.

Na Hansa e no Mediterrâneo, espaços de complexas, prolongadas e intensas operações comerciais, os mercadores começaram a sobrepor seu tempo aos tempos da religiosidade cristã. Aquela perpétua flutuação do tempo, aquele fluir sem duração começa a dar lugar à percepção da regularidade da chegada e da partida das caravanas. Inicia-se a percepção dos intervalos de tempo

entre viagens de mercadores que chegam ao continente europeu trazendo produtos que precisam ser vendidos a nobres ávidos de consumo, e não só do consumo de produtos exóticos. Socialmente organizadas, as trocas comerciais e monetárias impuseram a percepção de intervalos de tempo, de definição de ritmo, agora vinculados ao aumento ou diminuição dos lucros.

A submissão às intempéries e imprevisibilidades meteorológicas era obstáculo a ser superado pelas atividades produtivas que se transformavam. Impôs-se a medição do tempo e do espaço por meios técnicos. Artifícios visando medir o tempo foram construídos porque demandados pela atividade material do comércio – fim estranho e exterior às confusões ético-religiosas cristãs e das medidas dos artelhos dos reis. Mais emblemático que todos os meios técnicos de medição, o relógio acaba tornando-se um dos artifícios mais precisos de medição uniforme e mecânica do tempo. A construção destes instrumentos artificiais percorreu uma longa história repleta de necessidades de ordem prático-social.

A expansão das navegações impulsionada pela acumulação primitiva de capital foi o momento culminante para o desenvolvimento de uma medição mais precisa de intervalos de tempo e imposição de um tempo mecânico universal que viria a subverter o tempo medido localmente, ou medido através dos fenômenos espontâneos da natureza.

Embora a navegação seja uma atividade muito antiga, seus métodos eram bem rústicos até por volta do século XVI. Navegava-se sempre ao longo das costas e através de pontos de referência conhecidos. Qualquer um que olhe o mapa do Mediterrâneo pode constatar que navegar através de sua largura significa deslocar-se na direção norte-sul. Desde a Antigüidade conseguiu-se resolver – com a avaliação da altura da Estrela Polar – o problema de determinar a latitude, isto é a largura – mudar de latitude significava navegar através da largura do Mediterrâneo, ou seja, navegar no sentido norte-sul.

Para entendermos o que significa medir a altura da Estrela Polar, e porque isto pode ajudar a nos localizar em uma linha norte-sul, imaginemos que estamos a uma distância muito grande de um poste, que tem uma lâmpada em seu topo. Se a distância for muito grande, provavelmente quase não precisaremos levantar a cabeça para mirar a lâmpada em cima do poste. À medida que avançamos em direção ao poste, precisamos levantar mais e mais nossa cabeça – quanto mais perto estivermos dele, maior o ângulo que precisamos ter entre nosso nariz e a horizontal para mirarmos a lâmpada. Deste modo, se pudermos medir o ângulo em que necessitamos inclinar para cima nossa cabeça, para que possamos mirar a lâmpada em cima do poste, podemos avaliar a distância que estamos dele – se imaginarmos que a estrela Polar é uma lâmpada, colocada em um poste fixado no Pólo Norte e se conseguirmos medir o ângulo em que vemos esta estrela, podemos ter uma boa avaliação de onde estamos em uma linha imaginária norte-sul, que passa pela nossa posição.

Por outro lado, o problema de navegar ao longo do comprimento do Mediterrâneo demorou mais para ser resolvido. Nesta direção a dificuldade era determinar a posição em uma linha imaginária na direção leste-oeste: a longitude.

Antes da solução deste problema costumava-se navegar ao longo da costa, ou na direção norte-sul, até uma latitude pré-determinada (avaliada pela altura da estrela Polar). A partir daí, navegava-se na linha leste-oeste, mantendo-se sempre a mesma latitude, até encontrar-se terra. Enquanto não se chegasse a um local conhecido, só aproximadamente era estimado o quanto se havia avançado na rota leste-oeste. Avistada terra, navegava-se ao longo da costa novamente, ou na direção norte-sul até uma latitude conhecida e o processo era repetido, até que se chegasse ao longo de uma costa que levasse ao destino desejado. Esta arriscada navegação não permitia avaliar o quanto se havia percorrido no rumo leste-oeste. Adicionalmente, este método de navegação era bem mais demorado do que se fosse percorrida uma linha reta entre a origem e o destino da

viagem, pois se navegava em uma rota cujo traçado no mapa assemelhava-se a uma escada, com traços verticais e horizontais de tamanhos diferentes. Este foi o padrão das viagens durante muitos séculos, padrão que pode ser reconhecido na rota seguida por Colombo em sua viagem para a América e pela Invencível Armada espanhola, em sua infeliz operação contra a Inglaterra.

Na época da acirrada competição pelo controle do comércio marítimo, a vantagem de uma boa navegação tornou-se mais decisiva. Desde o século XV, lutavam entre si os principais reinos e cidades da Europa – Portugal, Espanha, Florença, Veneza, Gênova, Inglaterra, França, Províncias Unidas – reinos em plena expansão comercial, buscando tanto vantagens na acumulação primitiva de capital, quanto na delimitação de suas fronteiras e zonas de influência mercantil. O encurtamento entre os intervalos de tempo das viagens e a certeza de não dar em costas inimigas é algo cujo valor não precisa ser destacado. Não é de surpreender que governos, companhias de navegação e mercadores oferecessem vultosas recompensas por técnicas de medidas precisas e acuradas para determinar longitudes de modo a viabilizar a navegação de um ponto a outro em linha reta, não só mais pelo Mediterrâneo, mas também, por vastos mares *nunca dantes navegados*.

Na Inglaterra, que não foi o único país a incentivar a solução do problema, foi constituída a *Board of Longitud*, uma competição que concedia um prêmio de 20.000 libras para “a pessoa ou pessoas que conceberem a forma de medir a longitude no mar”. Tal prêmio foi estabelecido em 1714, sete anos depois de um desastre ocorrido com a frota inglesa “no qual se acreditava que a perda da nau capitânia com toda a tripulação havia sido por causa da incapacidade do chefe da frota em fixar sua longitude” (Derry e Willians, 1977, IV: 305).

Para poder navegar em linha reta, sem fazer *zig-zags*, a melhor maneira seria manter como referência uma medida de tempo terrestre-local; uma medida de um tempo padrão – não por acaso, foi escolhido o de Greenwich, cidade da poderosa Inglaterra mercantil. Para isso era necessário portar durante a viagem um medidor artificial de referência de tempo. A solução adotada e encaminhada foi um acurado cronômetro naval – isto é, um relógio suficientemente bem construído e compensado para manter a medição do tempo, com diferença de uns poucos segundos, mesmo sujeito ao contínuo e violento movimento de um navio. Em 1762 um cronômetro fabricado por John Harrison cumpriu os exigentes requisitos e recebeu o prêmio da *Board*. Os interesses comerciais da navegação e os instrumentos de medição do tempo, bem como outros instrumentos que foram necessários (binóculos, telescópios, astrolábios, entre outros), ajudaram a montar a base técnica da, assim chamada, Revolução Industrial. Não por coincidência, o sempre citado James Watt, pelas suas contribuições para o uso da máquina a vapor, era um fabricante de instrumentos náuticos.

*

Tempos e espaços da realeza feudal estavam sendo subvertidos não só no mar, não só pelas navegações e descobrimentos, mas em terra firme, na intimidade mesma da produção. A produção material da vida vai sendo lentamente assenhoreada por uma classe de burgueses cada vez mais interessados materialmente na organização e controle da produção de mercadorias, e não apenas no comércio delas ou nas atividades de trocas de ouro pela moeda local ou vice-versa. Controle que vai gerando, instanciando, uma medição e uma periodização do tempo cada vez menos local – uma medição cada vez mais distanciada das práticas *espontâneas* individuais e dos eventos da natureza, cada vez mais subordinada às complexas práticas sociais circunscritas à produção, que se socializava, e ao controle do processo de trabalho pelos capitalistas.

TEMPO DE PRODUÇÃO: CRIAÇÃO DO MAIS VALOR

Desde quando cada ser humano conseguiu produzir mais do que necessitava para seu consumo e os grupos humanos adquiriram a condição de produzir, sistematicamente, excedentes econômicos, estavam dadas as condições para a apropriação destes excedentes. Sempre que uma parte da sociedade detém o monopólio dos meios de produção, os outros membros, livres ou não, livremente ou não, acrescentam ao *tempo de trabalho necessário* à sua manutenção um *tempo de trabalho* destinado a produzir valores de uso para consumo do proprietário dos meios de produção, pouco importando “/.../ que este proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o senhor de escravos americano /.../ o moderno senhor de terras ou o capitalista.” (Marx, 1971, I: 265).

No modo capitalista de produção a categoria social *tempo de trabalho excedente* assume particulares características: as mercadorias estão longe de ser apenas valores de uso destinados ao consumo das classes dominantes. Neste modo de produção, no tempo de trabalho fornecido pelo produtor direto ao capitalista, produz-se valores de uso como invólucros adequados ao valor de troca requerido para valorização do capital.

Nas formações precedentes em que não predominava valor de troca, mas valor de uso, o mais valor produzido no *tempo excedente* limitava-se, quantitativa e qualitativamente, a conjuntos mais ou menos definidos, estáveis e razoavelmente constantes de necessidades. A partir da produção de valores de uso para consumo próprio dos produtores diretos e para a sustentação das classes dominantes, nestas formações pré-capitalistas, não é originada nenhuma pressão desmesurada por mais valor.⁵⁵

Para um servo da gleba, o *tempo de trabalho necessário* em que produzia valores de uso para consumo próprio e de sua prole estava temporal e fisicamente separado do *tempo de trabalho excedente* no qual produzia os produtos para consumo do senhor – os locais de trabalho e a relação entre estas duas partes que compunham seu *tempo de produção* eram fixados pela tradição. A duração do *tempo de trabalho necessário* e a do *tempo de trabalho excedente* e, portanto, a relação quantitativa entre estes tempos estava claramente definida: x horas por dia para si e x horas por dia para o senhor. N dias por semana ou N horas por dia de *tempo de trabalho excedente* continuariam sendo n dias por semana ou n horas por dia. O que importa – e estava bem claro para todas as partes – é que este era um período de tempo em que nada se criava para o próprio trabalhador, quer ele fosse um servo ou um assalariado de um mestre artesão.

No modo de produção capitalista, idealmente, todos os poros do tempo (e do espaço) todos os intervalos de tempo, todo o espaço devem ser ocupados por atividades do trabalho produtor de valor de troca, não existindo separação, nem física nem temporal, entre *tempo de trabalho necessário* e *tempo de trabalho excedente*. Ambos estão imbricados nos locais e nas jornadas de trabalho dos produtores diretos. Esta imbricação torna menos transparente a diminuição do *tempo necessário* e o aumento das horas de trabalho apropriadas gratuitamente pelo capitalista. Esta particular imbricação está na origem do esforço contínuo da classe capitalista em incrementar a produtividade do trabalho de modo a aumentar o valor gerado neste *tempo excedente*. Imbricação e incremento, hoje, mais complexos, que permitem a ocupação e utilização, cada vez mais intensa de todos os poros sociais. Todos os poros do tempo e do espaço não só nos locais singulares e nas jornadas regulares de trabalho, mas em todos os tempos e espaços ampliados da produção.

*

Nas sociedades em que ainda não predominava a relação hegemônica do capital plenamente constituído – quando o capital ainda permanecia na órbita comercial e bancária sem adentrar a produção e, portanto, sem a classe capitalista revolucionar incessantemente as forças de produção – os elementos naturais eram mais relevantes; os instrumentos potencializavam diretamente os

movimentos humanos e a própria natureza para produção de valores de uso. As ferramentas associavam-se à experiência imediata e ao conhecimento direto da matéria sobre a qual os homens operavam. Nestas sociedades, a hegemonia das classes dominantes efetivava-se diretamente por imposições sociais de traços religiosos, militares, de favor e, indiretamente, por imposições materiais-produtivas. Somente quando se consolida o modo capitalista de produção, especificamente sua dimensão industrial, a dominação social da classe hegemônica é calcada no controle da produção material econômica, mediada por instituições de natureza distinta das sociedades anteriores. Estas mediações passam pela criação do Estado-nacional de base democrática-liberal burguesa, por um mercado mundial em expansão não mais restrito ao local, pelo trabalho livre e pela autonomia do indivíduo liberto de laços feudais tradicionais, portanto, formando uma sociabilidade mais complexa e cada vez mais distanciada de barreiras naturais e comunais.

Desfeitas as barreiras comunais e distanciadas cada vez mais as imperiosidades naturais, conquistam-se as potencialidades individuais. Entre os trabalhadores diretos, pela primeira vez na história, a liberdade de vender força de trabalho é determinação do real. Esta liberdade, no entanto, vem acompanhada de restrições fundamentais como a ausência de qualquer alternativa de sobrevivência material que não a alienação da mercadoria força de trabalho no mercado. Não há a hipótese da liberdade de **não** vender esta força de trabalho. Os trabalhadores expropriados de suas técnicas de trabalho e afastados violentamente dos meios de produção são levados à condição de liberdade garantida juridicamente, condição acompanhada da imposição de uma concreta coação de ordem econômica, material. Transformados em indivíduos autônomos, os trabalhadores proprietários apenas de sua energia laborativa – transformada em mercadoria – são abstratamente iguais como *proprietários* aos que a compram livremente no mercado.

Uma vez que estes produtores são afastados de seus meios de produção, obrigados portanto, a vender sua força de trabalho, o controle da produção pela classe capitalista exige paulatina, mas sistematicamente, a expropriação do saber e do saber-fazer destes trabalhadores. Este saber e saber-fazer vão sendo transferidos, acumulados, centralizados, tanto em instituições recém-fundadas para esta expropriação – liceus de artes e ofícios e institutos reais de estudos de técnicas artesanais e manufatureiras – quanto em instituições que já existiam e passaram a se dedicar também a este fim, como as universidades, até então dedicadas quase exclusivamente a atividades escolásticas, ao estudo de Aristóteles, da Bíblia e dos filósofos da Igreja.

É inédita na história esta expropriação de saber e saber-fazer pelas classes dominantes. Costuma-se identificar o início deste período com a inauguração da chamada ciência moderna, a partir do século XVI. Galileu, Da Vinci, entre outros, procuravam conhecer os procedimentos dos artesãos das guildas para uma possível sistematização das relações causais manipuladas no exercício destes ofícios (Paolo Rossi, 1992). Este é um longo processo de expropriação, que passou por esta primeira fase de dismantelamento dos monopólios do saber dos ofícios das corporações. Primeiro período no qual realizou-se uma revolucionária socialização deste saber-fazer, cujo importante papel de sistematização e divulgação coube aos enciclopedistas franceses do século XVIII.

Porém, desde que capitalistas assumem o controle da produção material, inicia-se um segundo momento de reconcentração do conhecimento gerado na e pela práxis produtiva humana.

A era da hegemonia do capital é a primeira na história na qual há liberdade garantida juridicamente dos indivíduos irem e virem, pensarem e acreditarem, venderem e comprarem. É também, a primeira forma de organização social a tornar possível, necessária e premente para as classes dominantes apropriarem-se gratuitamente das forças da natureza, das forças sociais produtivas (incluindo aí a força material da cooperação humana) e apossarem-se continuamente do saber e do saber-fazer produzidos –objetivando-os em técnicas adequadas à reprodução das

relações produtoras de valor de troca. A apropriação deste conhecimento acaba sendo monopolizada nas, agora, corporações capitalistas: as universidades, as empresas, os laboratórios. Esta monopolização capitalista aliena o conhecimento embutido nos meios de produção da consciência dos operadores diretos dos equipamentos. Ela, porém, não se restringe aos processos produtivos diretos, mas apossa-se de todo o ser social sob o capital, de tal modo que os indivíduos podem possuir uma existência livre e entre iguais, porém ignorando, essencialmente o quê e o porquê fazem.

Os processos racionais do trabalho – processos implicados num conhecimento das relações causais da matéria que transformada atingiria um fim pré-ideado – foram reduzidos a processo de valorização do capital. O conhecimento, a ciência das relações causais encontra-se agora fora da subjetividade do operador; operação reduzida a uma mera ação mecânica, cumprindo o único fim de criar valor para o capital. Assim, é tendência do capital atribuir à produção, sempre, um caráter científico. Este caráter científico alienado da atividade direta dos trabalhadores permite à classe proprietária manipular, quantitativa e qualitativamente, o imbricamento dos tempos de trabalho social no sentido da ampliação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a ampliação dos tempos de trabalho apropriados gratuitamente pelos capitalistas (Marx, 1987; Napoleoni, 1981).⁵⁶

Contrariamente a esta inédita condição histórica de expropriação da unidade humana, da unidade do saber, os senhores da Idade Média, por exemplo, imersos em relações de dependência pessoal não expropriavam os servos de suas técnicas de trabalho. Na Antigüidade, os povos dominadores e militarmente vencedores, podiam privar os vencidos da vida, mas não expropriavam os sobreviventes e escravizados de suas técnicas produtivas e de seus meios de produção. Os vencedores militares da Antigüidade saqueavam mas quando não aniquilavam as populações pilhadas também não alteravam o processo de trabalho destes. Não extirpavam dos vencidos ou dominados as condições para a continuidade e manutenção regular da produção. Não vejamos aí moralidades externas e anacrônicas – a preservação dos meios de produção de posse dos dominados garantia aos vencedores e senhores os saques futuros e, eventualmente, contínuos impostos *in natura*.

Ao entrarem em contato com o capitalismo europeu em fase de acumulação primitiva, os nativos do sub-continente norte-americano foram instados a depredar a fauna utilizando suas próprias técnicas para fornecer peles de animais – únicos objetos com valor a ser oferecido e apreciado no mercado europeu. Aos colonizadores ainda não interessava adentrar a produção, isto é, controlar o conhecimento e as técnicas destes nativos para extrair da natureza peles destinadas ao comércio. À burguesia mercantil européia não era necessária, então, a instalação de um sistema produtivo de peles diferenciado do que já existia entre os nativos. A exploração tão rápida quanto permitia a extração direta de produtos da natureza realizada pelas técnicas nativas satisfazia plenamente aos interesses econômicos naquele período de acumulação primitiva de capital.

Nos períodos anteriores e na fase de acumulação original do capital, a dominação social ainda se dava por laços não totalmente econômicos. Laços que ainda não estavam integralmente baseados na dominação total do trabalho; o processo de trabalho ainda não havia se convertido, intimamente, em processo de valorização do capital. Os trabalhadores pré-capitalistas, intrinsecamente ligados a seus meios de produção – como o *caracol e a concha* (Marx) –, ainda exerciam sobre a atividade produtiva um papel ativo de produtores de valores de uso imediato, tanto para si, quanto para escambo ou para sustento direto das classes dominantes da época – atividades submetidas a relações de dominação que não impunham liberdade, nem exigiam a apropriação por esta classe dominante do saber e do saber-fazer deles, nem a intromissão desta classe no âmago da produção.

No longo período de ciclos econômicos caracterizado pela acumulação mercantilista havia forte intervenção dos capitalistas na ponta do circuito comercial, isto é, especializados no comércio a longa distância, envolviam-se somente na armazenagem e no transporte.

Além da armazenagem e transporte, era comum elas (as empresas capitalistas) se empenharem em algum processamento das mercadorias que compravam e vendiam, bem como na construção minimamente, de alguns dos recursos e instalações exigidos pela armazenagem, transporte e transformação de produtos. É provável que a construção naval tenha sido a mais importante dessas atividades, particularmente para as organizações capitalistas como Veneza e as Províncias Unidas, que eram auto-suficientes na 'produção' da proteção exigida por seus transportes /.../ as principais organizações capitalistas dos ciclos genovês e holandês evitavam a produção tanto quanto possível. (Arrighi, 1996: 182)

Envolvidas no transporte e armazenagem dos produtos extrativos ou de relativa complexidade de transformação, como o açúcar dos engenhos brasileiros, as empresas comerciais deste período de acumulação mercantil⁵⁷ não haviam assumido a “ponta do circuito” reprodutivo, isto é, o circuito inaugurado com a valorização do capital no ato mesmo do trabalho. Assunção possível a partir da concentração exclusiva por uma classe dos instrumentos de produção. Concentração e controle que vão distanciando os trabalhadores da propriedade dos instrumentos de produção, dos saberes embutidos nestes mesmos instrumentos e do conhecimento das relações causais próprias dos processos de transformação, provocando mudanças qualitativas na organização dos tempos do processo de trabalho.

A nobreza feudal construía e conservava seu poder de dominação à margem do conhecimento técnico, do saber-fazer destes artesãos ou dos servos.⁵⁸ No mundo feudal baseado em relações de dependência pessoal, havia uma distinção transparente, não fetichizada, entre tempos de trabalho e espaços produtivos dedicados ao sustento do servo e tempos de trabalho e espaços produtivos consagrados ao senhor.

A corvéia mede-se tanto pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que é certa quantidade de sua força pessoal de trabalho que ele despense no serviço do seu senhor. O dízimo, a ser pago ao cura, é mais claro que a benção do cura. Portanto, como quer que se julguem as máscaras que os homens, ao se defrontarem aqui, vestem, as relações sociais entre as pessoas em seus trabalhos aparecem em qualquer caso como suas próprias relações pessoais, e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, dos produtos de trabalho. (Marx, 1984, I: 74)

Para o servo, as partes componentes do tempo de produção eram claras e transparentes: havia uma distinção física entre um tempo trabalhado para si e sua prole, e um tempo excedente trabalhado para o senhor das terras. Sob condições capitalistas de trabalho livre, isto é, condições de substituição da coerção extra-econômica pela coerção exercida pelos laços exclusivamente econômicos, sustenta-se a ilusão de que todo tempo de trabalho é pago, o que está longe do real. Comparando alguns aspectos do trabalho escravo com o trabalho assalariado livre sob o capital, Marx notava que para o escravo, todo tempo de trabalho aparece como tempo não pago, inclusive o que é pago (alimentação, vestimenta, habitação); no caso do trabalho livre assalariado pelo capital, todo tempo aparece como tempo de trabalho pago, inclusive o que não é pago (tudo o que é produzido no *tempo excedente*).

A organização das atividades humanas no tempo e no espaço no modo capitalista de produção se expressa, pois, deste modo distinto – particularmente fetichizante – uma vez que neste modo societário ocorre a produção de mercadorias através de relações sociais de trabalho livre tornado abstrato – dispêndio comum (genérico não particular) de força de trabalho. Somente quando o trabalho em si é tomado como uma quantidade homogênea e abstrata ele passa a ser medido pelo tempo socialmente necessário, ou seja “está pressuposta uma produção coletiva, o caráter coletivo da produção. O trabalho do indivíduo está posto desde o início como trabalho social” (Marx, 1986 I: 100). A contabilidade do tempo de trabalho social torna-se o imperativo necessário e fundante para a valorização do capital.

Rezam os contratos que o trabalhador, desde que venda livremente no mercado sua força de trabalho em troca do salário, deve empregá-la durante toda a jornada comprada pelo capitalista. O tempo durante o qual a força de trabalho dos produtores diretos transfere aos meios de produção o valor equivalente a sua manutenção e reprodução é tempo pago, é *tempo necessário*. Este *tempo de trabalho necessário*, porém, não esgota toda a jornada de trabalho. O restante é *tempo excedente*. O capitalista, *não por boniteza, mas por precisão*,⁵⁹ procura encontrar formas para incrementar a produtividade diminuindo o tempo *necessário* e aumentando o tempo *excedente*, pois este é o tempo em que o trabalhador transfere valor gratuitamente ao capitalista. Inicialmente, os capitalistas procuravam organizar as jornadas de trabalho estendendo sua duração até os limites físicos humanamente suportáveis. Porém, a definição da duração da jornada de trabalho além dos limites físicos humanos submete-se às implicações dos resultados históricos da luta entre as classes. Respondendo a estas implicações, a busca do capitalista passa a ser, entre outras, o revolucionamento *científico* das bases técnicas para aumento da produtividade: produzir mais em menos tempo, mas com a mesma ou, preferencialmente, maior, jornada de trabalho e, preferencialmente, ainda, com menor número de trabalhadores.

Diferentemente dos outros modos de produção, as relações sociais sob hegemonia do capital pressupõem trabalhadores produzindo em regime de trabalho livre. Trata-se de uma forma “mais livre” que as demais formações sociais anteriores, pois, esta forma é “agora de natureza meramente material, formalmente voluntária, puramente econômica.” (Marx, s/d: 97). Diferentemente do escravo, não é o trabalho que é comprado e vendido como mercadoria, mas a força de trabalho individual que deverá ser usada por um tempo determinado pelo capitalista. Diferentemente das condições de trabalho servil, a apropriação do *tempo de trabalho excedente* do trabalhador livre submetido ao capital, não claramente diferenciado do tempo de trabalho necessário, permite a manipulação da jornada de trabalho qualitativa e quantitativamente pelo capital. A continuidade da relação social capitalista é garantida, justamente, por causa desta condição de liberdade, pois “o trabalhador livre /.../ vê-se obrigado a manter ele mesmo a relação, já que a sua existência e a dos seus depende da renovação contínua da venda da sua capacidade de trabalho ao capitalista” (Marx, *idem*: 100).

Submetida a relações de produção capitalistas, a força de trabalho dos produtores diretos – transformada em mercadoria – cria valores defrontando-se com os meios de produção e objetos de trabalho, transformados em capital. Meios de produção cujo funcionamento e saber embutido não estão mais ao alcance dos que diretamente lidam com eles. Ao capitalista interessa o uso de força de trabalho genérica, abstraída da humanidade contida no portador desta força de trabalho, de tal modo que “*em princípio* o trabalhador livre encontra-se predisposto e sujeito a qualquer variação da sua capacidade e atividade laborais que lhe prometa um salário melhor /.../ gerando /.../ a mais completa indiferença em relação ao conteúdo determinado do trabalho e à mudança de ramo.” (Marx, *idem*: 103).

Partindo da base técnica e das condições de produção feudais, a fração industrial da classe capitalista em formação – agente das relações sociais hegemônicas que se constituíam – herdou, destruindo, remodelando ou subjugando todas as outras formas de produção, não deixando alternativas aos produtores diretos que não fosse a venda de sua força de trabalho como mercadoria e a cessão de tempo de trabalho não pago, de *tempo excedente* durante o qual se produz um sobre valor – valor adicional apropriado pelo capital em seu processo de valorização.

Expropriados de seus meios de produção, transformados em proletários, ex-produtores autônomos, ex-camponeses, ex-artesãos e outros ex-proprietários viram o processo de trabalho converter-se em processo de valorização do capital, onde:

- a produção de valores de uso passa a ser produção de mercadorias, de valor de troca: os valores de uso só são produzidos enquanto suportes materiais de valores de troca, portadores de mais-valia para valorização do capital adiantado;
- *tempo necessário* (tempo de trabalho pago) e *tempo excedente* (tempo de trabalho não pago) ficam diluídos e imbricados no *tempo de produção*, na duração da jornada de trabalho.

Tempos e ritmos de trabalho para produção de valores de uso necessários à sobrevivência da prole e da comunidade estavam interiorizados por servos, mestres, aprendizes e jornaleiros. Tempos e ritmos capitalistas, por serem base da apropriação privada de tempo de trabalho não pago, chocaram-se com aqueles tempos e ritmos de trabalho historicamente interiorizados, herdados da ordem pré-capitalista em decomposição. Trabalhar mais para a produção dos valores de uso necessários à sua sobrevivência era algo que não tinha sentido para trabalhadores herdeiros dos ritmos feudais corporativos.

Evidentemente, nunca se viveu da mão à boca. Eram gerados e armazenados valores de uso suplementares, principalmente alimentos, para períodos de guerra, colheita ruim, invernos rigorosos e outros motivos. Esta produção suplementar de valores de uso, portanto, não era excedente para fins de troca mercantil capitalista, não era valor de troca. A produção adicional de bens para troca por mercadorias estrangeiras era uma parte muito pequena da produção total. O *tempo de trabalho necessário* aparecia como natural, tanto quanto não era considerado natural um tempo de trabalho além do necessário para a sobrevivência da comunidade e manutenção de estoques de segurança.

Sucedem que tempo de trabalho supérfluo do ponto de vista da produção de valor de uso, era exatamente a base sobre a qual se erguia o modo de produção que começava a moldar mais especificamente o processo produtivo e constituía-se no objetivo perseguido pela classe que estava em processo de assunção da hegemonia econômica, política, ideológica: a classe de capitalistas. Estimulada pelo processo de valorização de seu capital, acabava por gerar as condições do aumento da produtividade do trabalho e por isto necessitava modificar e revolucionar condições técnicas para diminuir o *tempo de trabalho necessário* à subsistência do trabalhador aumentando, assim, o *tempo de trabalho excedente* e gerando um mais valor em quantidades totalmente desconhecidas até então.

A imposição dos tempos e ritmos do capital a trabalhadores, recém-separados à força dos meios de produção, violentamente transformados em proletários, mas ainda afeitos aos tempos e ritmos feudais, foi um processo histórico longo e cruel vivido não sem resistência pelos trabalhadores. Resistência que Max Weber (1992) registrou com sua visão ético-política e a chamou

de reação tradicionalista baseada na ausência de uma racionalidade da qual uma ética protestante, por ele preconizada, seria a portadora. Com certeza, tratava-se de uma obstinada resistência, mas o motivo de fundo era resistir aos tempos e ritmos capitalistas de trabalho recém-instituídos, resistir à ampliação do *tempo de trabalho excedente*, em níveis até então desconhecidos.

Marx, ao citar traços do mesmo fenômeno na Rússia, identifica que os proprietários russos, mesmo quando possuíam dinheiro, não encontravam força de trabalho disponível dada a resistência dos camponeses ao trabalho assalariado, uma vez que o trabalhador russo não estava “/.../ ainda totalmente separado de seus meios de produção e, portanto, não era ainda um ‘trabalhador assalariado livre’, no sentido pleno do termo.” (Marx, 1983, II: 28-29). Longe de dar centralidade à questão da racionalidade, como faz Weber, Marx identifica a condição fundante dos trabalhadores, ainda, serem ou não proprietários dos meios de produção; a propriedade destes lhes permitiria resistir à imposição de trabalharem num tempo além do mínimo necessário para sua sobrevivência. Esta condição conferia aos proprietários de terras russos a impossibilidade do revolucionamento incessante das forças produtivas, condição particular já alcançada pelas classes capitalistas da Europa Ocidental.

Antes de concentrar a população recém-proletarizada nas cidades, os capitalistas usaram fartamente mão-de-obra rural, fornecendo matéria-prima (lã e fios especialmente) para que os trabalhadores transformassem os produtos (fios e tecidos) em suas próprias casas, utilizando mão-de-obra própria e de sua prole. Nesta situação, os trabalhadores diretos, além de eventualmente operarem seus próprios meios de produção (teares manuais, por exemplo) ainda possuíam alternativas de sobrevivência ligada à produção rural e à indústria caseira e artesanal.

Historicamente este sistema do *putting-out* foi uma das primeiras formas de extração da *mais-valia*, sob jugo do capital. No *putting out* a produção era, essencialmente, rural. Diferentemente dos tempos atuais, os trabalhadores diretos ainda não haviam sido expropriados de seu conhecimento técnico dos processos produtivos e, fundamentalmente, expropriados dos meios de produção. Nestes tempos iniciais da subsunção formal do trabalho ao capital, os trabalhadores submetidos ao sistema do *putting out* preservavam alguma condição de produzir uma variedade de valores de uso para consumo próprio em tempos próprios de trabalho ainda por eles controlados, além de manterem algum controle sobre o restrito mercado que atendiam. A natureza deste trabalho social, era limitada neste período a trabalhadores isolados – embora isolados, não mantinham o caráter cooperativo do isolamento e fragmentação do atual proletariado urbano, que vimos ao longo deste texto procurando caracterizar. O trabalho isolado e fragmentado do *putting out* só mais tarde será diluído no *trabalhador coletivo* da grande indústria.

Do ponto de vista capitalista, o sistema do *putting-out* possuía várias restrições tendo como resultado uma ainda formal subsunção do trabalho ao capital. Estas restrições tornam-se insuportáveis assim que foram necessários aumentos bruscos e constantes da produção devido à expansão do mercado mundial. Aos poucos, como sistema, foi perdendo importância quantitativa e a classe capitalista, através de uma violência extrema, ajudada por leis concedidas pelos poderes públicos, concentrou a população trabalhadora nas cidades e nas fábricas, cuja forma inicial de organização foi a manufatura, prolongada sob algumas formas específicas – inclusive taylorfordistas –, ao longo do século XX, na *manufatura* dos tempos do capital monopolista (Moraes, 1998). Por ser a direção que apontava com mais vigor para o aumento da subsunção do trabalho ao capital, ao lado da preservação destas inúmeras formas de manufatura, o capital continua o intenso esforço de encapsulamento de porções cada vez maiores de saber e saber-fazer em máquinas e processos.⁶⁰ Na atual fase da reprodução do capital esta subsunção ocorre em níveis absolutamente abrangentes.

Qualquer analogia entre a situação atual de dispersão dos trabalhadores e esta produção caseira (*putting-out*) é historicamente equivocada e só possui sentido pela função ideológica que cumpre. Diferentes épocas históricas apropriam-se, a seu modo, do passado. Muitos gerentes de recursos humanos, teóricos do trabalho imaterial ou burocratas das políticas públicas gerenciais insistem em traçar paralelos entre este sistema do *putting-out* e os chamados arranjos produtivos locais, com a intenção de justificar o desmonte das relações trabalhistas e o *empreendedorismo* como alternativa produtiva. É o fenômeno escondendo a essência de um processo muito mais complexo. Seja no *putting out*, seja na manufatura – fordista ou não –, seja nos arranjos produtivos locais que caracterizam os territórios *just in time*, a natureza do processo de valorização do capital tem como única fonte a apropriação da mais-valia gerada no tempo de produção.

Com o aumento da subsunção dos trabalhadores e a dispersão cada vez maior do circuito produtor de mais-valia por extensos territórios, o capital, atualmente, apropria-se de tempos de trabalho de forma cada vez mais intensa e difusa. A existência e a quantificação das partes do *tempo de produção*, já escamoteadas anteriormente nas relações assalariadas tradicionais, são ainda mais facilmente falseadas ou ignoradas. A imbricação entre *tempo necessário* e *tempo excedente*, já intensa, aumenta, facilitando a ilusão de que todo *tempo de produção* é *tempo necessário*, como se a hipertrofia não fosse do *tempo excedente*.

Quantidades cada vez maiores de seres humanos, das mais diversas formas, ligam-se aos fluxos de valor por períodos e fatias de tempo, grandes ou pequenas. Pensa-se e trabalha-se para o capital mesmo em horas do dia que, anteriormente, não eram dedicadas a isso: em casa (negando concretamente a esfera privada, *solucionam-se* problemas da produção), no período do deslocamento de casa para a fábrica (trabalhadores sonolentos ouvem barulhentas e insistentes recomendações sobre segurança no trabalho). Reproduz-se o mundo estranhado do capital, a qualquer momento, onde se estiver conectado com a Internet, ou qualquer um que dispuser de um telefone celular (de madrugada ou durante um fim de semana, de férias ou não). Consoma-se esta reprodução mesmo entre aqueles que não estão empregados, pois, estão empenhados na construção de sua *empregabilidade* ou na procura de nichos de mercado para a instalação de empreendimentos mercantis.

A conexão aos fluxos do capital pode assumir as formas mais diversas, mas, inequivocamente, apenas camufla alienação de força de trabalho. Sejam como trabalhadores autônomos isolados, pequenos patrões capitalistas ou trabalhadores cooperados, na economia formal ou na informal, seres humanos proletarizados e travestidos de *cidadãos-empresendedores* participam da forma atual da expropriação de *tempo de trabalho excedente* que caracteriza o processo de trabalho transformado em processo de valorização do capital. Voltaremos a estas questões.

TEMPO DE CIRCULAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO DO MAIS VALOR EM LUCRO

Antes de obter seu lucro no mercado, o que o capitalista possui de concreto ao término do *tempo de produção* são mercadorias *prenhes* de mais-valia. Porém, seu proprietário não sabe de quanta mais-valia sua mercadoria é portadora, quanto dela transmutar-se-á em lucro, nem qual será a parte deste lucro que lhe caberá. Tais determinações quantitativas só são possíveis *a posteriori*, ao término do *tempo de circulação*.

O capital não tem nenhuma vocação histórica para produzir mais-valia; esta se constitui no mal necessário para que um capital investido retorne com valor ampliado. A vocação do capital é esta: valorizar-se. É este o único objetivo pelo qual a burguesia transforma o processo de trabalho em processo de produção capitalista.

Ao término do tempo de produção, o capitalista é o proprietário jurídico de uma dada quantidade de mercadorias, certamente *prenhes* de mais-valia, porém ainda não obteve nenhum lucro. A mais-valia é uma categoria cuja existência não depende das intenções dos capitalistas ou dos trabalhadores. Sua realização depende do enfrentamento pelos capitalistas das agruras do mercado. As mercadorias não serão de nenhuma serventia para o capitalista se este não puder vendê-las por um preço que contemple tanto o valor do capital adiantado quanto, idealmente, todo o mais valor gerado no tempo de produção. A mais-valia expropriada no *tempo de trabalho excedente* só atinge os desígnios de valorização do capital se for realizada no mercado. Dependendo do preço obtido na venda, nosso capitalista poderá obter todo o mais valor em forma de dinheiro, caso em que terá conseguido realizar toda a mais-valia e terá seu lucro máximo. Mesmo vendendo as mercadorias com preço menor pode ainda obter lucro – embora neste caso não tenha conseguido se apropriar de toda a mais-valia - produzida.

Não podemos, pois, confundir mais-valia com lucro. Lucro é a diferença entre o capital empregado para produzir a mais-valia e o dinheiro obtido na venda, na realização da mais-valia no mercado. Antes da venda o capitalista não só não obteve lucro, como não sabe quanto lucro terá. Tal realização no mercado se dá no *tempo de circulação*. O modo de produção capitalista considerado como um todo é a unidade da *produção* e da *circulação*. Sobre esta unidade, o controle social, do ponto de vista das classes proprietárias, deve ser idealmente integral.

Esta unidade entre *tempos de produção* e *tempos de circulação* constitui-se no *tempo de rotação* do capital. Como um todo a soma dos tempos de *produção* e de *circulação* mede os intervalos, a periodicidade, “o tempo de renovação, da repetição do processo de valorização, respectivamente de produção do mesmo valor-capital.” (Marx, *op. cit.* III: 107).

Quanto menor o *tempo de rotação* do capital, maior sua *velocidade de rotação*, maior o *ritmo* impresso na produção. Tal ritmo é hoje o aspecto dominante do metrônomo da produção.

Todos os grupos humanos necessitam continuamente obter, através do processo de trabalho, bens materiais, espirituais e serviços, em geral, necessários à subsistência. Uma vez que o processo de trabalho foi convertido em processo de valorização do capital estes bens materiais e serviços necessários à subsistência só são encontráveis como mercadorias. A histórica ausência de alternativas para os indivíduos encontrarem fora do mercado valores de uso e outra forma de sobreviver a não ser alienando sua força de trabalho neste mercado permite aos capitalistas a continuidade dos ciclos de produção do capital e, portanto, de sua valorização. Esta continuidade é necessidade vital para manterem-se como capitalistas. Deste modo, a rotação do capital como um ciclo não é um ato isolado, único: necessariamente é um processo periódico que acontece em intervalos regulares de tempo cuja duração é determinada pela soma do *tempo de produção* e do *tempo de circulação*.

Circulação não deve ser entendida como sinônimo de *transporte*. Entenda-se *tempo de circulação* como tempo gasto pelo capital para mudar de forma:

- Da forma moeda para a forma mercadoria – quando o capitalista compra força de trabalho e meios de produção.
- Da forma mercadoria para a forma moeda quando o capitalista procura realizar a *mais-valia* no mercado.

A esfera da circulação, entendida como o campo destas metamorfoses, não implica, portanto, necessariamente, deslocamento espacial, físico, das mercadorias: casas, terrenos, ações, por exemplo, ao circularem não são exatamente transportadas. Por isto, é essencial não confundir *tempo de circulação* com tempo de transporte apesar da interseção e da eventual interpenetração entre eles.

Tempo gasto em transporte pode fazer parte tanto do *tempo de produção* (como se fosse uma correia transportadora da fábrica) quanto do *tempo de circulação* (ao ser transportada entre um porto seco e uma loja ou a um consumidor final). Massas de produtos não se multiplicam por meio de seu transporte. Com raras exceções (levar gado para engordar, por exemplo) as modificações das propriedades naturais devidas ao transporte são indesejáveis e prejudiciais. Mas, o *valor de uso* das coisas só realiza-se em seu consumo e esse consumo pode tornar sua mudança de lugar necessária e, portanto, também necessário o processo adicional de produção da indústria de transportes.

O trabalho investido nesta indústria de transportes agrega, pois, valor aos produtos transportados, em parte pela transferência de valor dos meios de transporte (caminhões, contêineres, navios, ferrovias etc.), em parte pelo acréscimo de valor do trabalho de transportar, mesmo que não se multipliquem as suas unidades.⁶¹ Como ocorre com toda a produção capitalista, esse último acréscimo de valor divide-se em reposição de trabalho pago e *mais-valia*, e o capital empregado em transporte deve ser remunerado tendo como referência a taxa média de lucro praticada. No sentido físico, o ato de circular, enquanto efetivo movimento das mercadorias no espaço, dissolve-se no transporte das mercadorias. A indústria de transportes constitui ramo autônomo da produção e, por isso, uma esfera especial de investimento do capital produtivo.

O transporte de mercadorias prontas para consumo final enlaça-se já com o *tempo de circulação*, fazendo parte dele, entendido como sua segunda metamorfose (capital-mercadoria é capital-dinheiro).⁶² Diferente é o transporte de mercadorias para *consumo produtivo* entre fornecedores e empresas que consomem tais mercadorias como meios de produção, estejam ou não tais fornecedores e empresas organizadas em um *cluster*, um arranjo produtivo local, ou em cooperativas. Neste caso, atrasos, demoras, problemas na entrega das mercadorias, devido a diferentes fatores, aumentam o *tempo de produção* do produto final. O fato deste tipo de mercadoria não chegar no tempo planejado, em *tempo real, just in sequence*, além de elevar o *tempo de produção*, faz com que a mercadoria força de trabalho, embora paga, seja subutilizada com reflexos negativos na produção de *mais-valia*.

Especificamente, no *tempo de circulação*, ocorrem então, duas metamorfoses, duas mudanças de forma do capital:

- Mudança da forma-dinheiro para a forma-mercadoria – **compra** de meios de produção e de força de trabalho;
- Mudança da forma-mercadoria para a forma-dinheiro – **venda** das mercadorias para obter de volta o valor adiantado na compra dos meios de produção e da força de trabalho, acrescido do lucro resultante da realização total ou parcial da mais-valia adicionada durante o *tempo de produção*.

Uma vez realizada a segunda metamorfose, o capitalista obtém o capital investido acrescido do valor correspondente à mais-valia gerada na produção e está pronto para reiniciar o ciclo de rotação, voltando ao mercado para compra de meios de produção e força de trabalho.

Compra e venda são atos da circulação do capital que, por sua vez, enquanto unidade, é parte da circulação geral das mercadorias. Embora partes de uma unidade, *tempos de circulação* e *tempos de produção* excluam-se mutuamente, pois, durante o *tempo de circulação*, parte do capital não funciona como capital produtivo, não realizando, desta feita, o encontro entre trabalho morto (meios de produção) e trabalho vivo (força de trabalho). Uma parte do capital total está, pois, sempre percorrendo o *tempo de produção* para que, continuamente, existam mercadorias sendo produzidas; simultaneamente, outra parte do capital total está percorrendo o *tempo de circulação*, seja porque massas de mercadorias prontas estão a caminho do consumo para realizar sua metamorfose, seja porque uma parte do capital-dinheiro ainda não foi gasta para comprar meios de produção.

Dado um capital total, a expansão ou contração da parte que percorre o *tempo de circulação* atua negativamente sobre a contração ou expansão da parte que percorre o *tempo de produção* e, por conseguinte, atua negativamente na amplitude desta fração do capital que funciona como capital produtivo: **quanto mais o tempo de circulação aproximar-se de zero, maior será a fração do capital total disponível (a ser investido) para a expropriação de mais-valia.**

A venda é para o capitalista fundamental à realização da mais-valia, sua atuação com esmero e atenção visa sempre realizar este processo de compra e venda no menor tempo possível sempre tendente a zero: “a aspiração do capital é a *circulação sem tempo de circulação*.” (Marx, 1985, II: 178). Caso, no *tempo de circulação*, haja paralisação da venda da mercadoria *preenhe* da mais-valia gerada no *tempo de produção*, o ciclo será interrompido e a reposição dos meios de produção não se realizará nem tampouco o processo de revalorização, assim:

as partes seguintes, que surgem do processo de produção como M', encontram sua mudança de função bloqueada por suas antecessoras. Caso isso perdure algum tempo, então, a produção é reduzida e todo o processo é levado à imobilidade. Toda a paralisação da sucessão leva à justaposição, à desordem; toda paralisação num estágio provoca uma paralisação maior ou menor no ciclo global não só da parte paralisada do capital, mas também do capital individual inteiro. (Marx, 1983, II: 72)

Evidentemente, um sistema de crédito desenvolvido permite que o ciclo produtivo continue, mesmo havendo interrupção no processo de valorização. A produção pode continuar com a compra de novos meios de produção e pagamento de força de trabalho, mesmo que as mercadorias ainda não estejam vendidas. Claro é, entretanto, que esta situação não pode perdurar indefinidamente. A história do processo de produção capitalista está repleta de momentos nos quais o descolamento entre a *produção* e a *circulação* chegou a níveis insuportáveis gerando pesadas crises, cujos processos de superação realinharam o sistema como um todo.

Deste modo, unidade, continuidade e automovimento da produção e da circulação são condições absolutamente necessárias para a revalorização do capital. Esta unidade continuamente em movimento no mercado precisa do consumo do trabalho vivo e de atividades que garantam provisões regulares de matérias-primas, incessantemente disponíveis, para alimentar “pouco a pouco” o processo de produção (Marx, *op. cit.* 84).

Força de trabalho e tempos de trabalho são despendidos no processo de circulação tanto como metamorfose da forma mercadoria para a forma dinheiro, quanto na circulação de mercadorias para fins de consumo produtivo. Isso aparece como gasto adicional de capital: uma parte precisa ser investida na compra de força de trabalho que só funciona na circulação.

Dada a atual complexidade da circulação há um infindável exército de trabalhadores executores dos serviços atinentes a esta esfera – motoristas, corretores da bolsa, corretores de imóveis, especuladores de *commodities*, publicitários, lobistas, marqueteiros em geral – além de um setor de logística hipertrofiado e em contínua expansão. São atividades que assumiram formas de verdadeiros processos produtivos automatizados, com máquinas e equipamentos sofisticados e procedimentos lógico-matemáticos, exigindo maior amplitude de organização racionalizada do trabalho na perspectiva do capital. Esta complexidade e diversidade de atividades têm diferenciado serviços, ramos e setores de trabalho empregando com carteira assinada, ou não, milhares de trabalhadores – para dizer segundo a linguagem atual esvaziada de conteúdo de classe: ampliando nichos de *empreendimentos* e oportunidades de negócios.

Os mecanismos de equacionamento das provisões que realimentam ininterruptamente a *produção* e a *circulação* recebem hoje dos gerentes do capital, e dos governos interessados em atraí-los ou mantê-los, especialíssima atenção. As indicações dos planejamentos *just in time* nas fábricas dos principais centros industriais do Brasil ou do mundo buscam, pois, adequar-se ao ritmo da produção e da circulação o mais seguramente possível. A diferença significativa destas formas atuais reside no fato de que os custos de estoques e transporte destas provisões estão sendo expulsos do interior das unidades produtivas e bancados por diversos segmentos da sociedade. A materialidade imediata desta expulsão dá-se pelas condições oferecidas pela atual base tecnológica, que sustenta a continuidade do processo global de revalorização do capital. Os capitalistas não arcam mais com os custos de manter suas provisões para, “pouco a pouco”, as consumirem produtivamente. Ocupando todos os poros dos tempos e dos espaços sociais, “pouco a pouco”, as provisões de meios de produção e de força de trabalho, guardando entre si as devidas proporções, são feitas no momento exato do *consumo produtivo* do capital.

ILUSÃO DO RABO ABANAR O CACHORRO

IDEOLOGIA DA CIRCULAÇÃO

Atividades logísticas hipertrofiaram-se nos últimos anos devido às necessidades da produção e da circulação. Antes de ser desenvolvimento *tecnológico* providencial ou autônomo, esta hipertrofia é causa e conseqüência do aumento da velocidade de rotação do capital e, como veremos, das contra-medidas para lidar com a tendência histórica de queda da taxa de lucro.

Transporte e logística são atividades conhecidas e praticadas para deslocamentos e suprimento de exércitos na Antigüidade desde (pelo menos) as campanhas de Aníbal, Ciro e Alexandre. Durante as guerras mundiais do século XX, foram intensamente desenvolvidas e utilizadas concepções logísticas para circulação de soldados e suprimentos de todos os tipos, deslocamentos até os cenários de batalhas e nos territórios conflagrados. Era necessário levar até o *front*, continuamente, toneladas de equipamentos (armas, veículos etc...) e peças de reposição. Sem falar de combustível, alimentos, roupas e munição. Principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tais necessidades práticas de circulação de soldados e suprimentos impulsionaram grandes desenvolvimentos teóricos nas matemáticas e planejamentos. Especificamente a chamada Pesquisa Operacional teve seu desenvolvimento intimamente ligado à logística de guerra. O desembarque em Dunquerque, no famoso dia D, acarretou movimentação de milhões de toneladas de suprimentos e centenas de milhares de soldados, vindos de diversos locais do mundo, com previsões de várias rotas alternativas contemplando tanto ações armadas do inimigo, quanto sabotagens, quebras de equipamentos ou acidentes naturais.

Clara era a importância da precisão e segurança daqueles deslocamentos de soldados e suprimentos. No entanto, isso não significa que circulação e logística de suprimentos fossem mais importantes que sua produção. O aumento na velocidade de rotação do capital com a apropriação de fatias de tempo de trabalho de um número crescente de trabalhadores dispersos geograficamente e conectados de formas cada vez menos convencionais aos fluxos de mais-valia têm jogado em circulação uma quantidade cada vez maior de mercadorias e serviços – não apenas mercadorias e serviços transportados para os locais de consumo final, mas também, mercadorias e serviços transportados para consumo produtivo entre fornecedores, subfornecedores e fabricantes. Como propriedade privada capitalista, mercadorias circulam em tempos e ritmos cada vez mais acelerados, precisos e controlados, local, regional ou internacionalmente, entre subfornecedores e fabricantes, entre fabricantes e portos secos, até chegar ao consumidor final.

Marx já indicava que toda economia é economia de tempo, anulando, deste modo, o espaço pelo tempo. Ao analisar a expansão produtiva no século XIX ele apontava a importância da reflexão sobre o controle dos intervalos de tempo e do espaço como essenciais à produção e à circulação das mercadorias submetidas ao capital:

Os veleiros mais aperfeiçoados e vapores, por exemplo, que abreviam a viagem, abreviam-na tanto para os portos mais próximos quanto para portos mais distantes. A diferença relativa se mantém, embora muitas vezes diminuída. As diferenças relativas podem, devido ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações, ser deslocadas de modo tal que não correspondem às distâncias naturais. Por exemplo, uma estrada de ferro, que vá do local de produção a um importante centro populacional no interior, pode fazer com que a distância até um ponto mais próximo, para onde não vai nenhuma estrada de ferro, aumente em termos absolutos ou relativos se comparada

ao naturalmente mais distante; do mesmo modo, em virtude da mesma circunstância, a própria distância relativa entre os centros de produção e os grandes mercados de escoamento pode ser deslocada, o que explica a decadência de velhos centros de produção e a ascensão de novos, com a alteração dos meios de transporte e de comunicação /.../. Ao mesmo tempo, com o desenvolvimento dos meios de transporte é acelerada a velocidade do movimento no espaço, e com isso abreviada temporalmente a distância espacial. (Marx, op. cit. 175)

Abreviar temporalmente a distância espacial é economia de tempo – que sob a hegemonia das relações estabelecidas pelo capital é dinheiro. Se dinheiro deve transformar-se em capital, todos os poros do tempo (e do espaço) devem ser ocupados por atividades do trabalho produtor de valor.

As formas contemporâneas de organização da produção, baseadas nas operações *just in time* em um tempo tido como *real*, em hipótese alguma, suprimiram a esfera da produção, como tentam mostrar alguns apologetas da circulação, mas impuseram aprofundamento, diversificação e ampliação das atividades de circulação, distribuição e consumo de mercadorias. Transporte e logística assumem, neste contexto, uma complexa dimensão, que só aparentemente suplanta a esfera da produção direta. Entre fabricantes e fornecedores estabelecem-se estratégias logísticas para sincronizar a produção, controlando e encurtando *tempos de circulação*. Na tentativa de alcançar o tempo de resposta zero (*lead-time*) configura-se um sistema logístico englobando fabricantes, transportadoras e a rede varejista. Através de comunicações eletrônicas, assim que itens sejam consumidos, o fabricante, em *tempo real*, é idealmente acionado para providenciar sua reposição.

Estas atividades de produção e circulação sincronizadas e em tempos cada vez menores, envolvendo trabalhadores e unidades produtivas espalhados pelos territórios, hipertrofiaram os investimentos em operações logísticas. São operações que tentam sincronizar a produção e a circulação abarrotando os espaços urbanos com meios de transporte, ocupando uma força de trabalho cujo valor evanesce no ato da sua realização, ocorrendo em um tempo que não valoriza o capital e, portanto, deve ser o menor possível – idealmente nulo.

Nos ciclos *just in time*, os projetos logísticos devem prever e minimizar impedâncias obstaculizantes dos fluxos de mais-valia, buscando idealmente obter resistências nulas a estes fluxos e a sua transmutação em lucro. Isto significa que todos os envolvidos (mercadorias, informações, veículos, projetos, seres humanos) devem percorrer as etapas dos processos de trabalho em tempos e espaços cada vez mais sincronizados e precisos. Seria exaustivo descrever estes mecanismos e artifícios, mas pense-se desde os projetos de melhoria dos carrinhos de recolhimento de resíduos nas ruas; nas comunicações *on-line* de pedidos de compras; na criação de etiquetas *inteligentes* para implantação em roupas, gado e outros animais para acompanhar seu ciclo comercial; na comunicação *on-line* no chão-de-fábrica entre trabalhadores; na substituição de um soldador por um operador de máquina de solda; na instalação de portos secos urbanos nos distritos industriais e nas imensas empresas transportadoras sediadas nos arredores destes distritos com controle de frota via satélite; nas insistentes denúncias de falta de produtividade dos portos litorâneos (no caso brasileiro); na imensa gritaria empresarial pela falta de infra-estrutura logística dos territórios econômicos; na pressão para implantar o anel rodoviário em torno de São Paulo (com agressão a quase todos os reservatórios e represas de água da cidade) etc.

O funcionamento *just in time* da cadeia produtora e expropriadora de mais-valia pressupõe centros organizados logisticamente próximos à rede de fornecedores, além de uma malha viária em constante manutenção por causa do esgotamento precoce advindo do aumento de uso; tal funcionamento deve contemplar todas as etapas do ciclo de rotação do capital enquanto unidade

entre *tempo de produção* e *tempo de circulação*. Estes centros de logística integrada organizam as cargas por tipos e destinos, empacotam, armazenam e despacham, cumprindo todas as atividades burocráticas. Traçam itinerários otimizando tempos e trajetos, arcam com os custos de manutenção e estoque e com a segurança, além de adequarem-se às inúmeras restrições normativas das cidades.

Os volumes de investimentos em transporte, armazenagem, distribuição e propaganda para o consumo final de mercadorias, sustentam a ilusão de uma inversão no papel da esfera da circulação. O predomínio que a logística e o comércio final das mercadorias parece estar assumindo fornece uma relativa comprovação empírica ao escamoteamento da esfera da produção: a esfera imediata do trabalho e da produção do valor. Ideologicamente, o discurso gira em torno das propagandas criativas que estimulam hábitos de consumo, do brilho das lojas, da eficácia da entrega, dos planos do *marketing*, do preço, da marca, do *mix* de produtos. Atividades logísticas, sendo executadas eficazmente do ponto de vista do capital, minimizam a perda do valor criado no *tempo de produção* – os capitais mais eficientes em logística conseguem transformar em lucros uma parte maior da mais-valia gerada no tempo de trabalho excedente, evitando uma dissipação do valor criado. **Empiricamente, esta não dissipação do valor efetuada pela eficiência logística é percebida como aumento do valor**, comprovando suposições de que as atividades ligadas à esfera da circulação suplantam a produtiva na agregação de valor. A criação do valor estaria, então, ligada fundamentalmente a atividades executadas pelos gerentes das finanças e do *marketing* além da vasta gama de atividades de sustentação tratadas, hoje, como trabalho *imaterial* ou *cognitivo*.

Em revistas especializadas, administradores varejistas insistem que os fabricantes devem tornar suas linhas de produção mais flexíveis a variações da composição (*mix*) e do volume de produtos comercializados, bem como aumentar volumes de entregas ao longo do tempo, como se o sistema produtivo pudesse ser acionado e comandado soberanamente pelo varejo. Nota-se nesta inversão o escamoteamento da verdadeira fonte do valor: a esfera da produção.

O conhecimento para otimização das operações logísticas de cargas aparece entre nós de forma mais intensa a partir dos anos de 1990.⁶³ Especialistas afirmam que há dez anos, no Brasil, a palavra *logística* não fazia parte do vocabulário empresarial.⁶⁴ Escamoteando a produção material, estes mesmos especialistas, emitem opiniões bastante mistificadoras, tais como a de que no Brasil “a indústria ainda não engoliu o fato de que o poder migrou para o grande varejo.”⁶⁵

Estas opiniões são resultados da observação das aparências e de teorias sobre megacidades de serviços, sociedade informacional, cidades de fluxos de informações, de teorizações sobre a supremacia de um trabalho imaterializado, teses que nada explicam sobre a miséria atual, sobre a acumulação e movimento do capital, sobre as condições insuportáveis nas cidades e a avassaladora presença nas ruas de veículos de todo porte circulando mercadorias hora-a-hora. Sob o enfoque tecnicista e fenomênico apresentado, estes problemas seriam supostamente resolvidos com planejamentos ditos racionalizados promovidos pelo Estado, com a implantação de *novas* políticas públicas e pela atuação do chamado terceiro setor que promoveria a divulgação e implantação de uma *nova* moralidade e de *novos* procedimentos de *cidadãos-empresendedores*, voluntários e solidários. Jamais este enfoque, por sua definição de classe, questiona a natureza exploradora e anárquica do mercado capitalista. Por esta definição classista, este enfoque não aponta a natureza dissipadora⁶⁶ da produção capitalista e sua pretensa racionalidade que visa, exclusivamente, aprimorar os mecanismos de circulação para a transformação em lucro do mais valor produzido.

Entre os mecanismos utilizados processam-se informações em tempo instantâneo, dito *tempo real*, em centros de logística que traçam planos de sincronização entre diferentes tempos de trabalho dentro e fora dos muros da fábrica acionando, para tanto, a infra-estrutura urbana para que os contratos de entregas hora-a-hora sejam cumpridos. Sincronia e medida de tempos para o

capital e assincronia e desmedida de tempos para o homem.⁶⁷ Este é um dos aspectos que dá à lógica racionalizante do *just in time* a dimensão que extrapola a sua aplicação exclusiva do interior das fábricas, gerando uma sensível crise nas cidades e nos indivíduos que subordinam-se ao ritmo imposto pelas entregas hora-a-hora, tornando-se engrenagens conscientes dos equipamentos urbanos, dos caminhões, das estradas e dos gargalos da malha viária entupida.

À dispensa do trabalho vivo das unidades produtivas que se encontram no topo da cadeia produtora de valor, segue-se sua utilização intensiva e extensiva em espaços produtivos espalhados por amplos territórios. Sob diferentes formas jurídicas de apropriação da força de trabalho, segue-se sua utilização nos serviços que fazem as mercadorias chegarem mais reluzentes, mais rapidamente e com a qualidade de mercado – seja para consumo produtivo (circulação entre unidades produtivas), seja para o consumidor final.

Intérpretes da realidade, não escassos na academia, escamoteiam a apropriação de *tempo de trabalho excedente* como fonte do valor, atribuem esta fonte a um poder intrínseco ao capital ou a atividades ligadas à *circulação*. Para estes apologetas não é o cachorro que abana a cauda – como pulgas situadas no rabo, juram que este, ao circular freneticamente, está a balançar o cachorro. Estas opiniões expressam a aparência da supressão do trabalho produtivo direto. Expressam, também, a atribuição de uma importância quase exclusiva à esfera da circulação.

CIRCULAÇÃO DE IDEOLOGIAS

A esta altura o conjunto de técnicas comumente denominado *just in time* talvez possa melhor ser apresentado como um conjunto de procedimentos e meios técnicos implantados para lidar com a tendência histórica de queda da taxa de lucro. Apesar de basear seu processo de valorização na apropriação de mais-valia, o capital expulsa continuamente dos processos de trabalho sua única fonte de valor: a força de trabalho. Este é um dos aspectos a caracterizar o capital como uma contradição em processo. Esta contradição básica – expulsar de seu processo de valorização a fonte de criação de valor – produz a tendência histórica de queda da taxa de lucro, gerando, também, a implantação de contra-tendências para tentar equilibrar esta queda. Tais contra-tendências estão na base da dinâmica da chamada reestruturação produtiva e institucional imposta pelo capital nas últimas décadas e nos abrangentes e múltiplos fluxos de mais-valia que percorrem os territórios econômicos.

É próprio do período atual de acumulação capitalista, de intensa produtividade e financeirização, atribuir à esfera estrita da *circulação* a capacidade de *criar e agregar valor* superando nisto a esfera da produção. Tal atribuição só pode ocorrer se desfigurada e fetichizada a esfera da circulação, na qual ocorrem as metamorfoses do capital. Tomam-se atividades de transporte, *marketing*, comunicação, propaganda, logística, desenho industrial, técnicas de venda, *lobbies*, como sendo responsáveis demiúrgicos pela valorização do capital. Ao fim e ao cabo, esta desfiguração acaba por gerar um ideário que escamoteia a produção e a apropriação de *tempo de trabalho excedente* nos processos produtivos, enaltecendo-se qualidades presumivelmente intrínsecas do capital e de um específico setor de serviços, entendidos como sustentáculos do valor.

Do mesmo modo, são vigorosas as teorias que dão à aplicação produtiva da ciência a exclusiva responsabilidade pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento social. As teorias que compreendem desta forma o chamado *desenvolvimento tecnológico e científico* tendem a supor uma imaterialidade do trabalho, caracterizada pela posse e produção de informações, de um conhecimento abstrato e de uma criatividade capaz de *agregar valor* através da criação de marcas, embalagens, propagandas etc. Estariam emergindo, na onda dos tempos contemporâneos de uma mal-explicada sociedade informacional, trabalhadores prometeicos, trabalhadores executantes de um *trabalho imaterial*, um proletariado *cognitivo (sic!)* perante os quais, inclusive, o capital veria diminuída sua capacidade de subsunção do trabalho.

As teorias vigentes, acadêmicas e empresariais, proclamam a certeza de que a teoria do valor de Marx é, sempre foi, ou tornou-se inadequada a partir do século XX. Esta é, aliás, a única certeza que tais teorias apregoam, dentro do contraditório horror às certezas que elas pregam. Inseridas no debate ideológico, cumprem importante papel no sentido de obstaculizar as possibilidades dos trabalhadores encontrarem seu efetivo papel de produtores da vida humana material e espiritual. O mote substancial destas teorias é apontar na direção da eternização do modo de produção capitalista, constatando uma presumida alteração de pressupostos e bases materiais que, sendo válidas no século XIX, teriam perdido aplicabilidade no século seguinte devido, entre outras coisas, à utilização da ciência como força produtiva autônoma ou ao papel do Estado como o regulador da dinâmica produtiva. No limite, o ideário vigente apregoa até mesmo que estaríamos vivendo já os primeiros anos de um pós-capitalismo. É interessante notar como estas formulações fazem absoluta questão de endereçarem a Marx suas críticas e superações. Mesmo tendo pontos de partida diversos (alguns antimarxistas, outros autodenominados *neomarxistas* ou pertencentes a escolas *críticas*) o que há de comum entre tais concepções, é que todas se autoproclamam comprovadoras de que o capital não teria mais, ou nunca teve, como

fonte de seu processo de valorização a expropriação de tempo de trabalho alheio. A maioria delas gaba-se de ter feito um acerto de contas com Marx superando-o em suas limitações, atualizando-o para o século XXI ou, simplesmente, negando-o, provando que sempre esteve equivocado.

O interesse e açodamento de gerentes, apologetas e ideólogos em comprovar que o próprio capital, sua performance na esfera da circulação, é a fonte do lucro ou que a fonte do valor é a informação, ou um suposto trabalho imaterial, pode ser explicado pela posição ideológica de classe destes teóricos. Estabelecido que o lucro não tem como origem o mais valor criado na esfera da produção, dirige-se o foco para a circulação (desfigurada), para um mercado no qual só há consumidores de valores de uso, para a produção de informação, enfim, para campos onde prevaleceriam indivíduos isolados possuidores de mercadorias, mas portadores do possível e desejável sonho de trocas justas num mercado regido por normas *éticas* entre indivíduos proprietários livres e iguais. Seguindo esta suposição:

A esfera [...], da circulação ou da troca de mercadorias, dentro da qual se operam a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, a força de trabalho, por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados. E justamente por cada um só cuidar de si mesmo, não cuidando ninguém dos outros, realizam todos, em virtude de uma harmonia preestabelecida das coisas, ou sob os auspícios de uma providência onisciente, apenas as obras de proveito recíproco, de utilidade comum, de interesse geral. (Marx, 1971, I: 196)

As coisas, porém, mudam de figura quando se deixa a esfera da circulação e entra-se na esfera da produção, à qual tão insistentemente tenta-se escamotear ou negar o caráter de centralidade:

Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo sua concepção, idéias e critérios para julgar a sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado. (Marx, op. cit.: 197)

Escamoteamento da produção, foco na circulação e distribuição – qualidades associadas ao capital – estão na origem de concepções e teorias de *trabalho justo* realizado por *cidadãos-empREENhedores*, teorias da *troca justa* com *ética-cidadã*, pressuposições de um mercado pretensamente igualitário. Discursos igualitaristas, que eventualmente soam anticapitalistas ou, assim, autodenominam-se, apontam para uma possível, ou desejável, diminuição da exploração capitalista, para a possibilidade de domar um capitalismo dito *selvagem* ou *desumano* em direção a uma *economia solidária* de mercado, onde todos manteriam relações fraternas e ninguém sairia esfolado.

É o ideário da falsa igualdade entre indivíduos. Falsa porque supõe indivíduos abstraídos de sua existência concreta. Indivíduos que se encontrariam em uma esfera onde reinaria a liberdade e contratos entre iguais; o reino da livre troca entre pares, do ansiado consumo igualitário de mercadorias e informações. Entretanto, trata-se da esfera da circulação desfigurada, pois, nestas teorias deixa-se de identificar que esta é a esfera da realização da mais-valia já produzida. Democraticamente, ninguém é impedido de nela entrar, mas desde que organizado segundo as formas jurídicas aceitas no mercado e empreendendo atividades que possam ser conectadas aos fluxos de mais-valia. Nunca fomos tão livres, porém, humildemente, depositamos a liberdade concedida, democraticamente, aos pés de nossos inquisidores.⁶⁸

*

O processo de valorização do capital, como expusemos, é unidade entre *produção* e *circulação*, ou, colocado de outra forma, *tempo de produção* e *tempo de circulação* completam-se, entrelaçam-se e excluem-se mutuamente. *Tempo de circulação* aqui entendido não como tempo de transporte, mas sim como tempo gasto pelo capital para realizar metamorfoses entre a forma dinheiro e a forma mercadoria. Este processo de valorização só está completo quando a mais-valia gerada no *tempo de produção* transforma-se em lucro. Esta transformação só se dá no *tempo de circulação*. Apenas no mercado, realizando-a na venda, os capitalistas podem verificar quanto da mais-valia produzida pode ser realmente apropriada, quanto da mais-valia pode ser transmutada em lucro. O processo pode, então, recomeçar. Podem reiniciar as atividades que caracterizam o *tempo de produção*.

Quanto mais as metamorfoses do capital, ocorridas no *tempo de circulação* (transformação de dinheiro em mercadoria, e de mercadoria em dinheiro), aproximarem-se das ideais, isto é, quanto mais o *tempo de circulação* aproximar-se de zero, tanto mais disponível estará um dado capital para produção de mais-valia e para sua autovalorização. Se hipoteticamente um capitalista trabalhasse por encomenda, de modo a receber o pagamento ao entregar o produto e sendo o pagamento efetuado com os meios de produção necessários para retomar o processo de trabalho, então, o *tempo de circulação* aproximar-se-ia de zero, sem a ocorrência de nenhuma metamorfose do capital.

Tempo de rotação, como vimos, é a unidade composta pelo *tempo de produção* e pelo *tempo de circulação*. Quanto menor for o *tempo de rotação* de um dado capital, maior será sua *velocidade de rotação*. Tempos de rotação menores, significam, pois, velocidades de rotação maiores.

A rapidez, sabe-se, é um dos segredos do mágico. Ao observarmos um bom prestidigitador temos a impressão de que acompanhamos tudo, mesmo o que não conseguimos acompanhar, seja pela velocidade, seja por estar oculto, seja porque o mágico foi capaz de desviar nossa atenção. Mesmo sabendo que tudo é um truque do artista, os resultados impressionam vivamente os participantes, se, e enquanto, não tomam consciência de como os truques são realizados. O aumento vertiginoso da rapidez dos fluxos de mercadorias nos territórios econômicos é a contrapartida do aumento da velocidade de rotação imposta pelas frações hegemônicas do capital financeirizado e seguida, sob pena de perecer, pelo conjunto da classe de capitalistas. Como nos espetáculos de mágica, a rapidez é uma das causas da aparência de veracidade das ilusões produzidas. Porém, é necessário que se veja além das aparências e analise-se o que se esconde na rapidez imposta. É necessário desvendar o que esta rapidez escamoteia, sob pena de acreditarmos realmente, através de supostas constatações empíricas, que pombos nascem em cartolas.

A rapidez dos fluxos de mercadorias e informações, a centralidade atribuída ao processo de circulação e às atividades executadas no tempo de circulação dão a certeza a muitos ideólogos do capital de que o rabo está abanando o cachorro, ou seja, a *circulação* é mais importante, na geração de valor, do que a *produção*.

Escamoteado o *tempo de trabalho excedente* enquanto produtor de mais valor, o *processo de circulação*, aparentemente, passaria a ter mais importância na valorização do capital do que o *processo de produção*. Uma circulação onde interesses privados expressos no mercado juntam e relacionam comunitariamente indivíduos travestidos em *cidadãos-empresendedores*. Livres compradores e vendedores de todos os tipos de mercadorias garantindo uma firme base política possibilitando sempre um consenso entre estes interesses privados. Consenso sempre garantindo, desde que se mantenham intactos os pressupostos do mercado.

Como decorrência, estes ideólogos, acadêmicos ou não, insistem na presumida constatação de que estaríamos em direção a um predomínio de uma sociedade informacional igualitária.

Certos de que ideologia não é apenas falsa consciência, investiguemos algumas causas das aparentes comprovações empíricas das teorias que decretam a perda de centralidade da produção e definem a circulação como a etapa criadora de valor por excelência, acarretando como consequência a concepção do fim do trabalho enquanto criador de valor.

TEMPO DE CIRCULAÇÃO E PERDA DE VALOR

Uma vez produzidas, no processo de trabalho invertido em processo de produção capitalista, as mercadorias encontram-se *prenhes* de valor, e devem iniciar seu *tempo de circulação* transmutando o mais valor em lucro. Quanto maior for este *tempo de circulação*, maior quantidade de mais valor produzido poderá se perder comprometendo a transformação da mais-valia em lucro: mercadorias poderão se estragar; exigir custos de conservação não previstos; transportes poderão ser interrompidos por cataclismos naturais ou sociais (greves); estoques parados poderão gerar custos imprevistos; seguros que não poderão ser imediatamente repassados aos preços; variações de moeda local ou moeda estrangeira; mercadorias poderão se tornar obsoletas pela entrada no mercado de outras marcas e modelos melhores e mais baratos, enfim, ameaças originadas no mercado à transformação em lucro da mais-valia produzida.

Embora a perda do mais valor gerado no *tempo de produção* seja apenas diminuída pela redução do *tempo de circulação* – e conseqüentemente apenas aumente a quantidade de mais-valia já produzida que consegue ser realizada – o que se enxerga é o que aparece, ou seja, o efeito da diminuição do *tempo de circulação* sobre a valorização do capital em geral: **a não dissipação do valor, pela redução do tempo de circulação aparece como uma produção de valor devida à eficiência na circulação. O aumento da eficiência de um capitalista em diminuir seu tempo de circulação e, conseqüentemente, evitar perda de valor é percebida, na aparência, como um agregar de valor.**

Dados dois capitalistas concorrentes, que produzam com processos semelhantes e extraiam as mesmas quantidades de mais-valia, terá maior lucro o que for mais competente em realizar aquela mais-valia no mercado. Competência aqui entendida como capacidade de vender a mercadoria o mais rapidamente possível, pelo maior preço possível. O maior preço possível é o que transforma em lucro, idealmente, toda a mais-valia produzida. Evidentemente, a mercadoria pode ser vendida por um preço menor e ainda dar lucro, porém, neste caso, parte da mais-valia produzida não será transformada em lucro – pelo menos não para o capitalista que a produziu. No mundo real, os grandes conglomerados, com maior composição orgânica de capital, ficam com a maior parte da mais-valia socialmente gerada e, ainda, impõem aos outros capitalistas, sob pena de sumirem do mapa, a corrida para alcançar seus níveis de produtividade, eficiência logística e capacidade de subordinarem, segundo seus interesses, ampla rede de fornecedores. Sem contar a capacidade de comprarem a preços baixíssimos meios de produção fornecidos por uma gama imensa de trabalhadores expulsos dos processos de trabalho formal e que ao dedicarem-se à geração de renda, presumidamente, de forma autônoma reduzem, para proveito do capital, o valor da força de trabalho em geral.

Vários fatores podem ajudar ou atrapalhar a transformação da mais-valia em lucro durante na esfera da circulação. Se houver demora na venda das mercadorias os lucros poderão diminuir muito. É por estrita necessidade que capitalistas, seus gerentes e executivos tratam esta esfera com especialíssimo cuidado, exigindo planejamentos detalhados para evitar dissipações de valor.

Atividades ligadas à propaganda, *marketing*, *design* industrial, *design* gráfico, embalagens, a criação de marcas, trazem uma certa previsibilidade do mercado, assumindo importância cada vez maior, alimentando o ideal de um tempo de circulação tendente a zero. São atividades capazes de criar e manter hábitos de consumo e fidelidade de modo a garantir, dentro de certos limites, o consumo rápido do que foi produzido. Atividades ligadas à logística diminuem custos e tempos de circulação, armazenamento, estocagem e conservação – custos estes que, embora advindos do processo de circulação, são deduzidos da mais-valia criada no processo de produção. Aferram-se, então, capitalistas e toda a claqué que os acompanha – os que naturalizam seus interesses – a

esta aparência, pois ela parece fornecer a comprovação empírica de que os investimentos e as atividades de um trabalho dito imaterial são as fontes míticas de produção de valor, independente do processo de produção direto de mercadorias e de exploração do trabalho. Pois, *não se vê*, que quanto menor o tempo de circulação maior o lucro?

VELOCIDADE DE ROTAÇÃO E TAXA DE LUCRO

Ao capital não interessa especialmente a produção de mais-valia; criar as condições para sua produção e expropriação é um mal necessário. O objetivo é o lucro, sem o qual não se completa seu processo de valorização. Sem o lucro, um capital investido (**D**) não retorna como valor ampliado (**D'**).

A taxa de lucro é definida como a quantidade de mais-valia que um dado capitalista consegue apropriar-se com determinada quantidade de capital total utilizado.

Suponhamos dois hipotéticos capitalistas. Um deles, o capitalista **A**, possui um capital de 1000 e obtém, em cada rotação de seu capital, 200 de mais-valia. A taxa de lucro deste capitalista é, pois, de 200/1000, ou seja, 20%. Imaginemos outro capitalista, o capitalista **B**, que em cada rotação de seu capital, consiga se apropriar apenas de uma mais-valia de 150, mas que para isso, utilize apenas um capital de 300. Este capitalista **B** estaria, pois obtendo uma taxa de lucro de 150/300, ou seja, 50%. Apesar do capitalista **B** extrair uma quantidade menor de mais-valia obtém uma taxa de lucro maior pois usa menos capital.

Veremos que um dos efeitos do aumento da velocidade de rotação é possibilitar que o capitalista aproprie-se de uma mesma quantidade de mais-valia, empregando uma quantidade menor de capital – ao usar, pois, menos capital para apropriar-se da mesma quantidade de mais-valia, a tendência de queda da taxa de lucro, causada pela expulsão de trabalho vivo, pode ser contra-balançada – pelo menos enquanto a cauda do cachorro agüentar.

O capital só cria valor durante o tempo de produção, processo em que a força de trabalho objetiva sua característica de ser uma mercadoria capaz de transferir ao produto um valor maior que o seu próprio valor de mercado. Durante o tempo de rotação, o capital não pode estar totalmente empregado no processo de produção. Uma parte está continuamente circulando fora da produção, seja na forma de capital-monetário, seja na forma de produtos prontos (capital-mercadoria) mas ainda não vendidos ou de créditos ainda não vencidos; o capital que intervém na produção ativa, portanto na geração e apropriação de mais-valia, está continuamente subtraído desta parte (do capital) que está fora da produção; desta forma, a mais-valia produzida está continuamente reduzida na mesma proporção.

Quanto menor o tempo de circulação, menor se torna esta parte do capital que está *fora da produção* comparada com o capital como um todo: tanto maior se torna também, com as demais circunstâncias constantes, a mais-valia apropriada em relação ao total de capital empregado. Dito de outra forma, menos capital (total) será necessário para extrair a mesma quantidade de mais-valia. A conseqüência da obtenção da mesma quantidade de mais-valia, com uma quantidade menor de capital é o aumento da taxa de lucro ou, uma compensação da tendência de queda devido à expulsão de trabalho vivo.

O aumento da velocidade de rotação consegue este efeito positivo na taxa de lucro de diversas formas.⁶⁹ No entanto, o que os economistas herdeiros dos princípios da economia clássica, gerentes e profetas do *marketing*, da logística e da produtividade urbana e adjacências enxergam é o aparente, ou seja, o efeito do tempo de circulação sobre o processo de valorização do capital em geral, e entendem pragmaticamente a influência negativa do tempo de circulação como sendo positiva, porque suas conseqüências são positivas. Mais uma vez o que é devido à produção aparece como devido ao tempo de circulação pela constatação imediata de que a diminuição do tempo de circulação tem efeito positivo na taxa de lucro.

Pela rapidez impressa no processo de circulação *comprova-se*, mais uma vez, que o rabo abana o cachorro. Este, no limite, nem precisa existir, o que importa é o rabo em seus movimentos circulares frenéticos.

JUST IN TIME E FINANCEIRIZAÇÃO

O capitalismo, em última análise, funciona como uma economia monetária de produção, de tal modo que no fim do processo o capitalista obtenha quantidade de capital maior do que a investida originariamente. Este processo de valorização não resulta de nenhuma qualidade natural do dinheiro. Este não é capaz de valorizar-se por si mesmo – a não ser no plano ideal. O poder de multiplicação do dinheiro só é gerado por condições sociais específicas. O capital constitui-se e é historicamente constituído a partir de relações sociais que reproduzem um tipo específico de apropriação privada de partes do valor criado durante o processo de trabalho social. Deste modo, o capital, como relação hegemônica, subjuga e transforma estas relações em potências revalorizantes.

Ao capitalista, as mercadorias não interessam como valores de uso, mas apenas enquanto invólucros de valor de troca. O único objetivo da metamorfose de valor em mercadoria, no ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro é sua valorização. Quando e onde for possível, a acumulação é feita sem passar pela produção, ao melhor estilo do capital usurário, realizando o ciclo **D-D'**.

Além da diminuição do tempo de circulação e do aumento da velocidade de rotação, outra estratégia – contemplada pela aplicação das técnicas do *just in time* – utilizada para contrabalançar a tendência histórica de queda da taxa de lucro é a acumulação de capital, aparentemente desconectada do processo produtivo direto. Ao diminuir estoques, o *just in time* aumenta a disponibilidade de capital para aplicações financeiras.

A crescente importância que os ativos financeiros adquirem com os ciclos **D-D'** – e a conseqüente diminuição relativa dos ativos produtivos, reforça outra *evidência empírica* de que o capital é, em si mesmo, a fonte geradora do valor adicional criado em seu processo de valorização. Porém, para participar do circuito **D-D'** é essencial ao capital estar a maior parte do tempo possível na forma de dinheiro, na forma de capital-moeda ou outra forma equivalente, de alta liquidez, isto é, disponibilidade monetária imediata. Boa parte das técnicas, tecnologias e procedimentos para o ideal alcance da produção em *tempo real*, destinam-se justamente a garantir que a maior parte possível do capital dos grandes grupos financeiros esteja nesta forma. O *just in time*, além de viabilizar o aumento da velocidade de rotação, com seu impacto na massa de mais-valia e na taxa de lucro, possui esta outra característica importante para o capital: menor custo de implantação de fábricas cada vez mais enxutas, com menores custos de estoques e maior disponibilidade de capital para investimento no mercado financeiro.

Fábricas, pelo menos as que estão no topo do circuito produtor de mais-valia, consomem grandes e contínuas quantidades de matérias-primas e semi-acabados que devem ser continuamente transportadas em *tempo real* através de complexos esquemas logísticos, para que no topo não haja necessidade de grandes estoques, imobilizando capitais e impedindo-os de participar do circuito **D-D'**. Este é um dos segredos do mágico guardado a sete-chaves. Segredo que escamoteia os reais desígnios da mais alta racionalidade produtiva do capital: aproveitar qualquer capital-dinheiro para apropriar-se de mais valor gerado por trabalhadores espalhados pelo mundo – assalariados, cooperativizados, empregados por capitais menos produtivos, trabalhadores por conta-própria etc.

Após a Segunda Guerra Mundial, além de ser sacramentada a hegemonia do capital financeiro sobre o capital puramente industrial, ou comercial, promoveu-se, também, uma grande extensão da área geográfica de atuação dos grandes grupos financeiros. O Sol nunca se põe no reino do capital: é sempre dia em alguma grande bolsa de valores. O dinheiro sonante, o papel-moeda resultante da não aplicação direta na produção pelos conglomerados está em todas elas. Capital mantido na forma de papel-moeda graças à racionalização e controle *just in time* dos ritmos, tempos e espaços de produção.

Sobras e provisões de caixa da operação industrial de uma empresa que pertença a um grupo do capital financeiro mundializado podem ser usadas para aplicações no outro lado do mundo, enquanto é noite na empresa. Isto significa um passeio de milhões de dólares no ciberespaço, percebido como o espaço do não material. Percepção do espaço idealizado sem barreiras políticas, econômicas ou culturais e totalmente desregulamentado. Estes recursos retornam para o caixa das operações de manhã, ou assim que for necessário:

É preciso acrescentar, no caso dos grupos norte-americanos, os enormes cash-flows que deixam a cada noite as praças norte-americanas, para aplicações em eurodólares e outros instrumentos de grande rendimento, que depois são de novo transferidos para os Estados Unidos, no dia seguinte de manhã, com o objetivo de escapar às práticas dos bancos norte-americanos, que não remuneram aplicações de 24 horas. (Serfati, 1998: 149)

Estes passeios do capital-dinheiro pelo ciberespaço (mais um espaço saudado como igualitário, quando é, em síntese, um artifício para as metamorfoses do capital na esfera da circulação) permitem imensos lucros aos acionistas sem os riscos inerentes aos investimentos produtivos. O ciberespaço é o espaço *imaterial* potencializador da operação dinheiro gerar mais dinheiro sem os riscos da produção. Tal qual o dinheiro do capital-rentista emprestado para governos de países pobres a juros absurdamente altos. Juros que serão pagos com a segurança do sistema monetário internacional: **D-D'** puro sem intermediários, pelo menos para alguns.

Certa vez, Marx respondia a um crítico (dos muitos) que dizia que a produção material não tinha o papel por ele atribuído na práxis humana, pois havia um contra-exemplo óbvio: o império romano, dizia este crítico, vivia de saques. Ao que Marx retrucou: para haver o que saquear é preciso que alguém produza, não é possível saquear o que não existe, portanto o que não foi produzido. O mesmo aplica-se ao lucro do circuito **D-D'**. Para além de especulações que ciclicamente compensam-se, o valor apropriado pelo capital financeiro é produzido através da única fonte possível sob as relações de produção capitalistas: a apropriação de tempo de trabalho excedente. Para que o capital financeiro possa apropriar-se de valor, este teve de ser produzido em algum lugar do planeta.

A racionalidade da massa crescente de capitais buscando valorizar-se de forma financeira é o que proporciona a crescente dificuldade de valorização do capital investido na produção. Dificuldade, afinal de contas, dos próprios capitalistas que para enfrentá-la aceleram o processo autofágico intracapitalista. Processo no qual, parcelas de mais-valia são drenadas de um local para outro sob qualquer forma que ela seja criada. São os capitalistas, assessorados pelos mecanismos institucionais, que precisam transformar todas as operações financeiras em ganhos de **D-D'**. Este processo de transformação fantasmagórica de dinheiro gerando dinheiro só é possível se os grandes conglomerados mantiverem-se transnacionais com poder de barganha junto aos estados, se possuírem informações privilegiadas para não falar na situação de corrupção permitida.

Ao fim e ao cabo, a multiplicação do capital-dinheiro, sob a forma de dividendos, juros, derivativos e uma criativa (!) variedade de rendimentos tem por base a apropriação de mais-valia gerada em algum lugar da esfera da produção material.

Grupos financeiros possuem importantes operações industriais, comerciais e bancárias. Tais pólos constituem grupos, formados por *sociedades-mãe*, *holdings* que fazem, antes de tudo, a arbitragem das participações financeiras, definindo quanto capital será alocado nas operações financeiras do grupo e quanto será alocado em operações industriais. Segundo Serfati (1998), tais grupos realizam uma gestão de caixa centralizada, organizando uma circulação financeira interna entre as filiais, sejam elas operações industriais, comerciais ou financeiras, que se tornam

relativamente incontrolláveis por governos e instituições internacionais que, aparentemente, renunciaram ao controle em nome do dogma da liberdade de mercado. Técnicas pouco transparentes para analistas externos (e até mesmo, ao que parece, para seus auditores) são usadas para operações financeiras, distribuição de dividendos de uma filial para outra, empréstimos internos disfarçados, manipulação de preços e outras eficientes e criativas (!) operações que apenas são dadas a público quando, eventualmente, freqüentam as primeiras páginas dos jornais por ocasião de escândalos financeiros constatados.

Uma assimetria interessante é esta gestão centralizada de caixa. Gestão que tem sentido inverso da descentralização de numerosas atividades ligadas à produção. Dois movimentos sincronizados, e em sentidos contrários, intercalam-se: à centralização do controle de caixa das operações dos grandes grupos, corresponde uma descentralização de operações, tanto no sentido geográfico, quanto no sentido de diversificação das operações (industriais, comerciais, financeiras).

Os grupos têm à sua disposição, nos mercados de câmbio, um leque muito aberto de instrumentos cujos vencimentos são extremamente breves. As múltiplas possibilidades de ganhos financeiros abertas, criadas e acessíveis, principalmente aos grandes grupos, aumentam consideravelmente as oportunidades de transformação do disponível em caixa em capital de empréstimo e sua reconversão em dinheiro.

Os investidores institucionais – assim como todos os operadores financeiros que os tomam como modelos – aliam uma capacidade de operar, realizar captações sem contrapartida na esfera produtiva, com uma nítida tendência a descarregar as perdas e custos em outras categorias sociais.

Como ponto de partida consideramos o *just in time* um conjunto de meios técnicos para sincronização de tempos de trabalho e fluxos de mercadorias entre trabalhadores distribuídos por diversas unidades produtivas e extensos territórios. Esta formulação pode agora ficar mais precisa, pois, o sentido efetivo deste conjunto de procedimentos somente pode ser apreendido se vinculado à atual etapa de mundialização financeira e às contra-tendências da queda de taxa de lucro. A manutenção da liquidez do capital, a lógica do curto prazo, características da atuação dos grupos financeiros, estão por trás das políticas empresariais de redução de estoques, dos fluxos instantâneos de informação e da imposição de ritmos frenéticos a diversos ramos de trabalho nos diferentes territórios econômicos.

A estratégia contemplada pela aplicação das técnicas do *just in time* contribui para o aumento da velocidade de rotação dos capitais que contrabalança a tendência histórica de queda da taxa de lucro. Na esfera produtiva, insumos devem ser fornecidos continuamente em *tempo real* através de complexos esquemas logísticos e de comunicações *on-line*, para que os conglomerados situados no topo dos circuitos produtivos liberem capitais, anteriormente imobilizados em estoques, para participação no circuito **D-D'**, expropriando, desta forma, massas adicionais de mais-valia geradas das mais diversas formas e nos mais diversos territórios econômicos. Para tanto, apoderam-se do trabalho de todos os segmentos sociais impondo, em escala jamais vista, um ritmo de produção e circulação de mercadorias em um mítico *tempo real*.

Dentre as várias concepções e sentidos possíveis existentes, *mito* aqui significa: discurso e fins que embora falsos, no sentido de não terem correspondência com o real, adquirem credibilidade pelo poder de persuasão dos que o divulgam, assumindo força explicativa para orientar a vida material e espiritual. Discursos cujos fins, embora concretamente inalcançáveis, orientam ações divulgando e construindo meios reais como capazes de implementá-los. O que caracterizamos como mito da produção em tempo real, correspondente à ideologia da circulação, é uma dinâmica de produção que, ignorando a materialidade de tempos e espaços concretos, humanos e ou naturais, sugere um *tempo real* tendente a zero, sugere uma instantaneidade e uma sincronia que, efetivamente, não podem ser atingidas. A racionalidade desta dinâmica produtiva não está em seus fins – de resto inalcançáveis –, mas na incessante construção e utilização de meios para implantá-los. A tentativa de aproximação destes fins é elemento estruturado e estruturante da naturalização das necessidades particulares do capital em geral, e especialmente, de sua fração hegemônica: o capital financeiro.

O mito da produção em *tempo real*, como expressão da ideologia da circulação, legitima os meios e fins propostos para acelerar o ritmo de rotação do capital, fornecendo elementos à aparente comprovação empírica de que a circulação – âmbito da igualdade fictícia entre cidadãos – seja hipertrofiada em dimensão sequer imaginada no século XIX ou XX, superando, aparentemente, a esfera produtiva no que se refere à criação de valor, escamoteando, assim, concretamente, o trabalho humano como fonte de valor.

Nos territórios econômicos submetidos ao mito da produção em *tempo real*, caracterizados como bases de operação do capital financeirizado (produtivo-industrial, bancário e ou financeiro), fronteiras políticas, administrativas, físicas, geográficas e culturais são ignoradas ou consideradas irrelevantes da perspectiva do processo de produção e reprodução do capital em geral. As cidades *fabricalizadas* como territórios ampliados de produção, circulação, distribuição e consumo de

mercadorias portadoras de valor não se reduzem, portanto, à soma de municípios ou cidades limitadas por fronteiras formais, administráveis de caráter institucional tradicional. Este processo de expansão da produção sob a égide do capital tem acarretado mudanças no perfil do Estado em geral e no dos poderes locais em particular.

Os Estados têm assumido formas atinentes às necessidades de manutenção e ampliação do mercado mundial capitalista. Estas formas dos Estados e, particularmente, a gestão do poder local são tão diversas quanto têm sido as necessidades do capital em garantir, através dos tempos, sua liberdade de ação. Historicamente os Estados garantem a liberdade para o capital, mesmo que eventualmente acompanhada da supressão dos direitos individuais de opor-se a ele, de criticá-lo, de afrontá-lo, como no caso de inúmeras ditaduras implantadas ao longo do século XX e até hoje.

Do ponto de vista das operações do capital na forma em que se apresenta hoje, o Estado deve garantir os espaços ampliados da produção de onde provém o fluxo de mais-valia necessário à sua valorização e onde, pois, deseja o menor obstáculo possível à transformação deste fluxo em lucro. Estes espaços são os territórios econômicos, não necessariamente contíguos ou os estruturados administrativamente. São cidades-estoque que servem como suportes para correias de transmissão, ao estilo da linha de montagem fordista, onde todos acabam sendo proletários potenciais do capital.

A originalidade histórica do capitalismo está em implantar a apropriação privada de trabalho excedente de indivíduos livres. Esta condição geral de liberdade é a ideal para o capital. Liberdade entendida como: a liberdade dos indivíduos de ir e vir, de pensar, de vender força de trabalho (apesar de inexistir liberdade de **não vendê-la**), a liberdade do capitalista de comprar força de trabalho, a liberdade de comprar e vender a terra, de gerar, transportar e processar informações. Atualmente acrescentam-se novos itens a este rol de liberdades: a liberdade de passear no ciberespaço e a de não ter nenhum contrato ou legislação trabalhista tolhendo a *livre* negociação entre alguns compradores e bilhões de vendedores de força de trabalho.

Falhas das comunidades locais e ou incompetências dos poderes públicos ou demais instituições em construir e manter as condições necessárias ao livre trânsito do capital são, sistematicamente, motivos de chantagens e ameaças, às vezes veladas outras vezes explícitas, de um abandono ou esvaziamento das regiões. Ameaça-se tanto com a migração de fábricas quanto com a de novos investimentos para locais administrados mais competentemente e com infraestrutura melhor adequada aos desígnios dos fluxos de valorização.

Toda forma que obstaculiza o processo de valorização é destruída e modificada: “Toda barreira interposta pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foi destruída.” (Marx, 1983, I: 220). O capital continua celebrando suas orgias e, nesta mesma ordem de superação, quebra quaisquer obstáculos que barrem sua revalorização correndo por qualquer espaço em um tempo que lhe é ideal e *on-line*.

Marx já constataria no século XIX que tudo precisa ser *livre* para o processo de revalorização do capital. A acumulação burguesa não pode tolerar entraves, por exemplo, de tipo feudal sobre a propriedade da terra. Os mecanismos de acumulação não podem estar imersos em leis consuetudinárias. A força de trabalho não pode ficar presa a relações de dependência, de favor ou relações escravocratas, hoje, diríamos nem a relações jurídicas trabalhistas. Os trabalhadores devem ser *livres* para serem obrigados a buscar formas de alienar sua força de trabalho no mercado e reproduzi-la com o gasto da renda gerada. Os Estados, através das leis, devem liberar os mecanismos da acumulação para desbloquear todo tipo de entrave a este processo de livre reprodução da força de trabalho.

A presumida racionalização viabilizada pela base tecnológica e o aumento da produtividade do trabalho, que tem significado sistemática expulsão de atividades do interior das unidades produtivas ocasionando desemprego imediato, não é sinal de crise terminal do capitalismo, fim da sociedade do trabalho ou a possibilidade de constituir-se, como apregoa o discurso liberal contemporâneo, um sistema justo, democrático, igualitário, no qual todos pudessem ser proprietários. O sistema organizado e controlado pelas relações sociais impostas pelo capital está em pleno auge e tem significado maior possibilidade, intensidade e liberdade de exploração da força de trabalho. Exploração de maior número de trabalhadores produzindo mais-valia e, portanto, ampliação do número de proletários ao redor do mundo. Proletariado mundial trabalhando simultaneamente, organizado juridicamente sob qualquer forma aceita pelo mercado, inclusive assalariada, permitindo que meios de produção sejam utilizados maciçamente e a custos baixíssimos. Em última instância, este processo tem significado economia de tempo e de espaço para o capital. Economia proporcionada pelo trabalho de muitos, espalhados geograficamente, mas conectados *on-line* por vastos territórios urbanos. Trabalho cooperado submetido a planos elaborados para manter os processos produtivos conexos em níveis local, regional ou mundial. A dinâmica do processo de valorização baseada nesta expansão da socialização do trabalho materializou os meios técnicos (a informática e a teleinformática) para que milhões possam ser conectados sincronicamente (no presumido e mítico *tempo real*). Sob o capital, a força produtiva adicional criada por esta sincronização, e por ele apropriada gratuitamente, gera maiores quantidades de valor, reduzindo tempo de trabalho necessário social. Indivíduos, sem a perspectiva de emprego convencional, buscam empreendimentos como forma de geração de renda e conexão aos fluxos de mercado. Responsabilizados pela reprodução de sua força de trabalho em níveis cada vez mais estreitos, transferem mais-valia aos capitalistas de formas historicamente diferenciadas.

O que escapa à ideologia liberal em vigor e a boa parte da produção acadêmica atual é que o modo de produzir capitalista é unidade da produção e da circulação. Trabalhadores livres buscarem empreendimentos próprios, apenas reconfigura as formas de apropriação de tempo de trabalho excedente estando longe de abolir a esfera da produção ou definir papel privilegiado à circulação.

Forças produtivas adicionais surgem da cooperação entre uma multidão de trabalhadores mantidos unidos e conectados pelo capital. Unidade e conexão estranhada pois, as forças produtivas decorrentes desta unidade e conexão aparecem aos trabalhadores como um poder alheio, como força de produção do capital, que não depende deles e, portanto, sobre a qual não possuem nenhum controle. Supostamente cada vez menos necessário, é ardilosamente sugerido um fortalecimento do indivíduo calcado na possibilidade de sua conexão e enraizamento em relações associativas de todo tipo. Relações que se responsabilizariam pela produção e distribuição igualitária dos bens produzidos e pelo desenvolvimento *comunitário* local, enquanto os Estados garantiriam a política de sustentação, construção e manutenção de mecanismos protetores do mercado para o livre trânsito do capital através do mundo. Nesta proposta, o capital é a única categoria social com abrangência mundial ficando todas as outras restritas a horizontes locais.

A atual proposta liberal propõe o fortalecimento do indivíduo só e enquanto inscrito na esfera da circulação, e mesmo assim, circulação desfigurada, pois nela se encontram cidadãos abstraídos de sua condição concreta de proprietários exclusivamente de força de trabalho transformada em mercadoria. As classes saem, então, de visibilidade e a sociedade é vista como soma algébrica de indivíduos, transformados discursivamente em cidadãos protegidos por direitos civis gerais disputando entre si a posse de bens. Não existem classes de cidadãos. O ignorar da separação de indivíduos dos meios de produção – condição que lhes impõe somente vender sua

força de trabalho para sobreviver – resulta na concepção de um mercado não estruturado pela divisão fundante entre classes proprietárias e não proprietárias no qual defrontar-se-iam somente consumidores em luta pelo igualitarismo do consumo e do usufruto de direitos civis em um lócus expandido da produção, onde todos trabalham para o capital.

Estas propostas estimulam, como única forma de sobrevivência imediata dos indivíduos, um espírito empreendedor capaz de gerar renda através da conexão aos circuitos de produção existentes. O que não podem estimular é a compreensão de que estes empreendimentos significam apenas novas formas de produção de mais-valia. O que escamoteiam é que, essencialmente, por não possuírem alternativa de sobrevivência, trabalhadores buscam empreendimentos mercantis que, em última análise, contribuirão para diminuir o valor de sua força de trabalho, baratear os meios de produção e engrossar os circuitos de valorização do capital; mesmo sendo esta uma relação social que para sobreviver não pode dispensar o trabalho produtor de mais valor, nos mais apelativos moldes ideológicos liberais, empurra-se aos trabalhadores a responsabilidade – e a liberdade – de cuidarem autonomamente de sua própria reprodução, nivelando-os como proprietários de sua força de trabalho, aos proprietários capitalistas. Como se a reprodução do trabalho e a do capital fossem iguais no mercado e tudo dependesse de virtudes empreendedoristas.

Independente da vontade e das virtudes de cada um, a produção capitalista reproduz continuamente seus pressupostos de desigualdade: a *livre* cessão de tempo de trabalho ao capital como única alternativa de sobrevivência.

*

Estas reflexões versaram sobre a tentativa do capital colocar sob sua lógica os seres humanos, suas atividades e suas lutas. Versou também sobre a construção ideológica que tenta naturalizar e eternizar esta subordinação. Como nenhuma manipulação é eterna e onipotente, acreditamos que desvendar o significado concreto da condição de *cidadania e liberdade* propostas pelo capital e seus ideólogos é uma tarefa coletiva necessária e vital para possibilitar ações transformadoras. Para subsidiar tais ações exige-se o enfrentamento radical das teorias conservadoras dominantes e dos aparentes consensos baseados em falsas constatações empíricas. Ainda que de modo insuficiente – pois há muito ainda a revelar quanto ao movimento do capital e sua atual natureza exploratória – foi o que pretendemos iniciar neste texto, mesmo correndo todos os riscos, que com certeza não são poucos, de incompreensões de toda ordem.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capital?. In: DOWBOR L., IANNI O. e RESENDE P. E. (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 175-187.
- . Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo. *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS/Xamã, nº 1, 1996 p. 61-79.
- . *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - EDUC, 1995.
- ALMENDRA, Carlos César. *A crise do México de 1994/1995 e o efeito Tequila na América Latina*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PROLAM, FFLCH-USP, 2003.
- ALVES, Giovanni. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina: Editora Praxis, 2001.
- . *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- . *Trabalho e mundialização do capital. A nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Editora Praxis, 1999.
- ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental e Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- . *Os Sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Emília. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- . Cultura e transformação urbana. In: PALLAMIN, V. (org.) *Cidade e cultura esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 59-70.
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ASSUNÇÃO, V. N. *O satânico doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História, PUC-SP, 1999.
- AZNAR, Guy. *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo: Editora Página Aberta/Scritta, 1995.
- BADALONI, N. Marx e a busca da liberdade comunista. In: HOBBSAWM, Eric J. *História do marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. I, 1980. p. 197-261.
- BAIARDI, Amílcar. *Sociedade e estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BALIBAR, E. *Da luta de classes sem classes?* Campinas: IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, nº 20 fev. 1996.

- BEAUD, S. e PIALOUX, M. *Retour sur la condition ouvrière. Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, s/d.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo. Grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BERNAL, J. *Historia social de la ciencia. La ciencia en nuestro tiempo*. Barcelona: Península. Serie universitaria, Historia/Ciencia/Sociedade nº 10, vol. II., 1979.
- BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Democracia Totalitária. Teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- _____. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BEZERRA, J. C. *Simplesmente just in time*. São Paulo: Instituto de Movimentação e Armazenagem de Materiais – IMAM, 1990.
- BICALHO de Souza, Nair Heloisa. Os efeitos sociais da nova tecnologia nas fábricas. In: *Automação e movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC/CEDEC/OIT/PNUD/IPEA, 1988. p. 87-131.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa, o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BLOCH, M.. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BOCCHI, João Hildebrando. Crises capitalistas e a escola francesa da regulação. In: *Pesquisa & Debate* 17. PEPGEP – PUC-SP, 2000.
- BORGES, C. C. *Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos*. Tese Doutorado apresentada ao Programa em Ciências Sociais, PUC-SP, 2004.
- _____. A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias. *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS/Xamã, nº 6. 1999. p. 69-82.
- BOSI, A. O tempo e os tempos. In: *Tempo e história*. NOVAES, A. (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRADBURY, M. e McFARLANE, J. *Modernismo. Guia geral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 153-236.
- BRAGA, Ruy. *A Restauração do capital. Um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Editora Xamã, 1996. _____. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003. _____. Da ideologia do progresso técnico à crise da sociedade do trabalho. In: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996. p. 55-78.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista, A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRETTON, P. *História da informática*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CABRAL, F. *Entre a mão e o cérebro: a ambivalência dos jogos e da cultura eletrônica*. Tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. As forças produtivas e a dinâmica da história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1988, p. 41-60. _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

- CARVALHO, Mônica. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Revista Fundação SEADE, nº 14, out.-dez., 2000. p. 70-82.
- CARVALHO, P. S. *Interação entre humanos e computadores. Uma introdução*. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica - EDUC, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1, 1999.
- CASTRO, Nadya Araújo de. Modernização e trabalho no complexo produtivo brasileiro. In: CASTRO N. A. (org). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 15-49.
- CHASIN, José. Marx - da razão do mundo ao mundo sem razão. *Marx Hoje*, São Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio - Série Pequeno Formato, vol. 1, 1990. p. 13-52_____. *Hasta Cuando? A propósito das eleições de novembro*. In: *Revista Nova Escrita Ensaio*. São Paulo: Ensaio, 1982._____. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996._____. *Mundialização. O capital financeiro no comando*. *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2001. p. 7-40.
- _____. *O capitalismo de fim de século*. In: *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. p. 7-33
- _____. *Um programa de ruptura com o neoliberalismo*. In: *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Conselho Regional de Economia - Corecon-RJ, 1999, p. 77-108.
- CHON, G. *Comunicação e indústria cultural*. Biblioteca Universitária, Série Ciências Sociais. Vol. 39. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia? *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, nº 24, set. 1991.
- COCCO, G. *Trabalho e cidadania produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano entre o discurso e a prática*. São Paulo: UNESP/ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), 2005.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ REVAN, 1994.
- _____. *Ciencia, tecnica y capital*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976.
- COSTA CAIADO, Aurélio Sérgio. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, vol. 10, nº 2, abril-junho, 1996. p. 54-59.
- COUTINHO, J. *ONG 'S e políticas neoliberais no Brasil*. Tese Doutorado apresentada ao Programa em Ciências Sociais, PUC-SP, 2004.
- DAL ROSSO, Sadi. *A jornada de trabalho na sociedade, o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTR, 1996.
- DANIEL, Celso. *Poder local e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- DANTAS, Marcos. *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- DERRY, T. K. e WILLIAMS, Trevor. *Historia de la tecnologia*. México: Siglo Veintiuno Editores, 5 vols. 1977.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Reestruturação produtiva e luta de classes: um prefácio. In: *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília: Sindicato dos Eletricitários, 1996. p. 1-6.
- DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luis C. Q. (org.) *O futuro das metrópoles*, Rio de Janeiro: Revan e Observatório IPPUR/UFRJ – FASE, 2000. p. 21-61.
- DOSSE, F. *A história em migalhas, dos Annales à nova história*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Os irmãos Karamázov*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DUMAS, Maurice. *Les grandes étapes du progrès technique*. Paris: Presses Universitaires de France, Que sais-je? 1981.
- DUPAS, G. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: UNESP, 2000.
- DURAFFOURG, Jacques. Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. In: *Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional*. São Paulo: DIEESE (org.) 1988. p. 123-144.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/UNESP, 1997.
- ELIAS, N. *Sobre el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.
- _____. *Contribuição ao problema da habitação*. Textos n° 2, São Paulo: Edições Sociais, 1976.
- ESPING-ANDERSEN, G. Igualdade e trabalho no ciclo de vida pós-industrial. In: MILIBAND D. (org.) *Reinventando a esquerda*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 211-233.
- EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.
- FERRARI, T. A sincronia *just in time*: uma crítica ao modo de fazer contemporâneo. In: *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS / Pulsar n° 7, 2001. p. 25-40.
- _____. *Ensaio de classe: O centro dos industriais de fiação e tecelagem (1919-1931). Estudo sobre a organização do empresariado têxtil durante os anos vinte*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, 1988.
- _____. *Cidade, trabalho e técnica: o mito da produção em tempo real*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2003.
- _____. Reestruturação tecno-produtiva do capital e poder local. In: *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS / Pulsar n° 11/12, 2004. p. 60-71.
- FETZER, J. H. *Filosofia e ciência cognitiva*. Bauru, SP: EDUSC – Editora do Sagrado Coração. 2000.
- FIORI, José Luís. Acumulação global e ingovernabilidade local. In: *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/UFRJ, 2000. p. 505-524.
- _____. *60 Lições dos 90. Uma década de neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FRANZOI, Naira Lisboa. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. CATTANI, A D. (org.), Petrópolis: Vozes/Editora da Universidade, 1997. p. 137-140.
- FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, Coleção Ensaios, 1979.

- FREYSSINET, Michael. L'invention du travail. In: *Futur antérieur: paradigmes du travail* Paris: Éditions L'Harmattan, n° 16, p. 17-26.
- FRIEDMANN, G. e NAVILLE, P. *Tratado de sociologia del trabajo*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, vols. I e II, 1992.
- FROMM, E. *La revolución de la esperanza. Hacia una tecnología humanizada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- GAMA, Ruy. *Tecnologia e trabalho na história*. São Paulo: EDUSP/Nobel, 1986.
- GENNARI, E. *Automação, terceirização e programas de qualidade total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho*. São Paulo: CPV, Série Livro de Bolso, 1997.
- GOLDMAN, Lucien. *A Criação cultural e a sociedade moderna*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
- GORZ, André. A nova agenda. In: BLACKBURN, R. *Depois da queda, o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 235-248.
- _____. O despotismo de fábrica e o seu futuro. In: *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Publicações Escorpião, 1976, p. 87-98.
- _____. *O imaterial conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Coleção Teoria, vols. I e II. Editorial Estampa, 1974.
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. São Paulo: Abril, Coleção: Os Pensadores, 1980. p.313-343.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- _____. A Geografia do Manifesto. *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS/PUC/XAMÃ, n° 4, 1998. p. 65-73.
- HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Editora Vozes, Coleção Pensamento Humano, 2002. p. 11-38.
- HERF, J. *Modernismo reacionário. Tecnologia, cultura e política na República de Weimar no III Reich*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- HOLLOWAY, John e PELÁEZ, Eloína. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. *Outubro*. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo: n° 2, nov., 1998. p. 21-29.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- ITANI, Alice. *Subterrâneos do trabalho, imaginário tecnológico no cotidiano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- JÁCOME, R. I. Um laboratório das relações de trabalho o ABC paulista nos anos 90. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Universidade de São Paulo: FFLCH/Departamento de Sociologia, vol. 14, n° 1, maio 2002. p.137-158.
- JUNQUEIRA, Laurindo. Logística de carga urbana: uma visão impressionista. *Transportes Públicos*. Ano 24, 4° trim., 2001. p. 43-50.
- KATZ, C., BRAGA, R., COGGIOLA, O. *Novas tecnologias, crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.

- KATZ, C.; COGGIOLA, O. *O neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995.
- KLINK, Jeroen J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição operária 1920-1921*. São Paulo: Global Editora, Coleção Bases, 1980.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAZZARATO, M. e NEGRI, A. *Trabalho imaterial. Formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1980.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- _____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho, novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1994.
- LÊNIN. Imperialismo, fase superior do capitalismo. (Ensaio Popular). In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, vol. 1, 1979. p. 575-671.
- LESSA, S. História e ontologia: a questão do trabalho. In: *Crítica Marxista* n. 20. Ed. Revan, 2005.
- _____. *Para além de Marx? Crítica da teoria do trabalho imaterial*. Coleção Labirintos do Trabalho. São Paulo: Xamã, 2005.
- LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LIMA, Almerico. A CUT e os novos desafios da educação profissional. In: *A CUT e os novos desafios da formação sindical e da educação*. Escola Sindical – SP/CUT. Fevereiro 2000. p. 43-50.
- LIMA, Daniel. *Complexo de gata borralheira*. Santo André: Editora Livre Mercado, 2002.
- LIMA, L. C. *Começar do novo. A “moderna” escravidão capitalista e a “velha” libertação do trabalho*. São Paulo: Grupo Educação e Trabalho – GET, Biblioteca: Movimento do Trabalho I, 1997.
- LINHART, Robert. *Lênin, os camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- _____. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOSANO, Mario. G. *História dos autômatos: da Grécia clássica à Belle-Époque*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- LOUREIRO, Isabel. Repensando o progresso. *Revista Praga. Estudos Marxistas*. São Paulo: Hucitec, nº 7, março, 1999. p. 47-63.
- _____. Herbert Marcuse – a relação entre teoria e prática. In: LOUREIRO, I. MUSSE, R. *Capítulos do marxismo ocidental*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1998. p. 99-120.
- LÖWY, M.; BENZAÏD, D. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUBBEN, Richard. *Just in time, uma estratégia avançada de produção*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- LUKÁCS, G.; SCHAFF, A. *Sobre o conceito de consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, Cadernos: O Homem e a Sociedade, 1973.

- LUKÁCS, Gyorgy. Tecnologia e relações sociais. In: *Bukhárin, Teoria del materialismo histórico. Ensayo popular de sociología marxista*. México: Cuadernos de Pasado y Presente, n° 31, 2° ed., Ediciones de Pasado y Presente, 1977.
- _____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, n° 4, 1978. p. 1-18.
- _____. *Conversando com Lukács*. RJ: Paz e Terra, 1969.
- MACÁRIO, Epitácio, Sobre a relação trabalho-educação numa perspectiva ontológica. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte: n° 5, jan.-junho, 1999. p. 80-97.
- _____. Notas para uma crítica do caráter estranhado das novas tecnologias. XVII Encontro Estadual dos Estudantes de Pedagogia – EEEPe – Universidade do Acaraú, Sobral/CE, 13 a 17 de junho de 1998.
- MANDEL, Ernest. *La formación del pensamiento económico de Marx (1843 a la redacción de El Capital)*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1978.
- _____. *Socialismo & Mercado*. São Paulo: Ensaio, Cadernos Pequeno Formato, n° 8, 1991.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982.
- MARCUSE, Herbert. *Ideologia da Sociedade Industrial*. São Paulo: Zahar Editores, 1969.
- _____. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: UNESP, 1999. p.71-104.
- MARGLIN, Stephen. Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas. Para que servem os padrões? In: GORZ, A. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Publicações Escorpião, 1976. p. 39-85.
- MARQUES, Rosa Maria. *Automação, microeletrônica e o trabalhador*. Ed. Bional, s/d.
- MARTINS, José. Os limites do irracional. Globalização e crise econômica mundial. São Paulo: Editora Fio do Tempo, 1999.
- MARX K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, (Borrador) 1857-1858*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2 Vols., 1972.
- _____. *Grundrisse. Lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política, 1857-1858*, México: Fondo de Cultura Económica, 2 Vols., 1985.
- _____. *A questão judaica*. Rio de Janeiro: Guanabara, Laemmert, 1969.
- _____. *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, Textos Filosóficos, s/d.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 5 Vols., 1983/1984.
- _____. *O Capital*, São Paulo: Civilização Brasileira, 5 vols., 1971
- _____. *Sobre o colonialismo*. Lisboa: Editorial Estampa, Coleção Teoria, vol. I, 1978. p. 40-49.
- _____. *Capítulo VI (inédito) de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, s/d.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. Carta de Marx a Paul Annenkov: 28 dezembro 1846. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- _____. *O manifesto do Partido Comunista*. In: *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, vol. III, 1977. p.13-47.

- MASCIA, Fausto, Leopoldo, Sznelwar. A Inteligência (não reconhecida) do trabalho. In: *A reinvenção dos carros, de JK a FHC*. São Paulo: Scritta, 1997.
- MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Esfera, 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo: Ensaio, Cadernos Ensaio, Série Pequeno Formato II, 1987.
- _____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- _____. Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente. In: MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- _____. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. *Revista Ensaio*. São Paulo: Ensaio, nº 14, 1985
- _____. *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo, Ensaio, Cadernos Ensaio, Série Pequeno Formato V, 1989.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MORAES, Régis. *Filosofia da ciência e da tecnologia*. São Paulo: Papirus, 6º ed., 1997.
- MUNFORD, L. *Techinics and human development. The myth of the machine*. San Diego, New York, London: A Harvest/HBJ Book, 1966.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o Capítulo VI (inédito) de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- OFFE, Claus. *Trabalho & sociedade, problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário. Tempo Brasileiro, vols. I e II. 1989.
- OHMAE, K. *O fim do estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido, classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. O capital contra a democracia. In: *Os sentidos da democracia e da participação*. Revista Pólis: Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, nº 47. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p. 16-21.
- _____. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- OLIVEIRA, Manfredo. Tecnologia e intersubjetividade. In: OLIVEIRA, M. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Filosofia, 2º ed., 1993. p. 115-133.
- PACEY, Arnold. *La cultura de la tecnología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. *Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas*. Centro de Documentação Maurício Tragtenberg – Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá. http://www.nobel.com.br/~cdmt/tragtenberg_revisitado.htm
- PAULA DE, João Antonio. Brasil: reestruturação produtiva: qualificação e relações de trabalho. *Revista Praxis*. BH/RJ/SP: Editora distribuidora de livros, jornais e revistas, nº 10, out.97 a fev.98, 1997/1998. p. 5-30.
- PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. *Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS/PUCSP/XAMÃ, nº 1, 1996. p. 1-28.

- PIETRE, B. *Filosofia e ciência do tempo*. Bauru: EDUSC, 1997.
- POCHMANN, M. (Org.) *Desenvolvimento, Trabalho e solidariedade – novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez, 2000.
- RAGO, A. F. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese Doutorado apresentada ao Programa História PUC-SP, 1998.
- RATTNER, H. Tradição e modernidade. Uma reflexão sobre a dinâmica do desenvolvimento internacional. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, vol. 8 nº 1. p. 98-101.
- RIDENTI, Marcelo. *Classes Sociais e Representação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da centralização. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Revista da Fundação SEADE, Vol.14 nº 4, out-dez., 2000. p. 83-90.
- ROSA, J. Guimarães. *Sagarana*. RJ: Record, 1995.
- ROSA, Maria Inês. *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- ROSDOLSKY, R. *Genesis y estructura de El Capital de Marx*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- ROSSI, Paolo. *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*. São Paulo: UNESP, 1992
- _____. *Os filósofos e as máquinas: 1400-1700*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- ROSZAK, Theodore. *O culto da informação. O folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar*. São Paulo: Brasiliense, Coleção: Comunicação e Informática, 1988.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena, experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAES, D. Marxismo e história. *Crítica Marxista*. São Paulo: vol. 1, nº 1, 1994. p. 39-59.
- SALERNO, Mário Sérgio. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e KANBAN numa nova imigração japonesa. In: FLEURY e FISCHER (orgs.) *Processo e relações do trabalho no Brasil*, São Paulo: Atlas, 1987. p. 179-202.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTAELLA, L. O Homem e as máquinas. In: DOMINGUES, D. (org.) *A arte no século XXI. A humanização das tecnologias*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 33-44.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Gestão Urbana, Associativismo e Participação nas Metrópoles Brasileiras. In: *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório IPPUR/UFRJ, 2000. p. 575-600.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, L. ‘Moro no mundo e passeio em casa’: Vida e trabalho dos caminhoneiros” in *O avesso do trabalho*. Antunes R. e Moraes Silva, M. (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- SANTOS, M. *Técnica espaço tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, Theotonio. *Forças produtivas e relações de produção. Ensaio introdutório*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.
- _____. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 141-181.
- SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria*. Edição Outubro, Centro de Documentação e Cultura Popular, 1998.
- SOUZA MACHADO, Lucília Regina de. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: *Trabalho e educação*. São Paulo: Papyrus, Coletânea CBE, CEDES, ANPED, ANDE, 1994. p. 9-24.
- SPENGLER, O. *O homem e a técnica. Contribuição a uma filosofia da vida*. Porto alegre: Edições Meridiano, 1941.
- SZNELLWAR, L. I. e MASCIA, F. L. A inteligência (não reconhecida) do trabalho. In: ARBIX, G. ZILBOVICIUS, M. (orgs.) *A reinvenção dos carros. De JK a FHC*. São Paulo: Scritta, 1997., p. 205-235.
- TAUILE, J. R. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- TAVARES, Hermes Magalhães. Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A., SCARLATO, F. C., ARROYO, M. (orgs.) *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 270-284.
- TAYLOR, Frederick. *Princípios de administração científica*. São Paulo: Atlas, 1990.
- TEIXEIRA, Francisco J. S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA F. J. S. e OLIVEIRA, M. (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva. As novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 15-74.
- _____. *Pensando com Marx. Uma leitura crítico-comentada de O capital*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- THOMPSON E. P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial” in *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- TITTONI, Jaqueline. *Subjetividade trabalho: a experiência no trabalho e sua expressão na vida do trabalhador fora da fábrica*. Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1994.
- TOCQUEVILLE, DE A. *A democracia na América*. Livros 1 e 2. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TOSEL, A. Centralité et non-centralité du travail ou la passion des hommes superflus. Paris: Presses Universitaires de France, 1995. p. 209-218.
- TOURAINÉ, Alain. *Desenvolvimento das classes sociais*. Porto: Ed. Rés, s/d.
- TRAGTENBERG, M. *Administração poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. O saber e o poder. In: *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo, UNESP, 2004.
- VARGAS, Nilton. A tecnologia é de Deus ou do Diabo? Visões e conceitos de tecnologia. In: *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento n° 2*, UFRJ – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia. p. 81-95.
- VASCONCELOS, Eduardo Alcântara. *Circular é preciso, viver não é preciso*. São Paulo: Annablume, 1999.

- VÉRAS, Maura Pardini. Tempo e espaço na metrópole: breves reflexões sobre assincronias urbanas. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, n° 15, jan.-março, 2001. p. 3-12.
- VIRILIO, Paul. Um golpe de estado informacional. *In: A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 29-36.
- _____. Os motores da história. *In: ARAÚJO, H. (org.) Tecnociência e cultura, ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 127-148.
- WEBER, M. *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 7° ed., 1992.
- WEINER, Norbert. *Cibernética e sociedade, o uso humanos de seres humanos*, São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- WOOD, T. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, vol. 32, n° 4, set.-out., 1992. p. 6-18.
- ZARIFIAN, Philippe. Tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. Universidade de São Paulo, FFLCH – Departamento de Sociologia, vol. 14 – n° 2 out.nov. 2002. p. 1-18.
- ZORNETTA, R.. *FHC e o desenvolvimento nacional: a atualidade de um discurso*. Dissertação de Mestrado UNESP, 2003.

NOTAS

- ¹ Máquina universal é uma máquina destinada a executar somente uma ou poucas operações. As atuais máquinas programáveis podem mudar rapidamente suas operações, segundo os programas armazenados.
- ² Em uma das maiores montadoras do ABC Paulista, 15% das peças para montagem de um carro são importadas, metade dos 85% restantes é proveniente do território econômico expandido que circunda a cidade de São Paulo. (Dados da montadora de 2002)
- ³ Produção organizada por *empresas-mães*, controlando sistemas de fornecimento compostos por empresas terceirizadas em níveis de complexidade tecnológica.
- ⁴ Ver Santos, L., 2004.
- ⁵ Eficiência e eficácia são termos que embora na linguagem corrente sejam quase sinônimos, possuem significados distintos no universo da engenharia da produção e administração de empresas. Neste universo restrito, eficiência é a execução correta de procedimentos; eficácia é fazer o necessário para atingir os objetivos. Diz-se dos operadores fordistas que eram somente eficientes: faziam o que era determinado pelos procedimentos; pretende-se que os trabalhadores atuais se comprometam com as metas a serem alcançadas. Embora para ambos trabalhadores o significado de eficácia seja a manutenção dos empregos e para os capitalistas a otimização dos lucros.
- ⁶ Marx, K., I, cap. XI, 1983.
- ⁷ O termo *informática* contempla o tratamento automático de informações. *Teleinformática* indica as extensões geográficas, espaciais deste tratamento.
- ⁸ Nesta série *Cidade, Trabalho e Técnica* será dedicado um volume ao tratamento mais minucioso da dimensão ontológica da técnica. Por hora, anotamos a frutífera indicação de Milton Santos que a técnica é como um “traço de união” entre tempo e espaço. É por intermédio do trabalho que as técnicas realizam esta união entre tempo e espaço. Para Milton Santos “as técnicas são datadas e incluem o tempo: o tempo do processo direto do trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação.” (Santos, M. 2004: 54). Fazemos uma distinção entre a produção humana de técnicas materializadas conforme relações sociais definidas e o processo tecnológico capitalista que é o encapsulamento de um modo datado e socialmente determinado do saber e do saber-fazer humanos.
- ⁹ Em linhas gerais, *produção discreta* é produção em unidades, ou peças, tal qual uma linha de montagem, ou uma fábrica de bolos (bateladas), em oposição à *produção contínua* pela qual a matéria-prima se transforma em produto ininterruptamente, como por exemplo, em uma planta petroquímica, uma fábrica de papel ou uma fiação.
- ¹⁰ Desde o início da década de 1990 já se faziam notar os excessos contidos na aplicação das técnicas *just in time*: sem espaço para estoques e para atender a demanda dos fregueses por produtos frescos, o dono de uma pequena lanchonete em um subúrbio de Tóquio movimentava, quando necessitava, mais de trinta atacadistas, pouco importando o tamanho de suas encomendas. *Gazeta Mercantil*, 20 de junho de 1991.
- ¹¹ No volume desta série sobre a organização *just in time* do trabalho no interior das fábricas e demais locais de trabalho focaremos mais de perto o discurso que vem transformando o antigo *peão* no atual *colaborador*.
- ¹² Posta pelo capital a necessária sincronia de tempos entre setores-chave produtivos diversos e dispersos, mas interligados sincronicamente, haveria força de pressão dos vários segmentos de trabalhadores caso fossem desorganizados (*bagunçados*) alguns destes setores-chave. Lembremos que a greve nacional dos caminhoneiros no final da década de 1990, consciente ou inconscientemente, provocou, este *bagunçar* nos fornecimentos ao mercado propriamente urbano.

- ¹³ Saudada como modernidade absoluta, a instalação de unidades fabris intensamente automatizadas que apontam tendencialmente para uma produção sem trabalhadores vem sendo acompanhada pela implantação de políticas sindicais que adequadamente sancionam o fornecimento e montagem do exército de trabalhadores disponíveis para o capital a qualquer momento. Nos tradicionais distritos industriais como o ABC Paulista, desde o início dos anos de 1990, as câmaras setoriais e o esquema do *banco de horas* fechado entre as empresas e a direção da corrente política e ideológica dominante no Sindicato dos Metalúrgicos durante esta década, garantiram às empresas a disposição, também *just in time* da mercadoria força de trabalho tal qual das outras mercadorias necessárias a seu processo de produção. Junto com as terceirizações, o *banco de horas* permite que quantidades adequadas e controladas de mercadoria em geral e da mercadoria força de trabalho em especial sejam mobilizadas em lotes e tempos adequados para a produção. O *banco de horas* permite que a mercadoria força de trabalho possa também ser entregue *just in time* exatamente na proporção necessária para agregar valor aos meios de produção disponibilizados nas entregas hora-a-hora, sem desperdícios ou custos, antes arcados pelas empresas.
- ¹⁴ Trata-se da instituição ideológica liberal do indivíduo isolado.
- ¹⁵ João Bernardo acrescenta outro aspecto residual que contribui para nossa afirmação quanto à ampliação da produção de mais-valia hoje espalhada por mais extensos domínios. Trata-se da “conjugação da informática com as máquinas eletrônicas [que] tornou ainda mais confusa a classificação dos serviços, já que uma parte considerável deste setor destina-se a ser usada na atividade fabril.” (2004: 104).
- ¹⁶ Ainda João Bernardo nos estimula nesta direção: “A difusão dos computadores pessoais teve outra consequência de grande relevo, pois o fato de a atividade lúdica e a profissional – pela primeira vez na história – terem passado a executar-se nas mesmas máquinas, anulou as habituais reações de hostilidade inicial à nova tecnologia.” (1998: 39).
- ¹⁷ Somente como exemplo poderíamos citar o esgotamento das marginais na cidade de São Paulo desde há pelo menos os mesmos 20 anos em que existe o projeto do Rodoanel Viário: mesmo paliativa, sua onerosa construção hoje está sendo acelerada. Na era da industrialização não toyotista as mudanças ocorriam gradualmente com o passar de décadas; no ritmo da chamada era da informação as mudanças precisam ocorrer subitamente – sempre é preciso frisar: só no plano ideal dos projetos.
- ¹⁸ O *empreendedorismo urbano* vem sendo estimulado principalmente nos Estados Unidos desde os anos de 1960. As cidades européias não fugiram à regra. “... a nova geração de parcerias não tinha como motivação suprir carências de equipamentos coletivos ou melhorar as condições de moradias de populações de certos bairros, mas, sobretudo, realizar projetos de modernização que pudessem alavancar o desenvolvimento local com o intuito de reforçar sua atratividade econômica.” (Compans, Rose, 2005: 115).
- ¹⁹ *Folha de São Paulo*, Maio 2000.
- ²⁰ O constante processo de reestruturação das bases produtivas promovido pelo capital em diferentes épocas e lugares, obedecendo à máxima do desenvolvimento desigual e combinado é discutido por: Borges, C.C. *Através do Brasil: taylorismos, fordismos e toyotismos*. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP em 2004.
- ²¹ Sinteticamente, a Escola da Regulação insiste na importância das reformas institucionais administrativas para um “necessário controle que de um lado contenha os excessos e de outro permita a aplicação de uma estratégia nacional original e progressista, [...] mistificação reformista de que o capitalismo pode ser democrático e não agressivo” (Gounet, 1999: 57 e 78). Como observa também Martins, para os regulacionistas pode ocorrer novo ciclo longo de crescimento ou de desenvolvimento sustentado como “sonham a maioria dos economistas oficiais do Banco Mundial, FMI e outras instituições estatais de controle e regulação do mercado capitalista” (1999: 60). Sobre a Escola da Regulação ver também os trabalhos: Braga, R. (2003); Bochi, J. H. (2000).
- ²² Segundo diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico as possibilidades econômicas para o ABC vão além da indústria: há roteiros gastronômico, cultural e turístico a serem explorados. É um redirecionamento não apenas da grande para a pequena e média empresa mas, também, um refazer de seu “perfil setorial” em direção ao setor terciário, sendo para tanto necessário “conter fluxos migratórios” e “reurbanizar favelas” (Urani, 2000).

- ²³ Dos propósitos de desenvolvimento nacional-autônomo externados, por exemplo, pelo varguismo sobrou a implantação de uma infra-estrutura adequável a qualquer tipo de desenvolvimento capitalista possível, inclusive ao que se seguiu.
- ²⁴ Ver: Zornetta, Regiani. *FHC e o desenvolvimento nacional: a atualidade de um discurso*. Dissertação de Mestrado UNESP, 2003.
- ²⁵ Nos Estados Unidos, um reduzido número de empresas compete entre si pelos contratos do Departamento de Defesa, alimentando política e financeiramente a Casa Branca para adotar políticas belicistas. Atualmente 24 empresas estão por trás das movimentações das tropas norte-americanas. São os empreiteiros bélicos (*O Globo*, 17 de novembro de 2002). O Estado transformou-se em um departamento de relações públicas para o negócio da guerra (e não mais só o negócio de armas para a guerra). Pelo discurso oficial, as Forças Armadas vêm sendo obrigadas a reduzir custos, mas ao mesmo tempo contratam milhares de técnicos de empresas privadas para operações e serviços com equipamentos bélicos altamente sofisticados usados nos campos de batalha. É a terceirização da guerra. O patriotismo, o nacionalismo, a segurança nacional, valores já altamente discutíveis para alimentar guerras, estão sendo substituídos por exclusivos e descarados valores mercantis. Pode-se dizer que estas empresas estejam realmente sujeitas a regras de mercado como as outras?
- ²⁶ Ver: Ferrari, T. “Reestruturação técnico-produtiva do capital e poder local”. In: *Lutas Sociais*, NEILS /PUC-SP n. 11/12, pp 60-72.
- ²⁷ Ver: Chasin, J. 1978.
- ²⁸ Trata-se da liberdade para o capital, o que implica, em termos humano-genéricos, em liberdade estranhada baseada no trabalho alienado. Esta liberdade é nada mais do que o soltar dos freios e anteparos que comprimiam e canalizavam as atividades dos países industrializados. Tal como foi dito por um empresário com absoluta clareza de propósito: “Liberdade para seu grupo, de se implantar onde quiser, durante o tempo que quiser, para produzir o que quiser, abastecendo-se onde quiser, vendendo onde quiser e suportando o mínimo possível de obrigações em matéria de direitos do trabalho e da seguridade social.” (*apud* Chesnais, 1999). A anarquia capitalista é geral e totalmente livre para a atuação de suas classes proprietárias. É o “bazar cultural mundializado” (Chesnais, 1996: 40). A liberdade mundial para o capital possui inclusive a característica de ser comandada pelos interesses do capital financeiro em busca da lucratividade em curto prazo. Liberdade plena, garantida pelos Estados. Para os que sustentam desavisadamente a tese do fim dos Estados nacionais (Omahe, 1999) é fundamental relevar o papel das “inúmeras medidas legislativas e reguladoras do desmantelamento de instituições anteriores e de colocação das novas.” (Chesnais, 2001).
- ²⁹ Mário Amato, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) afirmava que milhares de empresários *fugiriam* do país caso um ex-sindicalista assumisse a presidência da República. Quando este ex-sindicalista assumiu a presidência grande parte das pequenas e médias indústrias que fazia parte da base da FIESP realmente enfrentou vários problemas, mas não pelos motivos previstos por Mário Amato.
- ³⁰ Não é difícil notar preocupações, perplexidades e decepções entre alguns setores sindicais e de trabalhadores em geral e de setores acadêmicos, em particular, quanto às políticas dos governos do PSDB e do PT, obedientes que foram às exigências de livre trânsito de capitais transnacionalizados e de processos identificados como modernizadores das relações capital trabalho embutidas nas propostas de reformas trabalhista e sindical. Preocupações, perplexidades e decepções que poderiam ser evitadas se houvesse a compreensão que os principais protagonistas dos dois últimos governos, por seu passado nacionalista e sindicalista constituíram-se nos *cidadãos acima de qualquer suspeita*, politicamente mais qualificados, portanto, para executarem e levarem a efeito as tarefas de entrega do patrimônio público às empresas privadas e as tarefas previstas de desmonte da legislação trabalhista.
- ³¹ *Cluster* é um arranjo produtivo local onde domina uma única grande empresa de um único setor. No Brasil, a cidade de Chapecó em Santa Catarina poderia servir de exemplo.
- ³² *Diário do Grande ABC*, 16 de dezembro de 2001.
- ³³ Singularmente, a cidade de Mauá começa a contabilizar a redescoberta do Pólo de Sertãozinho e de uma autodefinida *vocação* industrial. Situação geográfica privilegiada em tempo *just in time* é o fato de Mauá tornar-se a porta de entrada do trecho sul do Rodoanel, projetado para implantar uma intensa via de circulação dentro da região metropolitana de São Paulo. A garantia de matéria-prima

e insumos à porta é basilar para a contabilidade que exclui custos com estoques. É notável a sincronia entre as ações políticas e as necessidades do capital. Mauá torna-se um pólo de atração industrial, sedia as autopeças e o setor de plástico, o Rodoanel e o Ferroanel sustentarão as gigantescas empresas internacionais de serviços de logística. As esferas públicas, mesmo com políticas de reforma do Estado, e por causa delas, atendem às necessidades da circulação em tempo real das mercadorias. As investidas oriundas dos agentes políticos do ABC paulista, por exemplo, conquistaram o adiantamento dos prazos de início das obras do Rodoanel (Rolnik e Somekhi, 2000: 88). O Rodoanel Mário Covas será significativo para o transporte de carga, facilitará o acesso ao Porto de Santos e ao aeroporto de Guarulhos, mas está longe de resolver os problemas do trânsito de São Paulo. Em 2009, quando estiver pronto, talvez já esteja obsoleto. O projeto do Rodoanel Mário Covas além da agressão a praticamente todas as represas que fornecem água para São Paulo vai provocar um adensamento habitacional nos mananciais que garantem a alimentação para estas represas. Isto, porém, não é problema que sensibilize o discurso focado no desenvolvimento econômico local entendido como remoção de impedâncias aos fluxos de mais-valia e sua conexão aos fluxos globais – remoção dos chamados gargalos. Os problemas decorrentes deste tipo de desenvolvimento econômico local são problemas dos habitantes, apenas discursivamente valorizados pelo discurso econômico dominante.

³⁴ No volume desta série que tratará da natureza do trabalho no interior das unidades produtivas focaremos mais de perto estas campanhas que contribuem sobremaneira para a redução do político ao psíquico.

³⁵ Na fase clássica do capitalismo liberal do século XIX a tendência que reforçava o poder do capital era a “fabricação de fabricantes”, isto é, na Europa ocidental abriam-se caminhos para novas relações sociais e forças de produção capitalistas incrementadas por uma burguesia liberal, ofensiva e empreendedora. Na atual fase da acumulação mundializada, ao capital não interessa abrir caminhos diversos para o desenvolvimento de proprietários, mas intensificar a produtividade a partir do processo tecnológico, que se encontra nas mãos de conglomerados concentrados e centralizados e aproveitar-se de empreendimentos pessoais residuais que só podem existir conectados e viáveis, justamente por causa desta base técnica. Estes empreendimentos não vão reinventar o capitalismo liberal ou justo como preconizam democratas-sociais neo-proudhonianos.

³⁶ Ver Coutinho, J. ONG's e políticas neoliberais no Brasil. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUC-SP em 2004.

³⁷ O recorrente abuso do adjetivo novo promove exemplos pouco esclarecedores: “Completando o cenário dos anos 90 temos o surgimento de movimentos sociais novos, que diferem dos novos movimentos sociais dos anos 80.” (Ghon, M. da Glória, 2003: 33).

³⁸ Ficou famosa a expressão de Margareth Thatcher: não existe sociedade só indivíduos. Em tom crítico, Oliveira acrescenta: “tampouco há indivíduos, apenas células simples, átomos de valor que, como no modelo atomístico, são recombináveis.” (Oliveira, F. 2005: 17).

³⁹ Sunbelt é uma faixa territorial do Oeste norte-americano composta por regiões onde estão instaladas empresas de alta tecnologia.

⁴⁰ Sobre as transações políticas e econômicas dos grandes grupos de telecomunicações ver: Dantas, M. 2002.

⁴¹ É farta a produção teórica que desde a década de 1990 vem se deslumbrando com a chamada revolução tecnológica de tipo informacional. Este deslumbramento sustenta o idealismo contemporâneo que preconiza, por exemplo, as teses do trabalho imaterial: Gorz, A. (2005); Cocco, G. (2000); Lazzarato M. e Negri, A. (2001). Por outro lado, a crítica faz-se presente. Ver: Ferrari, T. (2003, cap. III); Lessa, S. (2005).

⁴² Maurício Tragtenberg, em fins da década de 1970, fazia fortes referências ao papel das entidades governamentais norte-americanas no controle da produção do “saber científico”. Tragtenberg, M. (2004).

⁴³ As conclusões daquele encontro podem ser resumidas no seguinte decálogo: 1) disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público, fiscalização dos gastos públicos, fim das obras faraônicas e reestruturação do sistema previdenciário; 2) priorização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam

as instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; 7) eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) privatização, com a venda de empresas estatais; 9) desregulamentação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) propriedade intelectual. Ver discussão: Almendra, C.C. (2003: 38/39).

⁴⁴ Citamos como exemplar o documento oficial do Vaticano: Sobre o Trabalho Humano no qual podem-se ler várias teses que irão predominar na academia, nos movimentos populares, na política ao longo das décadas seguintes: as mudanças no mundo do trabalho; a necessidade de um novo período de adestramento para milhões de trabalhadores qualificados que ficarão sem emprego devido a introdução generalizada da automação; o problema do trabalho como chave da questão social; a participação em um neocapitalismo em que os trabalhadores poderão participar na gestão e no controle da produtividade das empresas, entre outras. (Documentos Pontifícios n. 196, João Paulo II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*. SP: Vozes, 1981).

⁴⁵ Além da adoção de traduções deslocadas, no caso brasileiro tais como: “empoderamento” (empowerment); “governabilidade” (governance); “atores”, “jogadores” ou “protagonistas” (players, stakeholders) etc.

⁴⁶ Conceber a história como migalhas é cunha que completa o quadro do reacionarismo teórico que impera desde meados do século XX. Ver críticas a esta concepção: Dosse, F. (1992); Flamarion Cardoso, C. (1988, 2005).

⁴⁷ “A tradição pragmatista norte-americana leva os universitários a valorizarem mais a aparência que a essência das coisas.” (Tragtenberg, M. op. cit. 26).

⁴⁸ Perry Anderson no texto: Nas trilhas do materialismo histórico de 1983 identificou em Habermas o “caráter híbrido de sua obra filosófica, mostrando importações difusas do pragmatismo e da teoria da ação americanos para um legado frankfurtiano em alguns aspectos retrabalhado através de Hegel /.../” (2004: 194).

⁴⁹ João Bernardo situa o Estado na esfera da produção e isto, explica o autor: “não significa que conceba qualquer redução do poder político.” O aparelho político reconhecido juridicamente e constitucionalmente é de dimensão restrita, enquanto, por oposição o Estado Amplo “inclui todas as formas organizadas do poder das classes dominantes.” (Bernardo, J., 1998: 47-48). Ver também: Tragtenberg, M., 1989: 15-42.

⁵⁰ *Política Urbana y Desarrollo Económico: un programa para el decenio de 1990* publicado pelo Banco Mundial (1991), citado em Santos Júnior (2000: 580).

⁵¹ Neste fragmento cidadão é o homem inteiro, síntese no indivíduo do ser social.

⁵² Ver Marx, K., *O Capital*, Livro 1, capítulo XXI pp. 156-161, 1984.

⁵³ Há parentesco entre número, ritmo e fluxo. Para Aristóteles “o tempo é o número do movimento conforme o anterior e o posterior /.../ existe uma afinidade entre tempo e movimento” (Pietre, 1997 : 20) assim, não há tempo onde não há movimento, fluir. “A palavra número vem de *numerus* (em latim), que por sua vez, vem de *nomos* : lei, norma (em grego). Corresponde-lhe, no grego, a palavra *arithmós*, esta vem do termo *rytmós*, do radical *rhe*, de onde *rhêo*, do verbo *rhein*, que significa fluir” (Santos, 2000 : 110).

⁵⁴ Ver E. P. Thompson: “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial” in *Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona:Editorial Crítica, 1989.

⁵⁵ Apenas quando estava em pauta “obter valor de troca em sua materialização autônoma, em dinheiro, com a produção de ouro e prata” (Marx, op. cit. 266), o trabalho na Antiguidade atingia limites desumanos, como por exemplo, nas minas de metal preciosos que estiveram na base do esplendor da democracia ateniense.

⁵⁶ No volume desta série: *Cidade, Trabalho e Técnica* que será dedicado à discussão da natureza da técnica retornaremos a esta questão.

- ⁵⁷ A Companhia das Índias Ocidentais em 1624 estava mais preocupada em romper o monopólio ibérico do comércio do açúcar, quando da presença dos holandeses no Nordeste brasileiro. Não pretendia intervir na produção. A propriedade de portugueses, ou brasileiros, dos latifúndios permaneceria intocada. O que importava era transferir para a Holanda a renda da circulação das mercadorias e dos impostos.
- ⁵⁸ As discussões em torno do processo tecnológico e sobre a técnica parecem sempre remeter à *techné* grega ou aos artesãos das guildas e das corporações de ofício. O que tem ocorrido é a idealização deste artesão e da *techné*. Como herdeiro e exteriorizador da práxis produtiva humana, a habilidade individual só interessa se e quando remetida à práxis social e gerada por ela. Romantizar a *techné* e o velho artesão como o detentor exclusivo da capacidade de elaborar técnicas é projetá-lo autonomamente da e na história. Comunidades primitivas, a *techné* grega, a *ars* romana, os artesãos das guildas e corporações, ou mesmo os trabalhadores clássicos do período fordista são referências a processos históricos definidos e não modelos a serem resgatados, subtraídos de sua historicidade e desligados da práxis produtiva humana. A separação do caracol e da concha é ganho humano. A liberdade do homem não carregar sua casa nas costas é sinal do distanciamento de barreiras naturais, por isto, uma das condições que pode divisar a perspectiva da socialização da humanidade.
- ⁵⁹ O provérbio capiau citado por Guimarães Rosa em *A hora e a vez de Augusto Matraga* (Sagarana) é: “Sapo não pula por boniteza, mas porém por *percisão*.”
- ⁶⁰ De especial importância, são os processos produtivos do tipo essencialmente *contínuo*. Em tais processos produtivos, os trabalhadores tornavam-se crescentemente apêndices das máquinas, muito mais do que nos processos discretos baseados em linhas de montagem que caracterizaram a base fordista. Este processo de encapsulamento de saber-fazer e subsunção cada vez mais plena do trabalho ao capital viveu um novo salto quando, como sub-produto do esforço bélico-militar da Segunda Guerra Mundial, materializaram-se as técnicas da informática. Estas, ao serem incorporadas na base industrial, beneficiaram mesmo as indústrias tipicamente de montagem (algumas como o automóvel, com milhares de peças) cujo processo implicava intensa utilização de farta força de trabalho ocupada em diversas operações manuais. O conceito de Marx do que era uma máquina – motor, transmissão e ferramenta – sofreu, a partir deste salto, uma extensão. A estes três componentes somou-se uma *unidade de comando*, capaz de variar a potência do motor, alterar a transmissão de potência, trocar e orientar a ferramenta etc. Assim potencializada, desde meados do século XX, a máquina programável invadiu a linha de montagem ampliando contemporaneamente a subsunção do trabalho ao capital. Esta base técnica informacional implantada possibilitou o espalhamento dos trabalhadores nos territórios de múltiplas formas, desde um trabalho caseiro até o cooperativado, passando por uma multidão de tipos e tamanhos de unidades produtoras da economia dita informal. A expropriação de *tempo de trabalho excedente* nesta situação fica mais difusa, pois é cada vez mais fenomenicamente constatável a ilusão de que muitos trabalhadores trabalham para si e não para o capital. É cada vez menos visível que a conexão aos fluxos econômicos representa a conexão do trabalhador, como tributário dos fluxos de *mais-valia*.
- ⁶¹ Ver Marx, K. *O Capital*, Livro 2, vol. II, capítulo V, 1984 pp. 95-110.
- ⁶² O capital-mercadoria pode estar sendo transportado, mas até que não se metamorfoseie em moeda o capital está percorrendo seu *tempo de circulação*. Existem casos extremos: navios-fábrica, onde, para encurtar o tempo de rotação, trabalhadores e máquinas são embarcados em navios e executam as etapas finais do processo de produção (pintura, customização e outros ajustes) a bordo, em alto mar.
- ⁶³ Para se ter uma idéia da visibilidade da expansão e consolidação das atividades logísticas, não são somente as empresas, suas engenharias de produção e seus fornecedores de serviços logísticos os maiores interessados no processo. As universidades abrem cursos de logística para formarem transitários de carga, considerados profissionais caros, conhecedores que são dos caminhos mundiais, da legislação internacional e de tudo o que acontece no mundo capaz de favorecer ou atrapalhar os fluxos *just in time*. São modificações e diferenciações que servem como suporte para sustentação do valor, para o alto volume de circulação de mercadorias, modificando patamares técnicos e diferenciando ramos de exploração da força de trabalho. Pesquisas mostram, nos tradicionais distritos industriais no país, a ampliação do peso dos transportes e da logística no setor de serviços. Consultar dados da Agência de desenvolvimento Econômico do ABC.
- ⁶⁴ “Após a ‘imigração’ do CCQ /.../ as atenções de muitas empresas estão voltando-se para um novo pólo aglutinador. É o chamado sistema de produção *just in time* (no momento certo) / *kanban* aplicável

principalmente na produção em série (automóveis, autopeças, motores etc.) Se por um lado este sistema é mais abrangente que o CCQ, pois envolve a produção como um todo – trabalhadores, gerência e até clientes e fornecedores –, por outro lado é menos conhecido em nosso país.” Salerno, M. S. (1987).

⁶⁵ Revista *Distribuição*, dez. 2001.

⁶⁶ Dissipações observadas, por exemplo, nos vôos de aviões (vazios) de carga mantidos por uma grande empresa de logística nos Estados Unidos para em casos de emergência garantir as entregas hora-a-hora planejadas.

⁶⁷ São impressionantes os investimentos em logística integrada para transporte *just in time* de cargas. São impressionantes as denúncias de empresários sobre o funcionamento ineficaz dos portos e rodovias. No entanto, é também impressionante o tempo gasto, além dos preços altíssimos arcados individualmente, para o deslocamento diário da força de trabalho.

⁶⁸ Dostoiévski F. *Irmãos Karamazov*. Excerto: Grande Inquisidor

⁶⁹ Consultar Marx, K. *O Capital*, Livro II, especialmente capítulo XV.

Anotações

